



# **Fluxos de mão-de-obra na economia-mundo capitalista**

Versão final pós-defesa

Mariana Clemente Cerdeira

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Ciência Política

(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Luís Filipe da Silva Madeira

dezembro de 2022

## **Declaração de integridade**

Eu, Mariana Clemente Cerdeira, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição M7539 de Ciência Política da Faculdade de Artes e Letras, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridade da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referência de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 16/12/2022

*Mariana Clemente Cerdeira*



## Agradecimentos

Pretendo, em primeiro lugar, agradecer à minha família pelo forte apoio, muitas vezes excessivo, que dedicou a esta dissertação de mestrado. Porque muitas vezes os bichos são da família, também agradeço aos meus cães e gatos pelos momentos maravilhosos que me ofereceram, especialmente nos meus momentos complicados.

Expresso um agradecimento especial à minha amiga Heliene, a minha melhor amiga dos tempos de mestrado. Também integro neste agradecimento a minha amiga Maria João — amiga de longa data, confidente, antiga Ubiana, e a minha irmã mais velha.

Agradeço também à Sra. Isabel Clemente e ao Sr. Jorge Martins da Biblioteca Municipal Eugénio de Andrade do Fundão, pelo apoio que me prestaram durante a minha pesquisa. Em particular, agradeço à diretora da biblioteca, a Dra. Dina Matos, cujo apoio e disponibilidade já me oferece desde a minha infância.

Quero também expressar o meu profundo agradecimento à Dra. Maria Beatriz Rocha-Trindade, que tive a honra de conhecer no decorrer da minha dissertação. Agradeço o interesse que depositou no meu trabalho e o precioso convívio que me ofereceu.

Agradeço também a Orlando Dembo, o meu amigo mais recente. Além de gostar de futebol, estava no sítio certo e à hora certa, para, de modo cordial, me ajudar.

Reservo, por fim, — mas, muitas vezes, os últimos são os primeiros — um infinito agradecimento para o meu orientador, o Professor Doutor Luís Filipe Madeira. Agradeço todo o seu apoio, sempre carregado de boa disposição, e a confiança no meu trabalho e nas minhas capacidades. Do mesmo modo, agradeço por me ter dado a conhecer melhor a perspetiva do sistema-mundo; mais do que um modelo de análise das Ciências Sociais, um guia para toda a vida.



## Resumo

Desenvolvida da década de 1970 pelo renomado sociólogo Immanuel Wallerstein, a análise dos sistemas-mundo propõe-se compreender o processo de mudança social através do estudo de totalidades económicas e sistémicas. No que respeita ao mundo moderno, na perspetiva do sistema-mundo, o capitalismo desenvolve-se no quadro de uma economia-mundo cuja divisão social do trabalho, estruturada por relações centro/periferia, atravessa as fronteiras políticas dos múltiplos Estados que alberga.

Com o propósito epistemológico de superar o Estado-nação como unidade de análise da ação social, esta perspetiva fornece um enquadramento analítico com utilidade para compreender melhor os fluxos de mão-de-obra, que assim podem ser perspetivados como um processo influenciado pelas dinâmicas estruturais da economia-mundo capitalista.

Deste modo, além de perspetivar as migrações, em particular os fluxos de mão-de-obra, de acordo com a perspetiva do sistema-mundo, esta dissertação pretende também demonstrar a superioridade analítica desta perspetiva face às insuficiências das perspetivas convencionais, maioritariamente herdeiras da economia neoclássica.

## Palavras-chave

Economia-mundo; capitalismo; troca desigual; mais-valia; fluxos de mão-de-obra; migrações; desenvolvimento.



## Abstract

Developed in the 1970's by renowned sociologist Immanuel Wallerstein, world-systems analysis seeks to understand the process of social change through the study of economic and systemic totalities. When it comes to the modern world, according to the world-system perspective, the capitalist mode of production develops in the framework of a single social division of labour, structured by core/periphery relations, which cuts across the political borders of the multiple states that it houses.

With the epistemological purpose of surpassing the nation-state as the unit of analysis in which social action takes place, this perspective provides us with a useful analytical framework to better understand labour flows, so that we can conceptualize them as a process influenced by the structural dynamics of the capitalist world-economy.

Also, besides the conceptualization of migratory movements, especially labour flows, according with the world-system perspective, this dissertation seeks to demonstrate the analytical superiority of this perspective when compared to conventional theories, which mainly represent a byproduct of neoclassical economics' stance on the subject.

## Keywords

World-economy; capitalism; unequal exchange; surplus value; labour flows; migratory movements; development.





# Índice

Introdução .....	1
Capítulo I — A análise dos sistemas-mundo .....	9
1. 1. Immanuel Wallerstein e a análise dos sistemas-mundo .....	9
1.1.2. Fundamentos teóricos da perspectiva do sistema-mundo: a análise centro/periferia .....	13
1.1.3. Propósitos epistemológicos da perspectiva do sistema-mundo .....	22
2. A economia-mundo como unidade de análise .....	25
2.1. A crítica do marxismo ortodoxo .....	28
2. 2. A crítica dos “autonomistas do Estado” .....	31
3. O Estado e a geopolítica na perspectiva do sistema-mundo .....	33
3.1. A dinâmica política e económica da economia-mundo .....	37
4. O desenvolvimento desigual e a falência da teoria da modernização .....	40
4.1. As possibilidades limitadas de promoção estrutural na economia-mundo .....	47
4.1.2. A teoria da dependência: uma irmã gémea falsa .....	53
4.1.3. A semiperiferia da economia-mundo .....	57
Capítulo II — As migrações na perspectiva do sistema-mundo .....	63
2.1. O modelo neoclássico e os seus limites .....	63
2.2. A necessidade de uma perspectiva histórico-estrutural .....	67
2. 3. A Nova Economia das Migrações .....	69
2.3.1. Os grupos domésticos na perspectiva do sistema-mundo .....	72
3. Os fluxos de mão-de-obra e a dinâmica polarizadora da economia-mundo .....	76
3.1. As origens das disparidades salariais: o processo de troca desigual no desenvolvimento histórico na economia-mundo .....	80
3.1.2. O a-historicismo do modelo neoclássico .....	88
3.1.3. O conceito histórico de “structural imbalancing” .....	91
4. Os Estados e os fluxos migratórios na economia-mundo .....	93
4.1. Os fluxos de mão-de-obra na economia-mundo (1945-1973): um processo de (semi) proletarização .....	103
4.2. A função de reserva de mão-de-obra da periferia europeia .....	106
4.2.1. Uma relação de troca desigual .....	109
Conclusão .....	112
Referências bibliográficas .....	114

## Lista de acrónimos

ASA (American Sociological Association)

CEPAL (Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas)

FSM (Fórum Social Mundial)

ISA (International Sociological Association)

OIT (Organização Internacional do Trabalho)

OMC (Organização Mundial do Comércio)

ONI (Office National d'Immigration)

ONU (Organização das Nações Unidas)

PEWS (Political Economy of the World-System)

# Introdução

Com esta dissertação de mestrado pretendemos contribuir para o estudo das migrações, num ponto de vista histórico-estrutural. Mais especificamente, optámos pelo enquadramento teórico proporcionado pela perspectiva do sistema-mundo, desenvolvida na década de 1970 pelo sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein, cuja análise centro/periferia acerca do funcionamento da divisão internacional do trabalho, que designava de economia-mundo, se demonstra adequada para compreender melhor um fenómeno profundamente enraizado no desenvolvimento desigual do sistema capitalista mundial.

Assim, por força do quadro teórico escolhido, e conforme indica o título da dissertação, consideramos as migrações numa perspectiva histórica, assim como um “sistema de fornecimento de mão-de-obra” essencial no processo de consolidação do capitalismo, ao qual se associou o fortalecimento do Estado-nação como entidade política central (Sassen-Koob, 1981, pp. 65—68). Neste contexto, ao longo do trabalho, privilegiamos as migrações internacionais, contudo, é necessário recordar que estas constituem a forma mais recente de um conjunto de movimentos populacionais ocorridos em simultâneo: os movimentos coercivos de mão-de-obra entre zonas periféricas, com a escravatura, a servidão e o trabalho forçado; os movimentos de colonização, nos quais a mão-de-obra proveniente do centro se fixou na periferia; e, por fim, as migrações internacionais, nas quais a mão-de-obra se desloca de forma comparativamente espontânea, da periferia para o centro (Sanderson, 2012, p. 463). Esta última forma de mobilidade, predominante desde o último século e meio, caracteriza-se por ser, de um modo geral, voluntária ou induzida, e composta, essencialmente, por indivíduos com o objetivo de vender a sua força de trabalho (Portes, 2016, p. 73). Esta dimensão económica tornou-se definidora das migrações modernas, de modo que estas vieram a ser entendidas como sinónimo de deslocação de mão-de-obra (Portes & Walton, 1981, p. 21).

No entanto, ainda que tenhamos como objeto os fluxos de mão-de-obra, e, por isso, a dimensão económica das migrações, não ignoramos que, apesar de ainda se revelar plausível distinguir entre movimentos voluntários e movimentos forçados, como aqueles que resultam de desastres ecológicos, de conflitos militares e de genocídios (Rocha-Trindade, 2016, p. 71), muitas vezes, não é possível discriminar, de forma clara, as várias categorias de migrantes. Diversos aspetos, por vezes interligados, estruturam a decisão de migrar, sejam estes de natureza económica, cultural, social e política. Por isso, frequentemente, os migrantes económicos fogem também da repressão política (Castles et al., 2014, p. 26). Nos últimos tempos, esta complexidade evidencia-se por todo o mundo, face ao recrudescimento dos fluxos migratórios irregulares e de refugiados — ou

de potenciais refugiados, pois muitos perdem a vida antes de chegarem ao destino — que tentam alcançar a Europa, em condições desumanas. Não obstante, os fluxos de refugiados, ainda que sejam consequência das guerras civis e da falência de Estados na periferia, não deixam de estar associados às dinâmicas do funcionamento do sistema mundial. Tendo origem em zonas pobres e politicamente instáveis, também consistem em movimentos internacionais de pessoas que procuram não só estabilidade política, mas também as oportunidades económicas que os países desenvolvidos do centro podem oferecer (Portes, 2016, pp. 89—90).

Pese embora a atualidade do tema, e o crescente interesse por esta questão humanitária, a escolha do tema surgiu durante uma investigação no âmbito de um estágio na Câmara Municipal do Fundão. De modo sucinto, a nossa pesquisa consistiu na recolha exaustiva de informação e no tratamento da mesma, acerca da emigração e das suas condicionantes socioeconómicas no concelho do Fundão, tendo como fonte primária *Jornal do Fundão* — nomeadamente os semanários publicados entre 1946 e 1986. Neste sentido, embora o presente trabalho não se trate de um estudo de caso ou sequer incida na experiência migratória portuguesa do século passado, julgamos ser pertinente expor algumas observações, a fim de podermos apresentar melhor o quadro teórico escolhido para este trabalho e o modo como pretendemos problematizar a questão dos fluxos de mão-de-obra.

Como é do conhecimento geral, a emigração consiste num dos aspetos fundamentais considerar quando se fala no século XX em Portugal. O concelho do Fundão também contribuiu sobremaneira para o enorme contingente de emigrantes que, especialmente durante as décadas de 1950 e de 1960, deixaram o país, perante as condições de pobreza que afetavam grande parte dos portugueses. Ainda que a investigação tenha sido limitada aos semanários que vão desde 1946 até 1986, esta delimitação temporal foi suficiente para obtermos uma visão completa sobre a emigração no concelho, mas também para compreender melhor a emigração portuguesa no contexto das migrações internacionais, em particular das intraeuropeias.

Deste modo, o assunto da nossa dissertação começou a tornar-se mais claro quando restringimos a nossa análise ao período que decorreu de 1946 até 1974, e à realidade da emigração portuguesa em geral. Considerámos relevante compreender o significado da emigração portuguesa, em particular para o centro da Europa ocidental, na época de expansão económica que decorreu desde o fim da Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1970. Portanto, tratava-se de compreender a função de reserva de mão-de-obra dos países mais desenvolvidos do centro europeu, que Portugal assumiu no quadro da divisão internacional do trabalho. Ou seja, referimo-nos ao papel de garante de mão-de-obra barata, através dos fluxos emigratórios ou da provisão de locais de produção

rentáveis para o capital do centro, que os países da semiperiferia, onde se integram os do sul da Europa, foram desempenhando depois da Segunda Guerra Mundial (Arrighi, 1990, pp. 27—28).

Portanto, esta questão não poderia ser aprofundada considerando apenas questões micro, como as histórias de vida dos emigrantes e as suas razões particulares para deixarem o país. Por isso, decidimos secundarizar as teorias das migrações baseadas no modelo neoclássico, que tem dominado o estudo das migrações desde o século XIX, embora apresente uma visão que, muitas vezes, não se coaduna com a realidade observada, sendo, por isso, incapaz de “explicar as migrações como um processo social” (De Haas, 2021, p. 6). Do mesmo modo, uma das suas premissas mais célebres, a de que os indivíduos, dotados de racionalidade, decidem emigrar devido às disparidades salariais entre o seu país e o país de destino, maximizando a sua utilidade demonstra-se simplista (Sanderson, 2012, pp. 462—463). Com efeito, como pretendemos demonstrar ao longo deste trabalho, ainda que as disparidades salariais entre os países sejam importantes, enquanto manifestação da desigualdade no sistema capitalista mundial, estas são condições suficientes, mas não necessárias, para a ocorrência de fluxos de mão-de-obra (Arango, 2000, p. 288).

No nosso entender, sendo claro que a compreensão mais alargada dos movimentos populacionais não é possível sem que estes sejam contextualizados no modo de produção capitalista em que vivemos há alguns séculos, optámos pelas perspectivas de natureza histórico-estrutural. Como dissemos, escolhemos a perspectiva do sistema-mundo, que, apesar de não ser um modelo analítico desenvolvido especificamente para o estudo das migrações, consiste numa ferramenta útil para concetualizar os movimentos migratórios de um ponto de vista histórico e sistémico, e por isso, enquanto processo inerente às dinâmicas da transformação social, no quadro do funcionamento do sistema capitalista global — da economia-mundo capitalista. Contudo, no decorrer das nossas leituras exploratórias, outro aspeto, referente à questão das migrações e do desenvolvimento, influenciou na nossa opção por esta perspectiva. Muitas vezes, no âmbito académico e fora deste, as migrações são perspectivadas como um fator de desenvolvimento dos países mais pobres, essencialmente devido ao montante das remessas que os trabalhadores emigrados enviam para o seu país de origem. Não querendo desvalorizar a importância das migrações como meio de ascensão social, pois estas são, sem dúvida, um mecanismo que tem garantido a muitos grupos domésticos melhorar as suas condições de vida, a nossa questão tem que ver com o verdadeiro impacte destas no desenvolvimento dos países que exportam mão-de-obra. Com efeito, deparamo-nos, por todo o mundo, com exemplos de países que, há décadas, se destacam por serem grandes exportadores de mão-de-obra, por vezes altamente qualificada, e, no entanto, não nos parece que se tenham desenvolvido significativamente, ficando presos

à condição de reservatório de mão-de-obra. Deste modo, ficámos com as seguintes perguntas em mente: Será que a exportação de mão-de-obra ainda pode assegurar o desenvolvimento económico dos países? Quem tira proveito dos fluxos de mão-de-obra no quadro de divisão internacional do trabalho?

Embora, na ótica do sistema-mundo, abundem os estudos sobre os outros fatores de produção, as dinâmicas cíclicas da economia-mundo e os mecanismos de exploração das zonas periféricas, bem como sobre a posição estrutural dos Estados, sendo de destacar o trabalho dos académicos do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra em torno da condição semiperiférica de Portugal na economia-mundo (Fortuna, 1985; Fortuna, 1987; Reis, 1993; Santos, 1985; Santos, 1993), apercebemo-nos de que não existem muitos estudos que abordem os fluxos de mão-de-obra de acordo com a perspetiva do sistema-mundo. Assim, no nosso entender, este trabalho possui relevância, uma vez que se oferece como contribuição para não só colmatar a lacuna mencionada, problematizando as migrações de acordo com a perspetiva do sistema-mundo, mas também como uma tentativa de a confrontar, teoricamente, com as perspetivas convencionais acerca das migrações afetas, essencialmente, ao modelo neoclássico. Assim, no decorrer deste trabalho, pretendemos responder às seguintes questões: Qual a atualidade do modelo neoclássico para o estudo das migrações? Por que motivo os fluxos de mão-de-obra se dirigem, fundamentalmente, das zonas periféricas para o centro? Quais são as forças estruturais que os originam e os sustentam ao longo do tempo? De que forma os fluxos de mão-de-obra representam uma transferência de mais-valia no sistema capitalista mundial? Podem os fluxos de mão-de-obra reproduzir as assimetrias de desenvolvimento entre os países?

Para o efeito, dividimos a nossa dissertação em dois capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “A análise dos sistemas-mundo”, tem como objeto dar a conhecer o movimento intelectual, com propósitos epistemológicos, fundado por Wallerstein, sendo que procedemos à sua esquematização concetual.

Resultante do contexto histórico que Wallerstein presenciou de perto — o questionamento da teoria da modernização predominante na Sociologia norte-americana, e dos movimentos de contestação de maio de 1968 —, este novo modelo analítico propõe-se compreender a mudança social através de totalidades económicas, e superar o Estado-nação como unidade de análise da ação social no mundo moderno. As suas bases teóricas consistem, essencialmente, na análise centro/periferia da divisão internacional do trabalho da CEPAL, mais tarde elaborada pela teoria da dependência, e na historiografia da Escola dos Annales, em particular o trabalho de Fernand Braudel, cujo conceito de “*économie-monde*” inspirou a unidade de análise de Wallerstein.

Para Wallerstein, o capitalismo desenvolve-se sob a forma de uma economia-mundo, um sistema social delimitado temporal e espacialmente, que se define pela existência de uma única uma única divisão do trabalho que transcende as fronteiras das múltiplas entidades políticas (Estados) e culturais (1974c, pp. 390—391). Deste modo, no seu entender, “o que é peculiar no mundo moderno é a estabilização de uma (...) divisão social do trabalho cujas fronteiras são maiores do que as de qualquer entidade. As estruturas políticas não contêm ‘economias’, pelo contrário: a ‘economia-mundo’ contém estruturas políticas, ou Estados” (1982a, p. 15).

De acordo com Wallerstein, este sistema-mundo moderno nasceu no século XVI, e encontrava-se limitado, espacialmente, a algumas zonas da Europa e das América, tendo incorporado o resto do mundo ao longo do tempo (2004, p. 23). Na divisão do trabalho que compreende a economia-mundo, as zonas geográficas especializam-se em determinadas atividades produtivas com remunerações económicas desiguais, de modo que, esta diferente alocação de tarefas produtivas pode representar um “sistema de estratificação” (Hopkins & Wallerstein, 1977, p. 127—128). Assim, a divisão do trabalho da economia-mundo baseia-se na tensão centro/periferia, ocorrendo uma troca desigual entre os processos produtivos integrados que a compõem (Wallerstein, 1990b, p. 289; Wallerstein, 1982b, p. 92). Ainda que a especialização produtiva se tenha alterado ao longo do tempo, o centro sempre se especializou em tarefas mais lucrativas e mecanizadas, contrariamente à periferia; a semiperiferia possui uma combinação de tarefas produtivas centrais e periféricas (Hopkins & Wallerstein, 1977, p. 128). Portanto, esta divisão do trabalho assimétrica, tem sido reproduzida ao longo dos séculos, apesar de verificar a mobilidade, em sentido ascendente ou descendente (Chase—Dunn & Inoue, 2011, p. 399). Na economia-mundo capitalista, perante a natureza desigual da troca e da apropriação da mais-valia produzida (Evans, 1979, pp. 15—16), “os Estados integram uma hierarquia de poder que reflete a hierarquia espacial dos processos produtivos e da concentração de capital” (Wallerstein, 1982a, p. 28),

Neste sentido, analisamos a crítica dos marxistas ortodoxos a esta nova concetualização do sistema capitalista, enquanto uma divisão do trabalho centro/periferia. Uma vez que análise destes privilegiava o Estado como unidade de análise, acusaram Wallerstein de negligenciar as classes, e de privilegiar a “circulação”, que consideravam externa aos Estados, em vez da “produção”, interna aos mesmos, e onde residia a pedra de toque do modo de produção capitalista. No entanto, como demonstramos, as críticas marxistas e as dos “autonomistas do Estado” oferecem uma visão redutora do modelo de Wallerstein acerca do desenvolvimento histórico do capitalismo, mas representam também, e essencialmente, numa recusa em aceitar que o capitalismo possa ser perspetivado a partir de uma unidade análise diferente.

Do mesmo modo, explicamos como a perspectiva do sistema-mundo nos oferece uma conceitualização do valor diferente, afastando-se das perspectivas marxistas ortodoxas e da economia “mainstream”. Assim, Wallerstein também nos indica aquilo que o capitalismo não representa, nem pode representar. Designadamente, Wallerstein opõe-se à ideia de o capitalismo objetive a realização total da lei do valor. Enquanto o marxismo ortodoxo acredita na proletarização total — no proletariado moderno, dependente apenas do salário —, e que as sociedades caminham todas rumo à industrialização, etapas que Wallerstein considerava semelhantes às da teoria da modernização, pelo contrário, a realidade demonstra que os grupos domésticos são essencialmente semiproletários, e estão longe de depender apenas do rendimento salarial. Assim, por todo o mundo, persistem atividades de subsistência, pequenas operações de mercado e a economia informal (sobretudo urbana), que não devem ser entendidas como pré-capitalistas. Estas atividades permitem a subsistência até daqueles trabalhadores que recebem salários abaixo do nível de subsistência, possibilitam a transferência de mais-valia e subsidiam o capital. Oferecendo uma nova conceitualização do valor, para Wallerstein, num sistema baseado na acumulação infundável de capital, a proletarização total obstará a esse processo, pelo que “o capitalismo nunca operou da maneira que a sua ideologia dita, porque não pode. Entre outras coisas, se toda a gente fosse um escravo do salário, a habilidade de uma minoria para extrair mais-valia de uma maioria seria quase impossível” (1984b, pp. 54—55).

Neste sentido, destacamos também o fato de a perspectiva do sistema-mundo não dever ser, a nível teórico, equiparada à teoria da modernização. Ainda que esta teoria seja uma das bases fundamentais da perspectiva do sistema-mundo, a análise centro/periferia de Wallerstein difere da formulação da CEPAL e da teoria da dependência. Na análise de Wallerstein, esta hierarquia é inerente à economia-mundo, e contrariamente aos pressupostos de alguns teóricos da dependência, não é possível um Estado desvincular-se do sistema capitalista. O modo de produção capitalista consiste numa totalidade sistémica que atravessa todas as fronteiras estatais, por isso, na economia-mundo, os Estados nem sequer têm soberania para optar por outro modo de produção. Do mesmo modo, também abordamos a questão da semiperiferia. Segundo Wallerstein, trata-se de um estrato intermédio de países — com níveis de riqueza e de poder intermédios — cuja existência sempre se revelou necessária para a estabilidade da economia-mundo. Tendo um carácter essencialmente político, expomos a sua conceitualização e o modo como difere de outras conceções referentes aos Estados de desenvolvimento intermédio.

Subsequentemente, o nosso segundo capítulo, intitulado “As migrações na perspectiva do sistema-mundo” elabora os conteúdos apresentados e discutidos no precedente. Neste sentido, atentámos nos fluxos de mão-de-obra numa perspectiva-histórico estrutural, ou seja numa perspectiva de conflito.

Como referimos, o estudo das migrações tem sido dominado pelas perspectivas herdeiras do modelo económico neoclássico. Basicamente, o modelo neoclássico explica as migrações tendo em conta as decisões individuais, supondo que os indivíduos são racionais, fazem cálculos custo-benefício, e ao migrarem — para as zonas ou países com salários mais elevados —, não só conseguem “maximizar” a sua utilidade, como ajudar a equilibrar, no que respeita a alocação dos fatores de produção, as zonas de origem e as de destino. Este referencial assume ainda que, da mesma forma que os indivíduos são livres, também o são os mercados, e apenas os entraves destes interferem nas decisões ou nos custos de migrar. Como reformulação deste modelo, surgiu na década de 1980 uma teoria intitulada “Nova Economia das Migrações”, que embora apresente o grupo doméstico, em vez do indivíduo, como unidade de análise, modificando o modelo original em diversos aspetos, parece afastar a sua análise do contexto socioeconómico em que a reprodução da força de trabalho tem lugar. Os grupos domésticos também consistiram num tema central das várias publicações do Fernand Braudel Center, a partir da década de 1980, nas quais foram desenvolvidas algumas hipóteses de trabalho anteriormente propostas por Wallerstein (Hopkins & Wallerstein, 1977; Wallerstein, 1980b). Neste sentido, fazemos uma comparação desta teoria com a concetualização de grupo doméstico da perspectiva do sistema-mundo, evidenciando como os grupos domésticos constituem relações sociais, e como esta se revela mais adequada para compreender as decisões no âmbito doméstico.

Essencialmente, o resto do nosso capítulo esforça-se por demonstrar o carácter a-histórico do modelo neoclássico, que se expressa de diversas formas. Primeiramente, fazemos referência às novas manifestações da desigualdade, que têm vindo a estabelecer-se. Contrariamente ao modelo neoclássico, não se verifica um equilíbrio salarial entre os países. A polarização económica global aumentou na sequência da nova divisão internacional do trabalho e da hegemonia do projeto neoliberal; com a reestruturação das cadeias de mercadorias, muitas zonas periféricas industrializaram-se, mas nelas predominam os baixos salários, o emprego informal, muitas vezes parceiro das práticas de “outsourcing” das multinacionais do centro.

A economia neoclássica, embora assente nas diferenças salariais, não consegue explicar as origens históricas e políticas destas, as razões por que persistem ao longo do tempo, nem quais são os mecanismos que as sustentam. Pelo contrário, Wallerstein forneceu uma explicação histórica para estas desigualdades, evidenciando as origens também extraeconómicas dos níveis salariais e da hierarquia da produção na economia-mundo, e como estas se reproduzem historicamente, com processo de troca desigual. Do mesmo modo, limitando-se às decisões individuais, o modelo neoclássico ignora as estruturas que originam e perpetuam as migrações, nomeadamente a penetração do capitalismo do centro, o processo histórico de “structural imbalancing” (Portes, 2016). Neste sentido,

indagamos também sobre a possibilidade de os fluxos de mão-de-obra reproduzirem as assimetrias de desenvolvimento, e perspetivamos os fluxos de mão-de-obra enquanto transferências de mais-valia, tendo como exemplo os fluxos da periferia para o centro verificados na época de maior expansão económica da economia-mundo (1946–1973).

# Capítulo I — A análise dos sistemas-mundo

## 1. 1. Immanuel Wallerstein e a análise dos sistemas-mundo

Immanuel Maurice Wallerstein (1930—2019), influente sociólogo norte-americano, legou às Ciências Sociais a perspectiva, ou análise dos sistemas-mundo<sup>1</sup>, através da qual estabeleceu um novo modelo de análise histórico e holístico, para a compreensão do processo de mudança social, em particular daquele que tem estado em curso desde as origens do capitalismo (Wallerstein, 1974b), que, de modo sucinto, considerava tratar-se de um sistema social histórico, uma economia-mundo, caracterizada por “uma única divisão do trabalho, mas múltiplas entidades políticas e culturas”<sup>2</sup> (Wallerstein, 1974c, pp. 390—391), ou seja, uma entidade “espácio-temporal que atravessa muitas unidades políticas e culturais, representando uma zona integrada de atividades e instituições que obedecem a certas regras sistémicas” (Wallerstein, 2004, p. 17).

Essencialmente, a análise dos sistemas-mundo resultou do esforço intelectual de Wallerstein na procura de um método alternativo para abordar a realidade social. Para este fim, no seu entender, era nova uma unidade da análise alternativa ao Estado, recorrendo a um critério económico, em vez de político, para determinar essa unidade de análise, que apelidou de sistema-mundo, “algo mais amplo do que o Estado-nação, e algo definido pelas fronteiras de uma concreta e contínua divisão do trabalho” (2000b, p. 149). Assim, para Wallerstein (1974b, p. 347—348), entidades habitualmente utilizadas como unidade de análise, como as tribos, as comunidades, e os Estados-nação não devem ser considerados sistemas sociais, pois não são sistemas totais. Na visão de Wallerstein qualquer sistema social deve ser uma totalidade, considerando que o seu aspeto essencial consiste na “existência, no seu interior, de uma divisão do trabalho, de modo que os vários setores ou áreas interiores são dependentes do intercâmbio económico com outros, para um provisionamento eficaz e contínuo das necessidades da área” (1974c, p. 390). Deste ponto de vista, Wallerstein afirma terem apenas existido três tipos sistemas sociais: os minissistemas, os impérios-mundo e as economias-mundo. Os minissistemas possuíam um único enquadramento cultural, tendo sido essencialmente economias recíprocas autónomas, identificáveis em pequenas sociedades agrícolas e recolectoras. Por outro lado, os outros dois sistemas sociais são ambos sistemas-mundo<sup>3</sup>, contendo diversos sistemas culturais e apenas uma divisão do trabalho, porém

---

<sup>1</sup> Embora não ignoremos que nas publicações em língua portuguesa, o termo “sistema-mundo” (“world-system”) apareça, por vezes, traduzido como “sistema mundial” (veja-se Wallerstein, 1990a), neste trabalho recorreremos à primeira opção, pois Wallerstein atribuía relevância ao emprego do hífen no termo influenciado pela “*économie-monde*” de Fernand Braudel (2002, pp. 361—362).

<sup>2</sup> A tradução de todas as citações presentes neste trabalho é da nossa autoria.

<sup>3</sup> De acordo com Wallerstein, a dimensão também diferenciava esses sistemas-mundo dos minissistemas. Por serem “relativamente extensos” são considerados “mundos” (1974b, p. 348).

diferem no sentido em que os impérios-mundo possuem uma estrutura política comum, ao contrário das economias-mundo (1974, p. 390). Portanto, são estes três tipos de sistemas históricos, o objeto de estudo da ação e da mudança social na análise dos sistemas-mundo, (Wallerstein 2004, p. 16), remetendo cada um para os modos de comportamento económico identificados por Karl Polanyi: a reciprocidade, praticada nos minissistemas, a redistribuição, nos impérios-mundo e a troca, nas economias-mundo (Wallerstein, 2002, p. 361). Deste modo, estes sistemas têm por base um modo de produção distinto, referente à forma como, num espaço geográfico, o trabalho é dividido entre a população, e às decisões acerca da produção e alocação de bens e serviços, tendo cada sistema manifestado relações de desigualdade, na contribuição da força de trabalho para a coletividade, e na repartição da mais-valia (Wallerstein, 1984b, pp. 147—148).

Assim, o nome da perspectiva expressa, em última análise, um contributo epistemológico marcante de Wallerstein: a reconceptualização do processo de mudança social, que considera ter lugar no interior de totalidades, e não de sociedades nacionais (Goldfrank (2012, p. 97), mas também revela, como refere Wallerstein, uma visão do “mundo social como uma sucessão ou coexistência de múltiplas entidades de larga-escala e de longo-prazo, que designo de sistemas históricos” (1987, p. 203). Logo, esta análise histórica e sistémica assume também importância na sua visão acerca das origens e do desenvolvimento do mundo moderno. Historicamente, de acordo com Wallerstein, este inicia-se por volta de 1500, quando a coexistência de sistemas históricos começa a desmoronar-se, pois uma economia-mundo emergente numa parte da Europa, que logrou não ser absorvida por um império-mundo, estabeleceu as bases do modo de produção capitalista, expandindo-se geograficamente, e acabando por incorporar na sua divisão social do trabalho os restantes impérios-mundo, e minissistemas (1987, pp. 203—205). A economia-mundo capitalista difere dos outros sistemas, quanto à sua estrutura e modo de produção. Neste sistema, as decisões acerca da quantidade a produzir, e a redistribuição da mais-valia não cabem a um poder central comum; a produção tem como finalidade a troca e o lucro, e as decisões referentes à produção recaem sobre os detentores das empresas produtivas, que podem ser Estados, e a redistribuição da mais-valia faz-se através do mercado, embora os Estados nele intervenham (Wallerstein, 1979, pp. 150—154). De acordo com Wallerstein, a economia-mundo capitalista surgiu na Europa do século XVI, no contexto da crise do feudalismo, que tendo pressionado os rendimentos dos senhores feudais<sup>4</sup>, impulsionou o

---

<sup>4</sup> Contrariamente à perspectiva dominante, Wallerstein considera que o sistema capitalista não resultou do “progresso” da burguesia sobre a aristocracia fundiária decadente; na sua visão, a leitura a ser feita era a de uma aristocracia que, perante a degradação do sistema, procedeu a uma “cirurgia estrutural”, transformando-se na burguesia, para que a exploração dos “produtores diretos” pudesse prosseguir (1995, pp. 105—106).

aparecimento do capitalismo agrícola, e deu origem a uma nova divisão do trabalho entre a Europa ocidental e a Europa de leste (Babones & Chase-Dunn, 2012, p. 2). Enquanto estrutura de extração de mais-valia, a economia-mundo europeia não assentava na apropriação de rendas, como no sistema feudal, desenvolvendo antes uma apropriação baseada na expansão da produtividade—primeiro agrícola, depois industrial—, por meio do mercado mundial, com o apoio, extraeconómico, dos Estados (Wallerstein, 1974b, pp. 37—38). Assim, foi durante o “longo século XVI” (1450-1640), no contexto desta economia-mundo, inicialmente centrada na Europa, incluindo partes das Américas como a sua periferia, que tomou forma a divisão social do trabalho do mundo moderno. Em virtude do imperialismo e do colonialismo europeu, o sistema-mundo moderno transformou-se, de modo progressivo, numa vasta área geográfica interconectada por trocas comerciais desiguais, através de cadeias de produção de mercadorias que atravessam diferentes regiões da economia-mundo (Mielants, 2012, pp. 56—58). Neste sentido, segundo Wallerstein, para a consolidação da economia-mundo capitalista foram necessários: o seu alargamento geográfico, a existência de diferentes formas de controlo do trabalho, para determinados produtos, nas zonas da economia-mundo, e estruturas estatais fortes que, futuramente viriam a constituir os Estados do centro do sistema (1974c, pp. 37—38). Tendo a divisão do trabalho como critério, identificou três zonas da economia-mundo — o centro, a periferia, e a semiperiferia —, cada uma especializada em diferentes tarefas produtivas, agrícolas e industriais, e onde, como consequência, predominavam modos de controlo da força de trabalho distintos — servidão e “feudalismo” na periferia, trabalho assalariado e independente no centro, e parceria na semiperiferia —, com implicações para os Estados, ou “arenas de ação política” (1974c, pp. 84—87). Portanto, estas três zonas distinguíveis “pelas suas diferentes funções económicas dentro da divisão mundial do trabalho, assim como pelas suas estruturas de classes, organização política, e modos de controlo da força de trabalho, estruturam a montagem de processos produtivos, que constitui a economia-mundo capitalista” (Hopkins & Wallerstein, 1977, p. 142)

Assim, enquanto nos sistemas precedentes, a pilhagem e o tributo consistiam nos principais mecanismos de transferência de mais-valia entre regiões, a economia-mundo capitalista constitui uma “estrutura de drenagem de mais-valia” na qual a extração ocorre através da mercadoria, e a polarização económica resulta de modos costumeiros de produção e de distribuição entre as regiões (Clelland, 2012, p. 198). A incorporação de novas zonas na divisão social do trabalho da economia-mundo ocorreu paulatinamente, em função do desenvolvimento dos transportes, comunicações, e armamentos, que tornaram o processo menos dispendioso. Do mesmo modo, as incorporações tendiam a ocorrer em fases de contração económica, respondendo à diminuição dos lucros, porquanto permitiam angariar matérias-primas e mão-de-obra barata, “semiproletarizada” (Wallerstein, 1995, pp. 38—39). Portanto, a “drenagem de

mais-valia” tem como elemento essencial a ampliação geográfica do sistema; uma vez que a lucratividade é potencializada em função da minimização dos custos de produção, a economia-mundo sustentou-se no colonialismo, na incorporação de zonas externas, nos fatores de produção baratos, e no capital quase-monopolista (Clelland, 2012, p. 198); logo, desde o início, a economia-mundo difere dos outros sistemas, pelo facto de a sua lógica de acumulação infundável ser indissociável de um sistema de troca desigual (Mielants, 2012, p. 59). Esta realidade contrasta assim, com a época anterior aos próprios Descobrimentos, na qual existiam relações comerciais entre impérios-mundo, sem que, por várias razões, nenhuma dessas “esferas de influência” (europeia, asiática ou africana) tenha incorporado outra. As trocas entre estas entidades caracterizavam-se pela igualdade; apesar de cada entidade possuir um modo de produção distinto, concordavam entre si um valor de troca comum, que cada uma traduzia, internamente, num valor de uso em específico (Coquery-Vidrovitch, 1985, p. 85). Como Arrighi observou, recorrendo à terminologia de Braudel, antes da economia-mundo capitalista, já existia uma “economia mundial de mercado” composta por “muitas comunicações horizontais entre diferentes mercados”, constituindo uma camada que se sobrepôs à “vida material”; no entanto, interessa compreender quando e de que forma o capitalismo, enquanto sistema-mundo, se sobrepôs à “economia de mercado mundial”, moldando, ao longo do tempo, os mercados e a vida quotidiana. Assim, segundo o autor, foi a concentração do “poder capitalista”, anteriormente disperso geograficamente, por meio da “fusão do Estado e do capital”, o elemento determinante para o enraizamento do capitalismo na Europa, originando a expansão geográfica dos Estados europeus, até ao estabelecimento de uma economia-mundo de nível global (1994, pp. 10–11).

No século XVI, o sistema-mundo, tal como as entidades políticas que se relacionavam no seu interior, carecia de uma integração total. Estas entidades, transformadas em Estados, relativamente fortes ou fracos, inauguraram o sistema de Estados europeu—e mais tarde, o sistema de Estados internacional—que se desenvolveu consoante a expansão da divisão do trabalho, terminada no início do século XX, quando a economia-mundo incorporou as regiões que ainda lhe eram externas (Hopkins & Wallerstein, 1977, pp. 112–113, 125). Portanto, na economia-mundo, os Estados constituem as entidades fundamentais de organização política, embora limitados pelo sistema interestados, formado ao longo do século XVI, e reconhecido em 1648, no Tratado de Vestefália, que prescreveu, teoricamente, a soberania e a igualdade de todos (Wallerstein, 2011b/1980, pp. xxi). Ao longo da existência da economia-mundo, nenhum Estado conseguiu controlar toda a economia mundial, de modo a transformá-la num império; o centro do sistema tem sido constituído por Estados em disputa, donde emergem potências hegemónicas que nunca comandaram toda a economia (Erin & Chase-Dunn, 2020, p. 956). Assim, no decorrer do desenvolvimento cíclico da economia-mundo, as Províncias

Unidas consolidaram a sua hegemonia durante o século XVII; no século XVIII, após ter superado a França, a Grã-Bretanha obteve o estatuto hegemónico, e o século XIX assistiu à ascensão dos Estados Unidos da América (Chase-Dunn & Inoue, 2011, p. 400).

Logo, ao contrário do que sucedia no tempo dos impérios-mundo, os Estados modernos não consistem em entidades políticas isoladas, sendo definidos pela participação no sistema interestados. Porém, esta estrutura com múltiplos Estados implica a limitação da soberania dos Estados, o elemento distintivo dos Estados modernos, “recriando uma forma de soberania parcelada”. Ainda assim, o sistema interestados permite superar as fronteiras estatais e contornar decisões acerca dos direitos de propriedade, assim como possibilita a formação e sobrevivência de sistemas patrimoniais entre Estados. O sistema interestados nunca limitou o crescimento e a acumulação infundável de capital; na realidade, este consiste numa manifestação importante dessa atividade (Wallerstein, 1999b, p. 26). Segundo Wallerstein, o modo de produção capitalista sobrevive apenas no enquadramento proporcionado por uma economia-mundo, pois uma única estrutura política aniquilaria os interesses dos capitalistas na acumulação infundável, a favor das prioridades dos detentores de poder. A reprodução do sistema deve-se à eficiência da divisão do trabalho, dependente de uma contínua ampliação da riqueza; no entanto, para este fim, são necessários vários Estados ao longo de uma divisão global do trabalho única, para que os capitalistas possam evitar os Estados contrários às suas atividades (2004, p. 24). Enquanto nos impérios-mundo, as formações sociais periféricas, sob ameaça do poder militar, concediam parte do excedente ao centro, na economia-mundo, a hierarquia de poder entre os Estados, é reproduzida através do mercado, recorrendo-se ao uso da força quando as leis do mercado, favoráveis ao centro, são contestadas (Chase-Dunn & Grimes, 1995, p. 396). No capitalismo, a guerra consiste, em grande medida, num complemento das atividades de comércio e investimento, sendo que a existência de um sistema de Estados soberanos, supõe a legitimidade da atividade bélica (Chase-Dunn, 1998, p. 108). Assim, a “colagem” que sustenta a economia-mundo consiste numa junção da interdependência proporcionada pelo mercado, na divisão global do trabalho, e do poder militar e político do centro (Chase-Dunn, 1998, p. 92).

### 1.1.2. Fundamentos teóricos da perspectiva do sistema-mundo: a análise centro/periferia

Desde a sua origem, a economia-mundo tem funcionado, a nível espacial, como uma divisão permanente entre centros e periferias, reproduzidas pelos processos acumulação de capital e de troca desigual; a nível temporal, opera de modo cíclico, pelo que o seu crescimento se apresenta sob a forma de ondas, registando a sua taxa de crescimento uma tendência oscilante (Hopkins & Wallerstein, 1977, p. 122). Nesta perspectiva, a mudança social na era moderna não se trata de um conjunto de processos de

desenvolvimento paralelos, dentro de unidades políticas, ou seja, a economia-mundo não consiste numa “junção de economias nacionais, pois nenhuma delas consiste numa divisão de trabalho completa” (Wallerstein, 1984b, p. 13); a análise da ação social centra-se na economia-mundo enquanto “totalidade espaciotemporal”, na qual existe uma divisão de trabalho espacial entre as suas partes, estendendo-se a sua dimensão temporal, enquanto essa divisão do trabalho conseguir reproduzir a “totalidade social” (Hopkins & Wallerstein, 1977, p. 122). Neste sentido, segundo Wallerstein, o sistema capitalista consiste “num local concreto, limitado temporal e espacialmente, de atividades produtivas integradas, no qual a infindável acumulação de capital tem sido (...) a lei que governa, ou prevalece na atividade económica fundamental”, sendo esta lei cada vez mais absorvida pelo “tecido social”, ainda que sempre tenha existido contestação social. No seu entender, perante os avanços científicos e tecnológicos logrados, tem sido frequentemente descurado o facto de que este progresso beneficiou poucas pessoas (1995, pp. 18—19). Na realidade, este fez-se acompanhar por uma desigualdade estrutural, ocorrendo um significativo processo de hierarquização espacial, com uma divisão do trabalho polarizada, entre centros e periferias, apesar da integração da economia-mundo, a formação de uma estrutura mundial de classes polarizada, entre capitalistas e proletários, e a constituição de Estados com diferentes capacidades políticas, em conformidade com a sua localização na hierarquia espacial da atividade económica (Wallerstein, 1982a, pp. 14—15). Portanto, de acordo com Wallerstein, o capitalismo deve ser abordado no enquadramento desta economia-mundo, como um “todo integrado”, e enquanto sistema social essencialmente histórico, tendo-se proposto descrever o seu funcionamento, clarificar as suas transformações e continuidades, bem como prognosticar a sua trajetória (1995, pp. 7—13).

Wallerstein legou uma extensa e multifacetada bibliografia, dispersa por décadas de contínuo e profícuo trabalho. A sua obra possui um apelo global, estando publicada em diversos idiomas. Como evidência deste seu reconhecimento internacional, para além das inúmeras distinções e doutoramentos *Honoris Causa* que lhe foram atribuídos, note-se também a consternação pública, expressa em múltiplas manifestações de pesar provenientes de todos os cantos do mundo, aquando do seu falecimento em agosto de 2019, altura em que o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos considerou Wallerstein, de forma categórica, “o mais notável sociólogo norte-americano do século XX” (2019, para. 1). À semelhança da sua bibliografia, é também rico e longo o seu percurso intelectual, que considerou “uma longa demanda pela explicação adequada da realidade contemporânea” (Wallerstein 2000b, p. xv), e o levou até à formulação e divulgação da análise dos sistemas-mundo — percurso este a cujos aspetos mais relevantes aqui vamos fazendo referência. Nascido em Nova Iorque, Wallerstein estudou Sociologia na Universidade de Columbia, onde lecionou até 1971. Embora alcance maior

notoriedade a partir de 1974, ano da publicação de *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*, iniciou a sua carreira como africanista (Goldfrank, 2000, pp. 151–155), levando-o, a sua formação académica, também a Paris, onde se inteirou do radicalismo terceiro-mundista de Frantz Fanon, e do trabalho de Fernand Braudel, da Escola dos Annales. Em África (Gana e Costa do Marfim), realizou trabalho de campo, viajando posteriormente pelo continente em investigação acerca dos movimentos independentistas (Goldfrank, 2012, p. 98). Para Wallerstein (2000b, p. xvii), os estudos africanos constituíram um alicerce fundamental na elaboração da análise dos sistemas-mundo, permitindo-lhe reconhecer as questões políticas determinantes no mundo contemporâneo e questionar o método comparativo do estudo das sociedades, pois a realidade dos novos Estados do Terceiro Mundo no século XX, não era comparável àquela que os da Europa ocidental conheceram no século XVI (Wallerstein, 2002, pp. 360–361). Wallerstein entendeu que a mudança social nesses países seria incompreensível se as dinâmicas político-económicas mundiais não fossem consideradas; assim, concentrando-se no desenvolvimento da Europa moderna, apresentou a economia-mundo, uma totalidade para analisar a mudança social em qualquer Estado (Goldfrank, 2000, p. 157), enquanto parte dessa estrutura que beneficiava uns Estados em detrimento de outros, interessando conhecer as relações político-económicas que inibiam o desenvolvimento e criavam dependência (Bach, 1982, p. 162).

Enfatizando a relevância das relações comerciais de troca desigual, assentes na exploração, e o impacto perene destas, no centro e na periferia (Mielants, 2012, p. 58), numa perspetiva de longa duração, o extenso trabalho de Wallerstein contribuiu para refutar a lei da vantagem comparativa, evidenciando como assimetrias iniciais nas relações de interdependência entre sociedades se intensificaram, ao ponto de consolidarem a dicotomia que atualmente designamos de Norte/Sul (Mennell, 2010, p. 2351). Ao questionar a economia neoclássica, a noção de “troca desigual” tenciona entender como as relações de poder assimétricas, historicamente determinadas, geraram as vantagens comparativas do presente (Jorgenson & Rice, 2012, p. 432). Face à hierarquização da especialização produtiva, a economia-mundo assenta na dicotomia centro/periferia, “processos de produção relacionados que são desiguais” (Wallerstein, 1982b, p. 92), nos quais os produtores de bens de lucros e de salários elevados, e mais capital-intensivos, se apropriam da mais-valia dos produtores de bens menos lucrativos, donde resulta uma troca desigual<sup>5</sup> (Wallerstein, 1979, p. 162). Historicamente, um dos

---

<sup>5</sup> De acordo com Wallerstein, o termo “troca desigual” (“unequal exchange”) foi proposto por Arghiri Emmanuel, que visava rejeitar a teoria de Ricardo, de que o comércio internacional trazia benefícios mútuos. O comércio internacional, no quadro da economia-mundo capitalista é “inerentemente

mecanismos que mais incrementou esta desproporção consistiu na integração vertical dos vínculos das cadeias de mercadorias, remetendo os fluxos de mais-valia para o centro, onde a concentração de capital custeou o reforço da mecanização, permitindo aos produtores adicionar mais vantagem comparativa sobre produtos existentes, e inventar produtos novos e raros (Wallerstein, 1995, p. 32). Assim, este mecanismo revelou-se fundamental na reprodução do sistema, sendo improvável que os Estados do centro pudessem usufruir dos seus atuais níveis de riqueza e de poder, sem um passado de trocas mercantis (diretas ou indiretas) com Estados ou regiões, onde a remuneração era comparativamente mais baixa (Arrighi, 1990, p. 12), pelo que nunca teria sido rentável aumentar a divisão mundial do trabalho, sem a troca desigual (Wallerstein, 1974a, p. 5).

Na formulação da unidade de análise, Wallerstein foi influenciado por debates, ocorridos entre 1945 e 1970, no seio das Ciências Sociais: a dicotomia centro/periferia da CEPAL<sup>6</sup> e da teoria da dependência; o debate acerca do modo asiático de produção; a polémica em torno da transição do feudalismo para o capitalismo; e a questão da história total, com a preponderância, no meio historiográfico, da Escola dos Annales. No seu entender, todos estes debates tiveram importância, pois questionaram a utilidade das etapas do desenvolvimento, presentes tanto na visão liberal como na marxista, permitindo indagar acerca da unidade de análise apropriada no estudo da mudança social. Para este último objetivo, assumiu protagonismo uma corrente das Ciências Sociais da década de 1960, a teoria da dependência, com a qual cientistas sociais da América Latina, na esteira da CEPAL, criticaram as políticas económicas orientadas para o comércio livre, difundidas pelos países ocidentais (2004, pp. 11–14), e questionaram a teoria da modernização, expondo as consequências de 500 anos de colonialismo europeu e neocolonialismo norte-americano (Chase-Dunn & Inoue, 2011, p. 399). Para André Gunder Frank, um dos mais destacados teóricos da dependência, a teoria da modernização era incapaz de explicar a polarização económica entre os países, pois via as condições que obstam ao desenvolvimento, como internas aos países subdesenvolvidos, sem considerar os vínculos destes com os países económica e tecnologicamente avançados (Chew & Laudale, 2010, p. 1). Neste contexto, Frank remeteu para as insuficiências das teorias do desenvolvimento predominantes, perante o carácter não integral destas na explicação do subdesenvolvimento, mas também do desenvolvimento no interior de um único sistema:

“a maior parte das nossas categorias teóricas e guias para a política de desenvolvimento, têm sido destiladas exclusivamente da experiência histórica

---

desigual”, e a transferência de mais-valia deve-se ao “facto de mais força de trabalho ter sido investida na produção do valor trocado, numa area, em relação a outra” (1982b, p. 92).

<sup>6</sup> Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas. Esta comissão da Organização das Nações Unidas, liderada por Raúl Prebisch, introduziu na década de 1950, os termos “centro” e “periferia” nas Ciências Sociais, contudo a utilidade analítica destes, foi mais tarde aprofundada pelos teóricos da dependência (Wallerstein, 2004, pp. 11-12).

dos países capitalistas desenvolvidos da Europa e da América do Norte. Mais importante ainda, a nossa ignorância acerca da história dos países subdesenvolvidos, leva-nos a assumir que o passado e o presente destes, se assemelha a etapas iniciais da história dos países agora desenvolvidos (...) ademais, a maioria dos estudos do desenvolvimento e subdesenvolvimento não tem em consideração as relações económicas, nem outras relações, entre a metrópole e as suas colónias económicas através da história da expansão global do (...) sistema capitalista” (1970, pp. 3–4).

Assim, na explicação do subdesenvolvimento da periferia, Frank recorreu à expressão “o desenvolvimento do subdesenvolvimento”, implicando que este resultava do desenvolvimento histórico do capitalismo, e não de uma condição primordial atribuível aos países subdesenvolvidos (Wallerstein, 2004, p. 12). Para Frank, o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” iniciou-se com a conquista europeia do século XVI, e a conseqüente incorporação no sistema capitalista; a estrutura deste, uma cadeia de apropriação de mais-valias, modificou sociedades até então “não desenvolvidas”, vinculando-as, produtiva e comercialmente, ao mercado global (Herrera, 2008, p. 222). A expansão dos países ibéricos até às Américas inaugurou o capitalismo moderno, ao estabelecer um sistema económico global, doravante baseado em vínculos de dependência, entre o centro, na Europa, e a periferia colonial e, mais tarde, neocolonial (Coquery-Vidrovitch, 1985, pp. 85–86). Assim, no quadro deste sistema, as relações económicas diferem, pois quando

“se estabelece uma articulação centro/periferia, a historia toma (...) uma dimensão mundial (...) tudo o que se passa no centro do sistema (no sentido estratégico — e não geográfico — do termo) tem repercussões na periferia: qualquer perturbação da estrutura no centro provoca a procura de um novo equilíbrio, através de uma readaptação do todo, que se traduz geralmente num reforço do projeto económico ocidental: a partir desse momento (...) a história dos contatos entre o Ocidente e o resto do mundo transforma-se na história das etapas da subordinação, por parte da economia ocidental, da sua periferia” (Ibidem, pp. 87–88).

Wallerstein aplicou esta perspetiva à história de África, porém ao ler Fernand Braudel, e os escritos de Marian Malowist acerca da Polónia no século XVI, reparou que as relações centro/periferia já se verificavam também na Europa, aquando do nascimento do capitalismo (Chase-Dunn & Inoue, 2011, p. 399), reconhecendo assim no surgimento da servidão na Europa de Leste, em particular na Polónia, um capitalismo periférico de trabalho forçado, semelhante ao da América, assente na escravidão, pelo que uma estrutura de domínio/dependência não requeria um império formal (Babones & Chase-

Dunn, 2012, p. 2). Por conseguinte, ao redimensionar as relações centro/periferia, Wallerstein remete para o facto de o desenvolvimento desigual da economia-mundo consistir, desde o início, num “formato multinível de camadas sobre camadas, cada uma polarizada em termos de uma distribuição de ganhos bimodal” (1974b, p. 86), pelo que “no século XVI, existia um diferencial entre o centro da economia-mundo europeia versus as suas áreas periféricas, dentro do centro europeu, entre os Estados, dentro dos Estados entre regiões e estratos, dentro de regiões, entre a cidade e o campo” (Ibidem, p. 86). Assim, de acordo com Wallerstein (1972, pp. 97–98), no decorrer do século XVI, uma divisão do trabalho desigual entre a Polónia e a Europa ocidental, contribuiu para o subdesenvolvimento da Polónia, e condicionou a sua estrutura de classes, impedindo a formação de um Estado forte e de uma manufatura local:

“No final do século XVI, a Polónia exemplificava aquilo a que chamaríamos, nos termos do século XX, um Estado neocolonial. Era produtora de culturas agrícolas, que trocava internacionalmente, por produtos manufaturados de outros países (...) era uma economia aberta e a maior parte da sua mais-valia era drenada para fora. (...) A Polónia tornou-se, no decorrer do século XVI, um país subdesenvolvido na economia-mundo europeia” (Ibidem, p.97).

Assim, em última análise, o entendimento de que a América Latina e a África se assemelhavam à Europa de Leste, no sentido em que ambas se tornaram zonas periféricas, em virtude da exploração levada a cabo por países do centro, durante séculos, desembocou na visão de um sistema completamente estratificado (Chase-Dunn, 2002, p. 592). Ao mesmo tempo, evidenciou como as relações centro/periferia persistem através de uma sucessão histórica de diferentes estruturas institucionais, responsáveis por integrar os diversos processos produtivos, como sejam os monopólios comerciais da época colonial, ou as transações internas das multinacionais da atualidade; logo, a troca desigual ocorre de diversas formas, reproduzindo a dicotomia centro/periferia, apesar de, no decorrer dos séculos, se ter modificado substancialmente “a organização dos processos produtivos que formam o centro, a semiperiferia e a periferia do sistema” (Hopkins, 1982, pp. 20–21). Ainda que a expressão institucional e a natureza das relações centro/periferia se modifiquem, estas representam, continuamente, uma mistura de coerção política de nível institucional, assim como, a nível económico, de vantagens comparativas que perpetuam a transferência da mais-valia para o centro. Na época do colonialismo, os Estados do centro garantiram termos de troca benéficos, e mais tarde, mantiveram-nos através de quase-monopólios, do investimento direto e do domínio financeiro (Erin & Chase-Dunn, 2020, pp. 955–961). Nas últimas décadas, tem sido aceite a ideia de que estamos numa época pós-colonial, e que as relações centro/periferia são agora terminologia arcaica para dar conta da desigualdade mundial. Numa linha de pensamento desenvolvimentista, os Estados são entendidos como

“independentes uns dos outros”, todos caminhando para o progresso, e, na ausência de colônias, já não se pode falar em práticas de exploração e de dominação por parte da metrópole. Todavia, face à contínua polarização económica, importa compreender quais são as relações de poder atuais na economia-mundo que subjagam a periferia na extração de mais-valia (Cervantes-Rodríguez & Grosfoguel, 2002, p. xix).

Embora a perspetiva do sistema-mundo se demonstre em sintonia com a teoria da dependência, entendo, em parte, o subdesenvolvimento como consequência dos processos do capitalismo, não aborda apenas a realidade do Terceiro Mundo pós-colonial, como a maior parte dos teóricos da dependência, permitindo analisar qualquer nível do sistema (centro, semiperiferia e periferia) desde as suas origens, e compreender as suas dinâmicas internas, designadamente a acumulação de capital, a periferização de zonas da economia-mundo, e a expansão desta (Timberlake, 1985, pp. 10–11). A perspetiva do sistema-mundo considera o desenvolvimento interno da economia-mundo, enquanto consequência das relações seculares centro/periferia, e da sua transformação regular devido ao processo de incorporação (Hopkins & Wallerstein, 1982, p. 134), porquanto o alargamento da economia-mundo, criando novas áreas periféricas, implicou a modificação do papel estrutural de outros países (Wallerstein, 1974c, p. 409) na divisão do trabalho.

Paralelamente, Wallerstein (2002, p. 361) retirou a ideia de uma unidade de análise total assim como a designação da mesma, da obra *O Mediterrâneo* de Braudel, na qual o historiador considerou o mediterrâneo do século XVI uma “*économie-monde*”, traçando assim uma distinção entre esta e a “*économie mondiale*”. De acordo com Wallerstein,

“esta distinção era crucial: (...) *économie mondiale* (...) significa a ‘economia do mundo’ e ‘*économie-monde*’ (...) significa uma ‘economia que é um mundo’ (...). Na última formulação, o mundo não é uma entidade reificada (...) dentro da qual uma economia é construída; mais propriamente, as relações económicas definem as fronteiras do mundo social. A segunda diferença era geográfica. No primeiro emprego, ‘mundo’ equivale ao globo; no segundo emprego, ‘mundo’ significa apenas um amplo espaço geográfico (dentro do qual muitos Estados estão localizados), que, no entanto, pode ser, como habitualmente é, menos extensivo que o globo (mas também pode abranger o globo todo)” (Ibidem, p. 361).

No entanto, apesar da centralidade do conceito de economia-mundo na obra de Wallerstein, ao contrário de Braudel, que entendia o mundo desde a Antiguidade como uma coabitação de várias economias-mundo, para Wallerstein apenas existe a

economia-mundo europeia, desenvolvendo o modo de produção capitalista a partir do século XVI (Herrera, 2008, p. 218). Nesta senda, também discorda do marxismo ortodoxo quanto à datação do capitalismo, cujo início situa, portanto, no século XVI, em vez do século XIX, evidenciando a natureza capitalista, por exemplo, do “feudalismo tardio” na Europa de Leste, e do comércio de escravos no Atlântico (Babones, 2015, pp. 3–4), pelo que rejeita a ideia de que a acumulação capitalista se tenha iniciado apenas com a relação capital industrial/trabalho assalariado na Europa, relegando processos de acumulação distantes para uma condição de acumulação primitiva e pré-capitalista, que embora tenham gerado riqueza, esta não é considerada capital, e, por isso, não integral ao desenvolvimento do capitalismo na Europa (Hopkins & Wallerstein, 1977, pp. 119, 139). Através desta reconceptualização do marxismo ortodoxo, Wallerstein atentou nos aspetos da expansão do sistema ao longo de séculos, descurados noutras análises centradas maioritariamente na mudança social ocorrida no centro—a Europa ocidental (Holton, 2011, pp. 34–35).

Considerando as relações centro/periferia ainda antes da Revolução Industrial, Wallerstein questionou o eurocentrismo das Ciências Sociais, e reformulou o debate acerca das origens da modernidade, opondo-se às perspetivas dominantes (Mielants, 2012, pp. 57–58). Em 1971, mudou-se para a Universidade McGill, na sequência da afinidade que demonstrou pela causa dos estudantes, durante os eventos em maio de 1968. No ano de 1976, com Terence K. Hopkins, fundou na Universidade de Binghamton o Fernand Braudel Center for the Study of Economies, Historical Systems and Civilizations<sup>7</sup> (Goldfrank, 2000, pp. 157–158), instituição cujo nome remetia para o empenho de ambos no estudo da mudança social de longo prazo e de larga escala, a *longue durée* (Wallerstein, 2002, p. 366), e começou a dedicar-se, a partir da sua instituição e de outras pelo mundo fora, à revisão do seu modelo analítico, com o apoio de colegas e estudantes (Goldfrank, 2000, p. 152). Desde então, vários trabalhos têm sido publicados, com base na análise dos sistemas-mundo (Babones & Chase-Dunn, 2012, p. 3), o que gerou um acréscimo no roteiro de investigação, surgindo “versões” da perspetiva, como a de Christopher Chase-Dunn e Thomas Hall, que compara sistemas históricos existentes ao longo de milhares de anos, mas também se interessa pela incorporação das zonas externas à economia-mundo capitalista (Wallerstein, 2012, pp. 518–519). Ainda que Wallerstein seja reconhecido como o “incontestável progenitor” (Babones, 2015, p. 3) da análise dos sistemas-mundo, encontramos na génese e desenvolvimento da perspetiva, o contributo de outros autores: Terence K. Hopkins, Giovanni Arrighi, André Gunder Frank, e Samir Amin foram os principais colegas de

---

<sup>7</sup> Wallerstein dirigiu a instituição até 2005, embora já estivesse vinculado à Universidade de Yale desde 2000 (Chase-Dunn & Inuoe, 2011, p. 395). A instituição publica desde 1977 a revista *Review*, surgindo desde então mais instituições de apoio à investigação, como a *Political Economy of the World-System (PEWS)*, secção da *American Sociological Association (ASA)*, que tem uma revista online intitulada *Journal of World-Systems Research* (Babones & Chase-Dunn, 2012, p. 3).

Wallerstein; embora, com frequência, se expressassem de maneira diferente, tratava-se de um único projeto e em interação (Chase-Dunn & Inoue, 2011, p. 397). Com Amin, Arrighi, e Frank, Wallerstein publicou dois livros e formou “O Bando dos Quatro” (Wallerstein, 2000b, pp. xi–xii), contudo, segundo Rémy Herrera, o trabalho dos quatro não expressa uma posição homogênea; os seus enfoques nunca correspondem na totalidade, ao recorrerem às mesmas referências teóricas, aludindo a conceitos marxistas, ao conceito de economia-mundo, assim como à dicotomia centro/periferia (2008, p. 210).

Com efeito, esta visão dicotômica da estrutura da economia mundial, consiste num elemento fundamental para compreender a dinâmica do capitalismo na análise destes autores, que descreveram a acumulação desigual no sistema-mundo, considerando as relações de domínio entre Estados e sobretudo, as relações de exploração entre as classes (Herrera, 2008, p. 209). Contudo, a dicotomia centro/periferia, assim como foi perspectivada tanto pela CEPAL, como pelos teóricos da dependência, apresenta diferenças na análise de Wallerstein da economia-mundo capitalista, tendo nesta sido superadas algumas insuficiências das análises anteriores. Na análise da CEPAL, acerca do declínio dos termos de troca, os termos centro e periferia dizem respeito aos Estados intervenientes no comércio internacional, os primeiros exportadores de produtos manufaturados, e os segundos de produtos agrícolas e minerais (Hopkins & Wallerstein, 1977, pp. 114–115). No entanto, como Wallerstein (1985, p. 33) observou, a partir da década de 1960, a dicotomia produtos industriais/produtos primários deixou de representar corretamente a relação centro/periferia, tendo, desde então, muitos produtos industriais se tornado periféricos, e certos produtos primários, centrais, de modo que a “integração da produção” através de “produtos primários da periferia e produtos secundários do centro, é incidental, não essencial para a conceção da divisão do trabalho centro/periferia” (Hopkins & Wallerstein, 1977, p. 116). Outro aspeto essencial da perspectiva do sistema-mundo, que a distingue de outras abordagens, consiste no facto de os termos centro e periferia serem perspectivados enquanto “relações de transferência de mais-valia” entre zonas, ao invés de “categorias geográficas ou nacionais” (Clelland, 2012, p. 197). Tratando-se, essencialmente, de um “conceito relacional”, estas categorias “não (...) têm significados essenciais separados” (Wallerstein, 2004, p. 17). Por acréscimo, importa referir que na perspectiva do sistema-mundo, o termo troca desigual refere-se, num sentido amplo, às relações de poder desiguais entre países desenvolvidos e menos desenvolvidos, que conferem aos primeiros mais benefícios, seja por meio dos termos de troca, ou de outras relações estruturais (Jorgenson & Rice, 2012, p. 432). O termo não corresponde,

necessariamente, à formulação<sup>8</sup> de Arghiri Emmanuel (Wallerstein, 1990b, p. 289), segundo a qual a troca entre Estados com níveis salariais distintos, resulta na apropriação de vantagens comerciais por parte do Estado com níveis salariais mais elevados (Arrighi, 1990, p. 12), remetendo também para os “mecanismos ou processos” que reproduzem a divisão do trabalho centro/periferia (Goldfrank, 2000, p. 170). Assim, a fim de superar o sentido mais estrito de Emmanuel e de outras análises, a troca desigual pode ser considerada sinónimo de “drenagem” ou “transferência” de mais-valia (Clelland, 2012, p. 198).

### 1.1.3. Propósitos epistemológicos da perspetiva do sistema-mundo

Apesar da relevância dos restantes fundadores, Wallerstein foi, na nossa opinião, aquele que logrou descrever a realidade social sob o sistema capitalista, de modo mais sistemático e consistente, pelo que neste trabalho restringimo-nos, essencialmente, à sua obra e a publicações em linha com a mesma. Do mesmo modo, destacou-se por atribuir um desígnio epistemológico à análise dos sistemas-mundo, concebendo-a como um “movimento intelectual e social” para alterar a maneira como compreendemos o mundo (Wallerstein, 2012, p. 515), e a este carácter militante, se deve o facto de Wallerstein ter sido, até um tempo recente, o principal divulgador desta perspetiva, que definia como “uma convocatória para a mudança intelectual, (...) para “impensar”<sup>9</sup> as premissas das Ciências Sociais do século XIX” (Wallerstein, 2000b, p. xxii). O seu interesse por questões epistemológicas manifestou-se sobretudo na década de 1990 (e.g., Wallerstein, 1999a), assumindo o cargo de presidente da International Sociological Association (ISA), entre 1994 e 1998, a fim de orientar a instituição para uma “reavaliação do conhecimento social coletivo”, pois teríamos “um mundo verdadeiramente alterado no século XXI” (Wallerstein, 1999a, p. ix). Wallerstein (2002, p. 371) presidiu também à Comissão Gulbenkian, cujos trabalhos abordaram o desenvolvimento histórico das Ciências Sociais e a sua reestruturação, tendo consistido num “grande projecto<sup>10</sup> internacional com profundas preocupações epistemológicas anti-eurocênticas” (Santos, 2019, para. 2). Portanto, a esta mudança de unidade de análise encontra-se subjacente o objetivo de libertar as Ciências Sociais do paradigma herdado do século XIX, cujo eurocentrismo, segundo Wallerstein (1999a, pp. 168–169), representava um obstáculo para analisar a realidade do mundo descolonizado após 1945, e as questões da

<sup>8</sup> O debate acerca da troca desigual tem sido intenso. No entanto, o que está em causa não é saber se, efetivamente, alguma da mais-valia produzia na periferia é transferida para o centro; a questão central diz respeito à forma adequada de aplicar a teoria marxista da mais-valia às trocas internacionais (Shannon, 1996, pp. 166–167). Assim, o emprego do termo troca desigual revela-se mais unânime do que a própria explicação de Emmanuel do processo (Wallerstein, 2004, pp. 12, 28).

<sup>9</sup> Do inglês “unthink”.

<sup>10</sup> Embora esta dissertação siga o Novo Acordo Ortográfico de 1990, mantivemos a grafia original nas citações diretas de publicações não conformes com o mesmo.

contemporaneidade. Por outro lado, baseiam-se, desde a sua institucionalização, numa separação epistemológica entre a História, de índole idiográfico, e as Ciências Sociais nomotéticas, expressão da anterior divisão entre a Filosofia e a Ciência (Wallerstein, 2012, p. 518). Para Wallerstein, (2000b, pp. 179—180), a divisão das Ciências Sociais (Economia, Ciência Política e Sociologia) não fazia sentido, resultando apenas da visão liberal que entende o não entrelaçamento do mercado, do Estado, e da sociedade civil, como característica essencial das sociedades modernas, quando estas arenas estão “intrinsecamente relacionadas”, definindo-se umas às outras (Wallerstein, 2012, p. 518). Assim, não sendo favorável à separação entre a História e as Ciências Sociais, por acreditar consistirem no mesmo assunto, designado “Ciência Social Histórica”<sup>11</sup> (Wallerstein, 1979, p. ix), entende que o conhecimento do social deve ser nomotético e idiográfico<sup>12</sup>, um meio-termo representado no conceito de sistema histórico (Wallerstein, 1990b, p. 293), ou seja, uma realidade paradoxal, pois refere-se a “algo que está sempre a mudar direccionalmente, mas algo que é, essencialmente, sempre o mesmo, pelo menos provisoriamente” (Wallerstein, 1987, p. 205).

Assim, também na perspectiva de Wallerstein acerca da epistemologia das Ciências Sociais, é visível a influência de Braudel, que descreveu a economia-mundo como uma estrutura composta por interdependências económicas que transcendiam as fronteiras políticas, mas também atentou na sua dimensão temporal, porquanto esta se desenvolvia ao longo de um tempo social que apelidou de *longue durée* (Wallerstein, 2010b), rejeitando o tempo social da historiografia idiográfica, orientada para a análise de eventos efémeros, que não permitia compreender as estruturas, assim como a epistemologia dos cientistas sociais, cujo pendor estritamente nomotético, os levava à procura de leis eternas (Wallerstein, 2004, p. 15). Braudel realçou a multiplicidade dos tempos sociais, destacando a *longue durée* ou tempo estrutural, longo, mas não eterno no qual se desenvolvem as estruturas históricas que servem de base à ação social, e o tempo cíclico, de médio prazo no interior das estruturas, pelo que a vida destas consiste em “sucessivas flutuações ou ciclos” (Wallerstein, 2007, p. 361). A análise dos sistemas-mundo interessa-se pelo tempo estrutural, pois este refere-se à dimensão temporal de um sistema-mundo, complementando a sua dimensão espacial (Wallerstein, 1990b, p. 288), mas também realça o tempo cíclico, neste caso, dos ciclos de hegemonia, e dos ciclos económicos—as ondas Kondratieff, com uma duração de 50-60 anos — que combinados com as tendências seculares que lhe são inerentes, expressam o desenvolvimento da economia-mundo (Wallerstein, 2010b). Assim, segundo

---

<sup>11</sup> A esta junção disciplinar Wallerstein chamava “unidisciplinaridade”, por acreditar já não existirem razões intelectuais para fazer uma distinção entre estas disciplinas; portanto, não deve ser confundida com a multidisciplinaridade, que se limita a conjugar várias disciplinas (2004, p. 98).

<sup>12</sup> Não obstante, enquanto movimento que não representa um “exército disciplinado” (Wallerstein, 2012, p. 518), no quadro análise dos sistemas-mundos, vários académicos podem ser classificados num continuum: por um lado, aqueles cujas abordagens são meramente nomotéticas, por outro lado, os autores que privilegiam o historicismo idiográfico (Chase-Dunn, 2002, p. 584).

Wallerstein, (2004, p.18), esta perspectiva tem uma implicação epistemológica, pois se a *longue durée* se trata do tempo de vida de um sistema histórico finito, pode-se proceder a generalizações sobre o seu funcionamento sem declarar “verdades eternas”. Neste sentido, recusava o estatuto de teoria para a análise dos sistemas-mundo, pois estabelecer uma teoria implica o fim da ação científica, e os sistemas históricos devem ser analisados “usando óculos que se fundamentam em palpites teóricos, mas não são por eles limitados” (Wallerstein, 2002, p. 358), pelo que entendia a análise dos sistemas-mundo como um projeto falhado se lograr apenas estabelecer-se como uma tradição das Ciências Sociais, ao invés de desaparecer, por ter reestruturado o conhecimento acerca do mundo (Wallerstein, 2012, p. 521).

O empenho de Wallerstein prende-se também com o facto de considerar que a economia-mundo se encontra numa crise estrutural, arrastando consigo as “estruturas do conhecimento”, pelo que “ao nível mais fundamental, uma transformação do mundo do conhecimento está intrinsecamente ligada ao processo de transformação do próprio sistema-mundo” (2000a, p. 20). Para Wallerstein, a economia-mundo consiste num sistema histórico complexo, tal como os sistemas físicos, pelo que aplicava aos sistemas sociais a terminologia da análise das estruturas dissipativas do químico Ilya Prigogine (2002, pp. 369–370), e, por isso, um sistema histórico, como qualquer outro sistema, caracteriza-se pela sua finitude; ao persistir de acordo com os parâmetros que o governam, acaba por desviar-se significativamente do seu equilíbrio, entrando numa crise estrutural, com um conseqüente processo de bifurcação (Wallerstein, 2012, pp. 518, 520). Traduzindo esta realidade para a economia-mundo, tal significa que o sistema está próximo de esgotar os mecanismos que, ao longo de 500 anos, têm permitido manter os custos de produção<sup>13</sup> num nível comportável, pelo que o sistema não regressará ao equilíbrio<sup>14</sup>, e a “infundável acumulação de capital” será impossibilitada (Wallerstein, 2013a, p. 28). Assim, sendo claro para Wallerstein que o sistema capitalista é “insustentável a longo prazo”, estando em processo de autodestruição, perante o êxito em “mercantilizar todas as coisas” (1984b, p. 143), a questão mais premente nesta fase de luta por um novo sistema histórico, tem que ver com a decisão acerca do ramo da bifurcação que pretendemos seguir (Wallerstein, 2013a, p. 35), e a construção de um mundo relativamente mais igualitário, diferente daquele que conhecemos sob o capitalismo, que considerou uma “peculiar aberração moral”, assente na “exploração de muitos, para o benefício de alguns”, mais do que qualquer sistema precedente (Wallerstein, 1984b, p. 111). Tendo-se tornado num dos protagonistas no

---

<sup>13</sup> Segundo Wallerstein, a longevidade do capitalismo deve-se à capacidade de assegurar estruturas políticas que o protegem das “classes perigosas”, e de reverter a escalada dos custos de produção — a mão-de-obra, os inputs e a tributação (2005, p. 1269).

<sup>14</sup> Os mecanismos utilizados para retirá-lo de uma fase de contração (fase B do ciclo Kondratieff), embora renovem a expansão da economia-mundo, e um equilíbrio de médio prazo, alteram os parâmetros do funcionamento do sistema, resultando em tendências seculares que comprometem a economia-mundo a longo prazo (Wallerstein, 2004, p. 31).

movimento de justiça global, associado ao Fórum Social Mundial (FSM) (Chase-Dunn & Inoue, 2011, p. 407), Wallerstein admitia, sem detalhar as suas configurações, duas possibilidades para o futuro sistema-mundo, que apelidava de “espírito de Davos” e “espírito de Porto Alegre”, de acordo com as suas estratégias de organização: a primeira basear-se-ia nas características centrais do capitalismo, como a polarização, a exploração e a hierarquia, podendo, mesmo assim, vir a ser um sistema pior do que o capitalismo; por outro lado, a segunda poderia gerar um sistema “relativamente democrático” e “igualitário” que, no entanto, nunca existiu (2013a, pp. 35–36).

## 2. A economia-mundo como unidade de análise

Como referimos, enquanto orientação intelectual das Ciências Sociais, a análise dos sistemas-mundo tomou forma na década de 1970, agrupando várias influências teóricas. Enraizada a nível institucional na Sociologia, segundo Wallerstein nunca representou um ramo desta, nem “de outra disciplina das Ciências Sociais, assim como se encontram estabelecidas pelos sistemas universitários” (2013b, p. 1). De um modo geral, consiste, segundo Hopkins e Wallerstein, numa rejeição dos modelos predominantes, na investigação histórica e na teoria das Ciências Sociais, assentes na divisão epistemológica entre a análise idiográfica (do particular) e a nomotética (do geral), e que identificam o Estado (a sociedade), como unidade de análise primordial da realidade social (1982a, p. 7). De acordo com Wallerstein, a identificação do Estado com a sociedade, condicionou negativamente a epistemologia das Ciências Sociais, porquanto remete a ação e a mudança social para o interior de entidades políticas, cada uma delas possuindo dentro das suas fronteiras uma sociedade com um determinado nível de progresso, e uma economia própria (1982a, p. 135). Contra esta epistemologia, Wallerstein rejeita que seja a esfera do político a demarcar a ação social; para o autor, historicamente, estas fronteiras pouco coincidiram com o domínio da ação social, traçando as fronteiras de um sistema histórico baseado numa série de processos produtivos em interação orgânica (1980a, pp. 797–798). Apesar desta especificidade epistemológica, a análise dos sistemas-mundo integrou um movimento mais amplo que desde a década de 1960 contestava a primazia do estrutural-funcionalismo e da teoria da modernização na Sociologia norte-americana, a fim de recuperar o marxismo e a análise histórica, na abordagem da mudança social (Shannon, 1996, p. 1). No entanto, consiste numa “perspetiva marxista heterodoxa para compreender os padrões globais de poder e domínio” (Babones, 2015, pp. 3–4), uma vez que não segue as premissas da sociologia marxista ortodoxa, antes se servindo da obra de Marx<sup>15</sup> para fundamentar uma nova

---

<sup>15</sup> Como refere Wallerstein: “Constato que as ideias de Marx penetraram no nosso discurso comum principalmente na versão construída pelo Marxismo dos partidos, e que essa versão, em vez de exercer a crítica da economia política, participou totalmente na epistemologia dominante. Estou interessado (...) em visitar o outro Marx, aquele (...) que resistiu às perspetivas dominantes das Ciências Sociais do século XIX” (1991, p. 3).

perspetiva (Shannon, 1996, p. 20). Assim, na perspetiva da análise dos sistemas-mundo, a crítica de Marx da economia política produziu um afastamento analítico ao destacar um espaço económico mundial, em vez de espaços económicos definidos por fronteiras estatais; se o mercado não se encontrava limitado a um “Estado-nação enquanto espaço económico”, os Estados-nação eram assim entendidos como “reivindicações jurídicas no interior de um mercado mundial unitário” (Arrighi et al., 1983, p. 286). Logo, embora perspetive a evolução da economia-mundo com base na teoria da acumulação capitalista, demarca-se da maior parte das abordagens marxistas, interpretando a letra de Marx do ponto de vista do desenvolvimento do capitalismo à escala mundial (Hopkins, 1982, p. 14).

Partindo assim da economia-mundo, Wallerstein (1974c, pp. 388–394) qualificou de a-históricos os modelos de análise de algumas versões do marxismo, pois tal como o pensamento liberal, baseavam-se nas etapas de desenvolvimento, enviesando a análise social por reificarem e compararem partes da totalidade. Ao reificarem os Estados, os economistas liberais atribuíam aos países subdesenvolvidos uma “economia dual”, agrícola, e ainda não industrializada; por seu turno, certos teóricos marxistas relacionavam o modo de produção capitalista com o trabalho assalariado, entendendo, por exemplo, que a América Latina permanecia “um conjunto de sociedades feudais numa etapa de desenvolvimento mais ou menos pré-burguesa” (Ibidem, p. 392). No entanto, para Wallerstein, uma vez que a América Latina não é a unidade de análise, o que estava em causa não era um modo de produção diferente, mas sim outro modo de remunerar o trabalho (neste caso, agrícola), numa das zonas periféricas da economia-mundo capitalista. Assim, este enquadramento total rejeita, na esteira de Frank, a narrativa predominante sobre a condição histórica e atual dos países subdesenvolvidos, que lhes atribuiu, durante muito tempo, um modo de produção feudal “transplantado” pela Europa ocidental, encontrando-se num Estado pré-capitalista devido a algum desenvolvimento económico gerado pelo apoio dos países agora capitalistas (1969, pp. 223–224).

Assim, ainda na década de 1960, era notória, como observou Frank (1969, pp. 221–224), uma convergência dos marxistas com a tese propagada pelos liberais, de que os países subdesenvolvidos teriam uma “sociedade dual”, ambos propondo uma “estratégia política” semelhante, traduzida “para o burguês, no desejo de estender o modernismo até ao sector arcaico, e incorporá-lo no mercado mundial e nacional, e para os marxistas, no desejo de completar a penetração capitalista nos campos feudais, e finalizar a revolução democrática burguesa” (Frank, 1970, pp. 223–224). No entanto, devido ao processo de incorporação, terminado no início do século XX, as zonas periféricas

estavam há muito vinculadas à sua lógica de acumulação; a expansão capitalista procedeu à periferização económica das áreas externas, incluindo-as na sua divisão do trabalho, ao contrário dos impérios-mundo, cuja ligação do poder central às áreas dominadas se dava através do tributo, sem a modificação dos seus sistemas de produção (Hopkins & Wallerstein, 1977, pp. 124—125). As sociedades periféricas já representavam uma espécie de capitalismo moderno, desenvolvido conforme os ditames do centro, o que as tornou, no entanto, distintas e na dependência deste (Ehrensaft, 1976, p. 60). Portanto, como observou Frank, a estrutura destas era dialética e não dual, à semelhança da “unidade dialética” da qual faziam parte, o sistema capitalista, reproduzidor das relações centro/periferia, e de exploração entre os Estados assim como no interior destes (1970, pp. 224—227).

De acordo com Wallerstein, a análise dualista resultava de uma confusão acerca da transição para o capitalismo. No seu entender, o epicentro do problema reside no facto de não se entender a transição como um acontecimento único—a transformação da Europa feudal numa economia-mundo capitalista—, mas como uma sucessão de etapas, que cada Estado deve percorrer até se transformar, considerando-se “transições” processos que, na realidade, são inerentes à evolução histórica da economia-mundo: por um lado, a incorporação, ou seja, a expansão das suas fronteiras externas; por outro lado, a sua expansão interna, através dos processos de proletarização e de comercialização da terra<sup>16</sup> (1976, pp. 273, 277—278). Como consequência, Wallerstein (1974b, pp. 77) rejeita a coexistência do capitalismo e do feudalismo, pois a emergência da economia-mundo capitalista, formando um mercado global, excluiu o feudalismo enquanto forma de organização económica, de modo que as “relações que apresentam certas semelhanças formais com as relações feudais, são necessariamente redefinidas nos termos dos princípios do sistema capitalista. Este foi o caso tanto da encomienda na América Hispânica, como do chamado ‘segundo feudalismo’ na Europa de Leste” (Ibidem, p. 92).

Nesta senda, a metodologia de Wallerstein também se destacou, segundo Carlos Fortuna, por ter ultrapassado a “antinomia interno/externo”, manifesta, na polémica entre Maurice Dobb e Paul Sweezy, sobre a transição para o capitalismo (1987, p. 164). Centrando-se ambos na Inglaterra, Dobb argumentava que a transição decorria de elementos internos aos Estados, acusando Sweezy de destacar as relações comerciais, consideradas externas (Wallerstein, 2004, pp. 13—14). Segundo Wallerstein, Sweezy, ao considerar a Inglaterra enquanto parte de uma zona mais ampla, possibilitou uma análise marxista que, não só não considerava apenas as relações de produção, como

---

<sup>16</sup> Segundo Hopkins e Wallerstein, trata-se de duas trajetórias que transformam, regularmente, a “estrutural social” da economia-mundo. A primeira corresponde à sua “ampliação” geográfica; a segunda, ou o “aprofundamento” consiste na expansão histórica do seu “espaço social”, ou seja, a “eliminação sucessiva de relações sociais externas” à economia-mundo (1982b, p. 123).

também não as limitava às fronteiras estatais (2004, pp. 14–17). Mais tarde, Wallerstein encerrou esta questão, porquanto “se a zona considerada capitalista não era um Estado, mas uma economia-mundo, então a explicação interna de Dobb (...) não fazia sentido, pois implicava que a transição tinha ocorrido diversas vezes, em cada Estado, dentro do mesmo sistema-mundo” (Ibidem, p. 17). O modo de produção capitalista é aplicável a uma totalidade, a economia-mundo, que embora tenha o trabalho livre como aspecto essencial, a combinação deste com outras formas não-livres, constitui a “essência do capitalismo” (Wallerstein, 1990a, p. 129).

### 2.1. A crítica do marxismo ortodoxo

Esta concepção do capitalismo ocasionou uma crítica intensa por parte dos marxistas ortodoxos. Essencialmente, estes rejeitam que se entenda o capitalismo como uma divisão do trabalho em torno do eixo centro/periferia, por negligenciar as relações de produção (Bergesen, 1984, p. 365), acusando a análise dos sistemas-mundo de realçar as relações comerciais, o que revelaria incompatibilidade com a teoria marxista, segundo a qual o modo de produção capitalista se define pela apropriação da mais-valia criada por trabalhadores livres, sem os meios de produção (Shannon, 1996, pp. 162–163). Contudo, Wallerstein (1979, p. 276) questiona: “Se (...) a mais-valia é criada apenas quando um proletário sem patrimônio recebe remuneração salarial, por que motivo o sistema capitalista não se limitou a criar apenas esta relação social?”. Nesta senda, mais afirma:

“quando um produto é produzido para trocar, e o valor criado é maior do que o montante socialmente necessário requerido para reproduzir o trabalho que criou o produto, existe mais-valia, qualquer que seja a natureza da relação social no local de trabalho. E sempre que ao produtor real lhe for expropriado — através do mercado, do Estado, ou da coerção direta — uma parte dessa mais-valia, temos evidência de exploração” (Ibidem, p. 276).

Do mesmo modo, no que consiste, fundamentalmente, numa reabilitação da crítica de Dobb a Sweezy, a análise dos sistemas-mundo é considerada “circulacionista”<sup>17</sup>, e responsável por descurar a “base producionista da mais-valia”, bem como a centralidade, para a mudança social, da luta de classes entre a burguesia e o proletariado (Wallerstein, 2004, p. 20). Segundo Wallerstein (2011a/1974, p. xx), uma vez que para os marxistas ortodoxos, o Estado era a unidade de análise, dando prioridade às relações

<sup>17</sup> Wallerstein desvalorizava a distinção, no marxismo ortodoxo, entre “circulacionistas” e “producionistas” (2004, p. 92). No seu entender, esta não faz sentido porquanto significa “presumir que um modo de produção pode ser separado em duas partes distintas, cada uma tendo as suas regras de operação segregadas, e entre as quais existem meramente relações (...) e assumir que se pode analisar as esferas da produção e da circulação como algo mais do que momentos diferentes de uma totalidade orgânica, é trair o espírito da praxis socialista” (Wallerstein, 1977a, p. 104).

de produção, que consideravam endógenas aos Estados, ao contrário da esfera comercial,

“quando eu discutia as relações centro-periferia, eu estava a ignorar a luta de classes dentro da Inglaterra como explicação do desenvolvimento capitalista, a favor de um fator considerado externo, como a natureza e o fluxo do comércio entre as Américas e o Noroeste da Europa. (...) A questão imediata é: interno ou externo em relação a quê? (...) Na minha visão, o capitalismo era a característica de um sistema-mundo (...) as classes eram classes deste sistema-mundo. As estruturas estatais existiam no interior deste sistema-mundo” (Ibidem, p.xx).

Assim, embora reconheça uma tendência de longo prazo para os processos produtivos ocorrerem sob a forma de trabalho livre, não considera o trabalho coercivo “tradicional”, “feudal” ou “pré-capitalista” (Hopkins & Wallerstein, 1977, p. 119). Essencialmente, Wallerstein chama a atenção para o facto de que “todas as formas precárias de contrato capital/trabalho de hoje, incluindo a situação limite de trabalho forçado (...) podem ofuscar o entendimento da natureza do capitalismo se entendidas como formas pré-capitalistas de controlo da força de trabalho” (Fortuna, 1987, p. 172). Tanto o trabalho assalariado como o não assalariado representam formas de controlo do trabalho na economia-mundo, não sendo a primeira a forma mais lucrativa, nem a segunda anacrónica (Wallerstein, 2004, p. 20). No centro, o trabalho assalariado é muito comum, enquanto as zonas periféricas apresentam, continuamente, diversas formas de trabalho coercivo. Longe de serem provisórias, estas assimetrias têm possibilitado a acumulação da classe capitalista e o enriquecimento do centro (Wallerstein, 2002, p. 364). Historicamente, os modos de controlo da força de trabalho e a produção para a troca têm um carácter relacional; a parca remuneração do trabalho coercivo na periferia, exportadora de matérias-primas, possibilitou uma remuneração salarial comparativamente mais elevada no centro, que produzia e exportava bens de alto valor (Mielants, 2012, p. 58). Com efeito, a não exclusividade do trabalho livre na acumulação de capital, acabou por ser reconhecida por alguns marxistas, como Petras, citado em Shannon, para quem, contra Marx, a história demonstra que “a acumulação, reprodução e expansão do capital ocorreram sob (...) a escravidão, trabalho forçado, servidão, etc. Aliás, estas formas sociais foram mais comuns, e contribuíram em grande percentagem para o excedente, nas etapas iniciais e avançadas da acumulação” (Ibidem, p. 164). No entanto, perante a totalidade económica, de acordo com Hopkins e Wallerstein a acumulação consiste, desde o início, num processo global único, ainda que dividido numa “multiplicidade de capitais individuais em competição” num mercado global, e não num conjunto de processos estatais paralelos, competindo num mercado nacional (1977, p. 118). Ao assegurar a hierarquia centro/periferia, a apropriação de mais-valia da periferia é fundamental para o modo de produção capitalista, possibilitando a expansão

da acumulação no centro, e a “harmonia” entre o capital e o trabalho (Chase-Dunn, 1998, p. 86). Neste sentido, os processos da acumulação primitiva não são considerados apenas pré-condições, sendo antes processos em curso e necessários para o sistema, ainda que modificados a nível institucional, e com relevância acrescida nas épocas de retração cíclica (Hopkins & Wallerstein, 1977, p. 118).

Portanto, como observou Frank (1977, p. 90), relações de produção consideradas pré-capitalistas ou primitivas por Marx, continuam a verificar-se desde o capitalismo industrial, subsistindo e sendo recriadas, relações de trabalho que não se baseiam no trabalho assalariado, apesar da implantação progressiva deste, mantendo-se “a produção de valores de uso através de relações de produção não e pré-capitalistas<sup>18</sup>, (...) diretamente convertida em valor de troca para o processo de acumulação capitalista” (Ibidem, p. 91). Nesta senda, a existência de um setor informal na atividade económica, tornou-se um tema recorrente nos estudos do desenvolvimento a partir da década de 1970, quando uma fase de contração económica o tornara mais visível e, donde resultou, por exemplo, o trabalho de autoras feministas que defenderam o caráter produtivo do trabalho doméstico, de autores italianos sobre a informalidade no centro da Itália, e de antropólogos, acerca das estruturas familiares do Terceiro Mundo (Smith & Wallerstein, 1992b, pp. 3–6). De acordo com Alejandro Portes (1983, pp. 151–162), esta noção trouxe uma nova perspectiva sobre a pobreza nos países subdesenvolvidos contrária às abordagens dualistas, cujo conceito de “setor tradicional” excluía as populações pobres e as suas atividades económicas das sociedades modernas, demonstrando que estas não constituem “lapsos estruturais” com tendência a desaparecer, perante a modernização. Do mesmo modo, numa análise histórica, permitiu reconhecer que o sector formal é mais recente, tendo-se iniciado com o processo de proletarização no centro, e consolidado com as conquistas do proletariado, quanto às leis laborais e as prestações sociais, pelo que, de certa forma, “o trabalho assalariado no capitalismo do século XIX, aproximava-se das condições atualmente consideradas informais” (Ibidem, p.160).

Neste contexto, a perspectiva do sistema-mundo também contribuiu para o estudo da economia informal. Centrando-se na estrutura dos grupos domésticos localizados nas cadeias de produção de mercadorias que atravessam zonas da economia-mundo, questionou as assimetrias persistentes no que se refere às suas estratégias de subsistência, apontando para o facto de na maior parte dos grupos domésticos, o trabalho não assalariado e as atividades de subsistência serem determinantes, e, portanto, para a necessidade de rever as conceções dominantes sobre a criação do valor (Smith & Wallerstein, 1992). Esta nova concetualização das estruturas dos grupos

---

<sup>18</sup> Frank considera “não-capitalistas” as relações de produção semelhantes às existentes durante a acumulação primitiva, atendendo ao facto de o prefixo não excluir a simultaneidade desses processos com a acumulação capitalista, na sua fase industrial (1977, pp. 88–89).

domésticos rejeita o trabalho assalariado individual como a única fonte de mais-valia, ou ainda, como o aspecto fundamental do capitalismo, e realça o papel dos contextos da produção e da reprodução do valor, na definição da relação capital/trabalho (R. E. Lee, 2010, pp. 7–8). Assim, esta perspectiva propôs uma abordagem contrária à defendida por Marx, que concetualizava o valor sob o ponto de vista dos economistas clássicos e dos detentores de capital; por isso, numa análise abstrata, para o marxismo, a mais-valia resulta apenas do rendimento salarial insuficiente, sendo considerada irrelevante para o capitalismo, a absorção de custos não pagos (Clelland, 2014, pp. 80–81). Também os economistas e os investigadores tendem a desconsiderar os inputs informais absorvidos nas cadeias de produção, quando, uma análise íntegra deve reconhecer que o sistema capitalista explora trabalhadores não assalariados — seja o trabalho pago ou não pago —, a importância do trabalho reprodutivo, e a “astúcia dos capitalistas ao utilizarem bens e serviços informais (caseiros), subcontratações, outsourcing, assim como trabalhadores informalizados, nos seus locais de produção” (Dunaway, 2014, pp. 12–13).

Do mesmo modo, esta perspectiva também difere de Marx, que “não atribui ao Estado qualquer envolvimento direto na produção, mas tão só o papel de garante das relações políticas indispensáveis à acumulação” (Fortuna, 1987, p. 172), após o “divórcio dos produtores dos meios de produção” (Frank, 1977, p. 90), ou seja, a fase da acumulação primitiva (com coerção política direta), pois o capitalismo reproduziria as suas relações de produção numa dinâmica maioritariamente económica (Kentor, 1985, p. 30). Na realidade, segundo Wallerstein, os Estados, considerando a acumulação de capital, sempre influíram na determinação das relações de produção, estabelecendo os modos de controlo do trabalho, através da promoção, mesmo que parcial, da proletarização, a legalização e ilegalização de formas de trabalho coercivas, condicionando a mobilidade da força de trabalho dentro e além-fronteiras (1995, pp. 48–52). Portanto, os Estados, consoante as suas capacidades, sempre condicionaram os fluxos dos fatores de produção e, desta forma, o funcionamento da divisão do trabalho da economia-mundo, com diversos objetivos, como sejam o aumento dos seus rendimentos, mitigar a revolta social, reagir às exigências de empresas, ou manter o poder militar (Wallerstein, 2000b, p. 197).

## 2. 2. A crítica dos “autonomistas do Estado”

À semelhança da já mencionada crítica<sup>19</sup> do marxismo ortodoxo, os “autonomistas do Estado” apresentam também uma análise da ação social centrada no Estado, e de acordo com Wallerstein (2011a/1974, p. xxi), a crítica destes, que apelida de “neo-Hintzianos”,

<sup>19</sup> Segundo Wallerstein, as críticas mais significativas à perspectiva do sistema-mundo representam uma rejeição da economia-mundo como unidade de análise (2011a/1974, p. xxi), pois sentem “que (...) carece de um ator central. Para o positivismo nomotético, o ator é o indivíduo *homo rationalis*. Para o marxismo ortodoxo, o ator é o proletariado industrial. Para os autonomistas do Estado, é o homem político” (Wallerstein, 2004, p. 21).

perdurou no tempo, de modo que a perspectiva do sistema-mundo tende a ser considerada, por muitos, demasiado economicista ou marxista, por ter cometido o erro de integrar as arenas política e económica<sup>20</sup>, privilegiando esta última. Portanto, a crítica destes representa o “obverso” da dos marxistas ortodoxos, porquanto se estes acusam a perspectiva do sistema-mundo de negligenciar a relevância do modo de produção, para os “autonomistas do Estado”, a arena política é tratada como uma derivação da base económica (Wallerstein, 2004, p. 20).

A apreciação crítica mais influente dos “autonomistas do Estado” pertence a Theda Skocpol (1977). Para a autora, o modelo analítico de Wallerstein, por se basear na divisão do trabalho centro/periferia, negligencia a esfera política e o Estado, a favor da economia, e, portanto, as diferentes expressões político-institucionais dos Estados (Chase-Dunn & Inoue, 2011, pp. 400–402). Mais concretamente, segundo Skocpol (1977, pp. 1078–1083) o modelo de Wallerstein assenta numa “redução de duas etapas”: por um lado, faz com que a estrutura socioeconómica seja determinada pelo mercado mundial, e pelas capacidades da tecnologia de produção; e por outro lado, considera as estruturas estatais e as políticas, redutíveis às conveniências das classes que as dominam. Deste modo, para a autora, Wallerstein explica apenas os diferentes graus de poder dos Estados com base em condições económicas e considerações do mercado mundial, sem acautelar outros aspetos, como “padrões institucionais preexistentes”, e condicionalismos geográficos. Ademais, Skocpol considera que o modelo se afasta do marxismo, por explicar a dinâmica do funcionamento da economia-mundo numa lógica de mercado e de tecnologia, em vez de “em termos de classe”, ignorando a importância dos “padrões de classe institucionalizados”. Portanto, em última análise, tanto “autonomistas do Estado”, como os marxistas ortodoxos rejeitam a divisão do trabalho centro/periferia, consideram o Estado a unidade de análise da ação social, e, por isso, entendem as classes como internas aos Estados, e o mercado, como elemento exógeno<sup>21</sup>.

Para Skocpol, o modelo analítico de Wallerstein, ou a sua “teoria do mercado-mundial, impede-o de explicar adequadamente os padrões de desenvolvimento económico no início da Europa moderna”, e ainda mais de “dar sentido aos padrões de desenvolvimento estatal” (1977, p. 1083). No entanto, de acordo com Wendt (1987, pp. 343–346), o modelo analítico de Wallerstein permite sustentar uma teoria do Estado. Wallerstein faz uma interpretação generativa do conceito de estrutura, o que significa que os Estados não são preexistentes à estrutura. Nesta senda, a estrutura da economia-

---

<sup>20</sup> Como Wallerstein reconheceu: “De facto, insisti que as variáveis políticas e económicas residem numa única arena. Recusei-me a aceitar o argumento de que a arena política era autónoma, ou o conceito de que estava governada por regras diferentes, ou mesmo antitéticas, daquelas que governam a arena económica” (2011a/1974, p. xxii).

<sup>21</sup> De acordo com Chase-Dunn e Inoue, não tem fundamento a crítica comum a ambos, de que Wallerstein não contempla aspetos institucionais particulares dos Estados, pois na sua obra multivolume *The Modern World-System*, Wallerstein demonstra de que forma diferenças na estrutura de classes, a nível nacional ou regional, geraram “resultados históricos significativos” (2011, p. 402).

mundo define-se pelos “princípios orientadores” inerentes à divisão internacional do trabalho, que gera<sup>22</sup> os Estados e as classes, de modo que “a existência e identidade dos agentes, (...) dos seus poderes e interesses é produzida, e (...) explicada pela sua relação com a totalidade”, e, por isso, “os agentes (...) são efeitos da estrutura” da economia-mundo (Ibidem, p. 346). Assim, em última análise, parece-nos ficar claro que o modelo de Wallerstein serve para explicar tanto os padrões de desenvolvimento económico, como os de desenvolvimento estatal, e que a asserção crítica de Skocpol, representa, na realidade, uma rejeição implícita, da leitura generativa de Wallerstein, porquanto esta não aborda o papel do Estado do modo que a autora pretende.

Para Skocpol, os Estados-nação consistem, essencialmente, em “organizações orientadas para manter o controlo dos seus territórios nacionais e populações, e para empreender competição militar, real ou potencial, com os outros Estados no sistema internacional” (1979, p. 22). Assim, por acréscimo, Skocpol entende o sistema de estados como uma “estrutura transnacional de competição militar”, que “ao longo da história do mundo moderno, representa um nível da realidade transnacional analiticamente autónomo — interdependente na sua estrutura e dinâmica com o capitalismo mundial, mas não redutível a este” (1979, p. 22). Contudo, esta perspetiva demonstra como a própria crítica de Skocpol ao modelo de Wallerstein, pode ser considerada redutora, pois parte de uma conceptualização do capitalismo apenas enquanto processo económico, e, na obra de Wallerstein, o modo de produção capitalista não significa apenas estratégias de acumulação; na economia-mundo vários grupos têm, em simultâneo, objetivos político-militares e de obtenção de lucro, sendo bem-sucedidos aqueles que conseguem combinar esses objetivos (Chase-Dunn, 1998, p. 134).

### 3. O Estado e a geopolítica na perspetiva do sistema-mundo

Para a perspetiva do sistema-mundo, a geopolítica e o sistema interestados representam o “lado político” do modo de produção capitalista (Chase-Dunn, 1998, p. 134). Na economia-mundo, o sistema de estados assemelha-se à conceção habitual das Relações Internacionais, mas a dinâmica deste deve-se à articulação dos processos de formação de classes e de acumulação de capital, no quadro da divisão do trabalho centro/periferia (Chase-Dunn, 1979, p. 603). O estado e o sistema interestados são inerentes ao capitalismo, e representam instituições que possibilitam a reprodução das suas relações

---

<sup>22</sup> Wendt compara o neorrealismo com perspetiva do sistema-mundo. Segundo Wendt (1987, pp. 337, 343), o neorrealismo tem uma visão de estrutura sistémica centrada no Estado, entendendo-o como a “unidade ontologicamente primitiva”, e concetualizando a estrutura do sistema a partir das propriedades e das interações dos Estados que o compõem, o que significa que dificilmente pode sustentar uma teoria do Estado, pois “as estruturas sistémicas não podem gerar agentes, se forem definidas exclusivamente nos termos desses agentes, em primeiro lugar” (Ibidem, p. 343).

de produção; em vez de forças exteriores, a geopolítica e os conflitos militares<sup>23</sup> constituem “uma parte sistêmica da dinâmica capitalista” (Chase-Dunn, 1980/1981, p. 8). Nesta perspectiva, o estado representa uma categoria específica, a nível histórico, característica do sistema de Estados nascido na Europa; o Estado é uma categoria “obtida conceptualmente, pois é factualmente imposta pelos processos de desenvolvimento da economia-mundo capitalista” (Hopkins & Wallerstein, 1982a, p. 130). Portanto, para a análise dos sistemas-mundo, a economia e a política não são dissociáveis, pois “não se pode compreender um sistema social, sem saber como o poder e a produção estão organizados” (Chase-Dunn, 1998, p. 105), e dada a especificidade histórica do modo de produção capitalista, de acordo com Hopkins e Wallerstein, não é plausível “imaginar processos de produção/acumulação a operar enquanto totalidade exceto (...) através de redes relacionais definidas, garantidas, e informadas por processos centrados nos Estados” (1982a, p. 131), nem “categorias abstrusas como dinheiro, propriedade privada, e contrato” (Ibidem, p. 31) poderiam ser definidas, de modo abstrato, se fossem consideradas dissociáveis “das verdadeiras relações que lhe proporcionam substância material na economia-mundo” (Ibidem, p. 31).

A noção de capitalismo de Wallerstein (2004, p. 18) é herdeira da reconceptualização de Braudel, que considerava os processos históricos de emergência e de expansão do sistema capitalista, fundamentalmente “dependentes” do poder estatal, contrariando a perspectiva dominante, de que o capitalismo e a economia de mercado são “mais ou menos o mesmo”, e o poder do estado, contrário aos dois (Arrighi, 1994, p.10). Segundo Braudel, uma distinção deve ser feita entre o livre mercado e o capitalismo, pois este corresponde à esfera dos monopólios (Wallerstein, 2004, p. 18), representando “um empenho em monopolizar a vida económica, a fim de maximizar o lucro” (Wallerstein, 2007, p. 362), e “restringir os mercados para benefício daqueles que controlam as instituições capitalistas” (Ibidem, p. 366). Questionando Marx e Adam Smith, para Braudel, as “tendências monopolísticas” constituem uma característica crucial do capitalismo, não uma anomalia (Ibidem, p. 362), e os Estados “procuram moldar o mercado mundial de maneira a promover os interesses de alguns capitalistas, contra os interesses de outros” (Wallerstein, 1984b, p.17). Contudo, apesar da criação de “mercados protegidos”, o verdadeiro mercado potencial perpassa a economia-mundo, consistindo num “íman para todos os produtores e compradores, cuja atração é um fator político constante na tomada de decisão de toda a gente — os Estados, as firmas, os grupos domésticos, as classes, e os grupos de estatuto” (Wallerstein, 2004, p. 25).

---

<sup>23</sup> Segundo Wallerstein e Chase-Dunn, a posição da análise dos sistemas-mundo foi confirmada por Otto Hintze, e Max Weber. Realçando passagens da obra desses autores, segundo Wallerstein (2011a/1974, p. xxii), Hintze acabou por reconhecer que o desenvolvimento económico no capitalismo não estava desligado do estado e da política, ao passo que de acordo com Chase-Dunn (1998, pp. 135—136), Weber realçou a importância da coligação entre o Estado e o capital no nascimento do capitalismo, considerando o sistema de Estados fundamental para a sobrevivência do modo de produção capitalista, cujo desaparecimento daria origem a um império mundial.

Na economia-mundo capitalista, o Estado consiste numa instituição fundamental para os capitalistas, pois a acumulação de capital e os monopólios — dada a entrada da competição nas áreas monopolizadas — não conseguem persistir unicamente através de mecanismos de mercado. Os Estados podem auxiliar os capitalistas na monopolização das vendas, mas também podem ajudar, criando monopsonios na compra dos fatores de produção. A legislação tem sido a prática regular para atingir estes objetivos, contudo, esta tem inconvenientes: por um lado, concerne apenas a jurisdição territorial do Estado, e o verdadeiro mercado atravessa toda a economia-mundo; por outro lado, encontra a oposição dos capitalistas que não foram beneficiados pela legislação. Assim, a legislação não exclui outra estratégia habitual, que passa pela “intrusão dos Estados no mercado”. Embora, muitas vezes, indireta, esta intervenção implica a confrontação dos Estados, em particular dos Estados fortes em relação aos fracos, resultando na imposição do “acesso preferencial” aos mercados destes, impossibilitando, ao mesmo tempo, que a competição consiga replicar as eficiências produtivas dos capitalistas do Estado mais forte. Do mesmo modo, os Estados intervêm através das suas opções orçamentais e fiscais, resguardando alguns capitalistas das pressões competitivas (Wallerstein, 1995, pp. 142–143). Assim, para Wallerstein (1999a, p. 74), os aspetos fundamentais do auxílio do Estado aos capitalistas, consistem na capacidade de assegurar quase-monopólios que permitam aumentar os seus lucros; na absorção de parte dos seus custos de produção; e no empenho em enfraquecer as possibilidades de reivindicação das classes trabalhadoras, assim como no apaziguamento das mesmas, através de uma repartição parcial da mais-valia.

Nesta senda, segundo Wallerstein (1999b, pp. 18–19), não é plausível fazer a distinção entre o modo de produção capitalista e qualquer tipo de modo de produção redistributivo, apelando à diferença entre um modo no qual a transferência de mais-valia ocorre através do mercado, e outro no qual esta se deve à coação extraeconómica. Na economia-mundo capitalista sempre existiu coerção extraeconómica e, ainda que a médio prazo, a repartição de mais-valia se deva mais a mecanismos de mercado, em detrimento de meios político-administrativos, o mercado nunca foi totalmente autónomo, sendo frequentemente remodelado pela arena política. Para Wallerstein, a peculiaridade deste sistema reside no facto de “o mercado se tornar, ele próprio, num mecanismo político importante, algo não visível (ou bem menos vivível) nos sistemas redistributivos” (Ibidem, p. 18), funcionando com o propósito de tornar “invisíveis” as transferências de mais-valia, sob a forma de lucro, no mercado. Assim, um aspeto essencial do capitalismo consiste na inexistência de uma separação clara entre o domínio económico público e privado (mesmo no centro), pois os Estados defendem amiúde as prerrogativas das classes dominantes, empenhando-se eles próprios, se necessário, em produzir mercadorias, pelo que não constituem processos não-capitalistas, as políticas

mercantilistas, a regulação estatal de empresas, ou empresas estatais, pois representam apenas formas distintas de organização da produção na economia-mundo (Chase-Dunn, 1979, p. 604). A intervenção do Estado na economia tem aumentado ao longo do tempo, portanto, a questão essencial não é a da liberdade dos mercados contra a intervenção estatal, mas a do conteúdo e dos objetivos da intervenção; a intervenção faz parte do papel dos Estados no funcionamento regular do sistema capitalista, não sendo pré-capitalista, nem anticapitalista (Chase-Dunn, 1998, p. 120). Nestas circunstâncias, para Wallerstein, a União Soviética nunca representou um exemplo de transição para um regime socialista<sup>24</sup>, mas somente um estado semiperiférico forte, com a capacidade de seguir políticas protecionistas, em oposição ao livre comércio característico do centro (Mielants, 2012, p. 59), de modo que, no seu entender, a “geopolítica entre os Estados, a política no interior destes, e a acumulação capitalista compõem uma única lógica interconectada” (Chase-Dunn & Inoue, 2011, p. 402).

Assim, de certa forma, a perspectiva do sistema-mundo sugere a superação da “distinção entre processos endógenos e exógenos” (Chase-Dunn & Inoue, 2011, p. 401), patente, por exemplo, na obra de teóricos da dependência como Cardoso e Faletto, para quem os Estados encerravam em si as verdadeiras condicionantes da mudança social, e as forças exteriores apenas interferiam no processo de modo parcial (Chase-Dunn, 1979, p. 604). Para a perspectiva do sistema-mundo, as classes e os sistemas políticos são “estruturados ao nível da economia-mundo como um todo”, ou seja, são “condicionados pelo processo internacional e transnacional de acumulação de capital, e as dinâmicas associadas do sistema de Estados” (Chase-Dunn, 1982, pp. 169–170, 166). Nesta perspectiva, o próprio Estado é endógeno à economia-mundo, pois o foco é colocado “no sistema de entidades políticas e a economia mundial, o que inclui aquilo que está dentro das sociedades nacionais e os seus Estados, assim como as relações transnacionais e as instituições e estruturas globais” (Chase-Dunn & Inoue, 2011, p. 401). Assim, a perspectiva do sistema-mundo não conceitualiza as fronteiras estatais como divisórias entre entidades autônomas, mas “como um elemento institucional de processos que ocorrem dentro e além dessas fronteiras” (Chase-Dunn, 1982, p. 166). As fronteiras representam uma das instituições que possibilitam às classes influir no mercado da economia-mundo, de modo que a dicotomia interno/externo requer uma especificação mais precisa, que não remeta para entidades que se desenvolvem de forma autônoma (Chase-Dunn, 1979, p. 604). Na economia-mundo, as fronteiras constituem um elemento fundamental para a

---

<sup>24</sup> Para Wallerstein, uma empresa nacionalizada continua a operar na economia-mundo, de acordo com sistema de mercado capitalista (1974c, p. 40). No entanto, esclarece: “Não estou a sugerir que não importa se um país adota a propriedade coletiva como requisito político da produção. (...) Estou meramente a sugerir que a intenção ideológica não é sinónimo de mudança estrutural, que o único sistema no mundo moderno com um modo de produção é o sistema-mundo, e que atualmente (mas não eternamente) este sistema é capitalista” (Wallerstein, 1974a, p. 7).

reprodução do sistema. Embora as classes tenham uma formação económica de âmbito global, a expressão política da luta de classes está contida nos diversos Estados que compõem o sistema interestados; esta contradição assegura a continuidade da divisão do trabalho centro/periferia, pois as alianças de classe resultantes, permitem a estabilização política do sistema capitalista (Chase-Dunn, 1990, pp. 5–6). Do mesmo modo, esta disposição da luta de classes, no interior das fronteiras estatais, possibilita a mobilidade e o dinamismo do capital, a fim de se adaptar às contradições do processo de acumulação de capital (Chase-Dunn, 1979, p. 604).

Assim, de acordo com Wallerstein (1979, p. 292), a capacidade dos Estados, embora diferenciada, de intervenção no fluxo dos fatores de produção

“fornece os alicerces políticos da divisão do trabalho estrutural da economia-mundo capitalista como um todo. Considerações regulares de mercado podem explicar os impulsos iniciais recorrentes da especialização (vantagens naturais ou sócio históricas na produção de uma ou outra mercadoria), mas é o sistema de Estados que incrusta, impõem, exacerba os padrões, e tem sido, regularmente, necessário o uso do aparelho estatal para rever o padrão da divisão do trabalho mundial” (Ibidem, p. 292).

### 3.1. A dinâmica política e económica da economia-mundo

No sistema interestados, nenhum Estado consegue monopolizar o mercado mundial na sua totalidade, nem os Estados hegemónicos conseguem sustentar esse estatuto de modo eterno. A apropriação de mais-valia depende, essencialmente, da capacidade do poder político para salvaguardar e expandir a produção de mercadorias lucrativas, mas também da capacidade para produzir, de forma eficiente, para a economia mundial competitiva, consistindo, por isso, o êxito desta combinação, num frágil equilíbrio; logo, o sistema interestados não é redutível aos Estados (“statecentric system”), pois contrariamente ao que algumas análises referem, os Estados demonstram-se incapazes de evitar as dinâmicas competitivas da economia mundial (Chase-Dunn, 1998, p. 140).

A expansão da economia mundial e o aprofundamento da mercantilização das esferas do quotidiano, sucederam-se em consonância com ciclos económicos de 40 a 60 anos; estes ciclos Kondratieff, relacionam-se com desenvolvimentos políticos considerados “não económicos” por alguns economistas, como revoluções e conflitos militares, pelo que tendem a ser considerados apenas manifestações políticas exógenas (Chase-Dunn, 1998, p. 133). Na perspetiva do sistema-mundo, os ciclos Kondratieff “não são meramente descritivos da realidade histórica, mas constituem um parâmetro fundamental do funcionamento da economia-mundo” (Hopkins & Wallerstein, 1977, p. 123), sendo responsáveis pelas mudanças estruturais da economia-mundo, e fornecem a “dinâmica

básica” que origina as tendências seculares da “economia social como um todo” (Ibidem, p. 123). O desenvolvimento da economia-mundo ocorre através de ciclos de expansão e de estagnação; o impulso da acumulação resulta em contradições que impossibilitam que o seu crescimento seja linear (Hopkins & Wallerstein, 1982a, p. 106). Assim, a dinâmica temporal da economia-mundo não é comparável ao trajeto de um “automóvel de corrida”, pois “o seu desenvolvimento é a sua própria existência. Ela estagna no crescimento; não estagna e depois cresce” (Hopkins & Wallerstein, 1977, p. 124).

Segundo Thompson, citado em Korotayev & Grinin, os ciclos Kondratieff são de grande “importância (...) para o conjunto dos processos sociais mundiais”, e em particular “as ondas longas de mudança tecnológica (...) ajudam a moldar muitos processos importantes, (...) tendo-se tornado (...) essenciais para a compreensão do crescimento económico, das guerras, e da liderança sistémica” (Ibidem, p. 27); do mesmo modo “também parecem ser importantes para outros processos como a mudança política doméstica, a cultura, e a mudança geracional” (Ibidem, p. 27). Embora existam muitas publicações sobre as ondas Kondratieff, ainda não se compreendem as relações destas com as revoluções e os conflitos militares, porém, tem sido aceite que a acumulação ocorre num enquadramento político que acaba por se esgotar, tornando-se inadequado para a distribuição e a produção mercantil mundial. Neste sentido, os conflitos mundiais, o declínio e a ascensão de Estados hegemónicos representam uma “reorganização violenta das relações de produção à escala mundial”, proporcionando um novo enquadramento que para o reinício do processo de acumulação, e a adaptação deste às suas contradições (Chase-Dunn, 1998, p. 140). Do mesmo modo, ainda que exista consenso em torno da identificação histórica dos ciclos Kondratieff, continua aceso o debate acerca das suas causas, sendo estes ciclos, geralmente, identificados com a mudança tecnológica, pois nas suas fases A são adotadas inovações tecnológicas (Flint & Taylor, 2018, p. 23). Assim, segundo Wallerstein, a inovação tecnológica tem demonstrado ser mais uma “consequência do capitalismo histórico” do que o catalisador deste, pois serve de resposta às recessões cíclicas, de forma a dar continuidade à acumulação (1995, p. 38), pelo que a própria dinâmica cíclica da inovação tecnológica deve ser entendida como inerente, e resultante do funcionamento do modo de produção capitalista (Flint & Taylor, 2018, p. 23).

De acordo com Wallerstein, a literatura acerca dos ciclos Kondratieff tem abordado mais os seus resultados (preços, inovações, produção, oferta monetária), do que os próprios ciclos<sup>25</sup>. No seu entender, ainda que esses indicadores oscilem, no contexto dos ciclos

---

<sup>25</sup> Na década de 1920, Nikolai Kondratieff reparou que certos indicadores económicos apresentavam uma regularidade cíclica, com fases de crescimento e de declínio, e que essa oscilação durava cinquenta anos. Considerando algumas economias ocidentais, reconheceu este padrão nas taxas de juro, nos preços, no comércio externo e em indicadores de produção. Desde então, surgiram mais explicações, no início centradas nos índices de preços, sobretudo explicações monetárias, relacionando as ondas com

Kondratieff, estes são apenas a “sombra de Platão na caverna”. Quando se entende estes ciclos como fenómenos do sistema capitalista, o que deve ser mensurado são as taxas de lucro; os ciclos têm, cada um, a sua complexidade económica, social e política, mas devem ter como “fil conducteur” a taxa de lucro global (1984a, pp. 563–565). A contradição elementar do capitalismo reside na separação dos fatores que determinam a oferta e aqueles que determinam a procura (Wallerstein, 1984b, p. 98); ainda que estejam relacionados, estes são diferentes, e por isso movem-se em ritmos diferentes (Wallerstein, 1984a, p. 568). A oferta mundial é decidida a nível individual, pelo que o agregado das decisões dos produtores aumenta, de modo constante, a produção mundial, mas a procura mundial não se deve às decisões individuais dos produtores; para realizar o lucro é necessária a procura mundial efetiva, mas esta resulta do agregado dos arranjos políticos dos vários Estados, que determinam a repartição da mais-valia global (Wallerstein, 1984b, pp. 98, 16). As opções políticas acerca da repartição da mais-valia resultam de lutas políticas anteriores, e a alteração destas opções não é uma tarefa simples, de modo que estas tendem a persistir a médio prazo. Logo, a contradição no facto de a procura mundial permanecer estável a médio prazo, enquanto a oferta mundial continua a expandir incessantemente a produção, acaba por levar à falta de compradores e a um “estrangulamento da acumulação” (Wallerstein, 1982a, p. 16). Portanto, os ciclos Kondratieff devem-se à “variação contínua na oferta, combinada com a variação descontínua da procura” (Wallerstein, 1984a, p. 569), e dada esta disjunção, segundo Wallerstein, o sistema capitalista está sujeito a gerar “padrões cíclicos de produção”, pelo que a economia-mundo, desde o início, evidencia fases de expansão e estagnação, expressas em ciclos Kondratieff de 40 a 55 anos (1984b, p. 99).

Do mesmo modo, na economia-mundo também ocorrem ciclos de hegemonia, com uma duração superior à dos ciclos Kondratieff, sendo que a condição de hegemonia se traduz na “capacidade de um estado para impor um conjunto de regras na operação de todos os outros Estados, de modo que existe uma ordem relativa no sistema-mundo” (Wallerstein, 2013a, p. 19). A hegemonia proporciona estabilidade às empresas, especialmente para aquelas que se relacionam politicamente com o Estado hegemónico e também proporciona um ambiente seguro para que as indústrias de vanguarda monopolizadas possam prosperar (Wallerstein, 2004, p. 58). Ao longo da história da economia-mundo, existiram três poderes hegemónicos: as Províncias Unidas, de 1620 a

---

choques inflacionários na sequência de grandes conflitos. Após a Segunda Guerra Mundial, os índices de preços deixaram de ser considerados, e surge uma nova direção na investigação, pois a dinâmica do ciclo, para Kondratieff, era explicável, em primeiro lugar, pelas dinâmicas do investimento de capital. Nos últimos tempos, a dinâmica dos ciclos tem sido associada às ondas de inovação tecnológica. Como Kondratieff notou, nas fases B, novas invenções surgiam na área da produção e da comunicação, sendo amplamente adotadas na próxima fase A. Esta perspetiva foi aprofundada por Schumpeter, que desenvolveu a “versão dos clusters de inovação”, da teoria das ondas (Korotayev & Grinin, 2012, pp. 24–27).

1650; o Reino Unido, de 1815 a 1873; e os EUA, de 1945 a 1967 (Wallerstein, 1984b, p. 17). Os ciclos de hegemonia têm-se sucedido após “guerras de trinta anos destrutivas”, quando um dos dois poderes em confronto pelo estatuto hegemónico vence, tornando-se a potência dominante, com uma estrutura económica forte, superioridade militar e a capacidade de impor o seu domínio cultural<sup>26</sup> (Wallerstein, 2013a, p. 20). Para obter o estatuto hegemónico, é necessário possuir uma série de eficiências produtivas, e para o preservar, o estado hegemónico tem de executar um papel político e militar que, além de dispendioso, acaba por se desgastar. Ao longo do tempo, as suas vantagens produtivas vão enfraquecendo, face à melhoria das eficiências económicas dos outros Estados (Wallerstein, 2004, p. 58). Assim, de acordo com Wallerstein, “os poderes hegemónicos declinam porque não conseguem sustentar para sempre o seu quase-monopólio de poder geopolítico mundial” (2011a/1974, p. xxiii), pois “ao perseguirem os seus interesses económicos, acabam por enfraquecer as suas vantagens económicas. E ao procurarem manter o seu poder político-militar, acabam por enfraquecer o seu poder político-militar” (Ibidem, p. xxiii).

#### 4. O desenvolvimento desigual e a falência da teoria da modernização

A dinâmica da economia-mundo reproduz uma tensão entre o trabalho do centro e da periferia, visível nas diferentes possibilidades dos trabalhadores de influir nas estruturas estatais, sendo que, no centro, organizações políticas são mais responsivas aos interesses dos trabalhadores, possibilitando sindicatos e a previdência social (Chase-Dunn, 1984, p. 77). Contudo, segundo Wallerstein, esta realidade não deve ser dissociada do facto de o Estado ser fundamental para garantir a ordem contra a insurgência dos trabalhadores, o que não é feito usando apenas a força. No “Estado liberal”, é possível manter a ordem através de cedências, recorrendo-se menos ao uso da força, porém, na periferia, a fraca disponibilidade de mais-valia torna as cedências menos prováveis (1999a, p. 66). Na periferia, a classe trabalhadora tem dificuldade em garantir reformas laborais: a organização é dificultada, pois muitos trabalhadores não estão formalmente integrados na produção, e a acumulação mais incipiente convida à manutenção de custos de produção baixos, acrescendo o facto de a luta dos trabalhadores por melhores condições, também implicar o capital do centro (Petras, 1981, p. 49). Portanto, existem assimetrias notáveis entre países e zonas, quanto à intensidade da luta de classes e às condições de emprego da força de trabalho (Timberlake, 1985, p. 15), e a capacidade de os trabalhadores reivindicarem uma parte maior da mais-valia que produzem, está relacionada com a forma de controlo de trabalho a que estão sujeitos (Wallerstein, 2000b, p. 197).

---

<sup>26</sup> Este domínio cultural não tem expressão apenas nas artes, mas também nas “estruturas do conhecimento” (Wallerstein, 2011a/1974, p. xxvii).

Como consequência da antinomia economia/política característica da economia-mundo, as classes têm uma natureza dupla: por um lado a “classe an sich” diz respeito à relação de uma classe com a economia, a economia-mundo como um todo, por outro lado, a “classe für sich” significa atribuir-lhe consciência política, que sempre se expressou a nível territorial, no Estado, através de movimentos e partidos políticos (Wallerstein, 1977a, p.105). Logo, embora a economia-mundo esteja estratificada em classes sociais, a atividade política destas encontra-se enraizada nos seus aparelhos estatais, e a solidariedade proletária torna-se impossibilitada, devido ao nacionalismo e à dicotomia centro/periferia (Chase-Dunn, 1998, p.6). No centro, o nacionalismo alimenta-se da competição com outros Estados do centro, e da capacidade do capital para pagar melhores salários e prestações sociais, também facilitada pela mais-valia complementar apropriada da periferia, através de processos de troca desigual e da repatriação de lucros. Por outro lado, a hierarquia centro/periferia, expressa na desigualdade estrutural entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, alimenta o nacionalismo em ambos, sendo esta fraternidade nacional facilitada no centro, pelo facto de a classe operária se rever nos interesses do capital nacional em explorar a periferia (Ibidem, pp. 86, 94).

Apesar do desfasamento entre o centro e a periferia, tem-se aprofundado a tendência secular para a mercantilização das esferas do quotidiano, e embora o processo de proletarização leve a força de trabalho a depender do trabalho assalariado, permanecem redutos de subsistência e atividades da economia informal, permitindo a reprodução da força de trabalho semiproletária (Chase-Dunn, 1984, pp. 79—80). No entanto, da mesma maneira que as atividades informais não representam “resíduos pré-capitalistas”, a década de 1980 veio demonstrar, perante o reaparecimento deste tipo de atividades no centro, que o setor informal não pode ser identificado apenas com a periferia, tratando-se assim, de um setor “internamente heterogéneo”, com a função de reduzir os custos do capital (Portes, 1983, pp. 162—164). Com efeito, a identificação da informalidade com a periferia, e um enfoque nos distintos processos informais, impediu a compreensão da importância cumulativa desta para o sistema capitalista como um todo. O ressurgimento da informalidade no centro, permitiu reformulá-la como um processo global, histórico, e reproduzido sistematicamente; como dantes, no contexto de uma retração cíclica, significa a recomposição das reservas de mão-de-obra, casual e não-assalariada (Tabak, 2000a, pp. 4—5), mas neste caso, simboliza o desmantelamento do Fordismo, a fim de enfraquecer o proletariado, e de reverter a tendência para a proletarização (a tempo inteiro), observada no decorrer do século XX (Broad, 2000, p. 30).

Nestas circunstâncias, é assimétrica a distribuição dos grupos domésticos, considerando o modo como obtêm o seu rendimento total; os países do centro possuem mais grupos domésticos cujo rendimento vitalício provém, na totalidade, do trabalho assalariado, em comparação com os países da semiperiferia e da periferia (Hopkins & Wallerstein, 1977,

pp. 134–135). Componente significativa da economia-mundo, a “classe semiproletária” inclui os trabalhadores sobre explorados cujos salários se revelam insuficientes, sendo forçados, tal como os membros do seu grupo doméstico, a praticar atividades de subsistência, o que se traduz numa extração de mais-valia complementar para o empregador (Shannon, 1996, pp. 37–38). Esta baixa remuneração salarial possibilita a obtenção de lucros, mesmo quando o setor da atividade económica do empregador é periférico, ou seja, caracterizado por um alto nível de competição (Wallerstein, 1996, p. 91). Assim, os capitalistas preferem, geralmente, empregar trabalhadores de grupos domésticos semiproletários, pois estes, abundantes na periferia, ao angariarem outras fontes de rendimento, sobretudo através do trabalho de mulheres e crianças, “sustentam a (re) produção do trabalho assalariado” (Clelland, 2014, p. 81), e subsidiam o processo de produção capitalista, permitindo, inadvertidamente, que os salários sejam reduzidos abaixo do nível de reprodução (Dunaway, 2012, p. 455). Este panorama não coincide, portanto, com os pressupostos da economia neoclássica, nem com imaginário desenvolvimentista de mudança social, cuja conceção de capitalismo, habitualmente aceite pelos liberais e marxistas, o identifica com a industrialização, e o proletariado fabril, dependente apenas do salário (Wallerstein, 2002, pp. 363–364). Na década de 1990, Joan Smith e Immanuel Wallerstein consideraram que o ideal do século XIX — da subsistência ao rendimento salarial — estava longe de se materializar, incluindo nas zonas mais desenvolvidas da economia-mundo; embora praticamente todos os grupos domésticos dependessem do salário, e cada vez menos da subsistência<sup>27</sup>, verificava-se que mesmo naqueles em que o salário ultrapassava o nível mínimo, não prescindiam de outras formas de obter rendimento monetário (1992a, pp. 261, 258). Na sequência das realocações para a periferia, o centro tem assistido, desde a década de 1980, a uma desindustrialização que continuou a enfraquecer a quase exclusividade do salário na reprodução doméstica — realidade verificada na década de 1960 —, pelo que os trabalhadores passaram a contar com menos empregos e salários mais baixos, tendo o trabalho casual, part-time e as atividades do setor informal, aumentado mais rapidamente do que o trabalho assalariado a tempo inteiro (Broad, 2014, pp. 209–215).

No presente século têm-se gerado mais formas de emprego precárias do que empregos formais, ao longo da economia-mundo; e na periferia, a maioria dos trabalhadores integra o setor informal, obtendo apenas uma pequena parte do seu rendimento total, do salário pago pelo setor formal (Dunaway, 2014, p. 12). Portanto, esta análise apresenta um entendimento diferente acerca da natureza e do sentido da proletarização no capitalismo, evidenciando o caráter mítico desta, enquanto processo linear e inevitável

---

<sup>27</sup> Neste caso, referimo-nos ao sentido mais estrito do conceito de subsistência, ou seja, às atividades de produção agrícola para consumo próprio, efetuadas por habitantes das zonas rurais, sem necessidade de recorrer ao mercado. No entanto, se o conceito for atualizado e ampliado, deve notar-se que as atividades de subsistência têm vindo a aumentar (Wallerstein, 2004, p. 33).

(Tabak, 2000a, p. 17). Na realidade, o desenvolvimento da economia-mundo encerra em si um paradoxo, pois como referem Hopkins e Wallerstein (1987, p. 773), a interdependência — a contínua integração dos processos produtivos das zonas da economia-mundo capitalista — ao mesmo tempo que elimina, de forma gradual, as estruturas sociais exteriores à lógica desta, gera também, necessariamente, novos processos de trabalho não-assalariado; consequência da polarização estrutural, da assimetria no desenvolvimento das zonas da economia-mundo, esta realidade rejeita a ideia neoclássica de que os processos de mercantilização têm lugar em toda a parte. Assim, a análise dos sistemas-mundo, em vez de demonstrar como o setor informal coexiste com o setor formal, empenhou-se na análise da forma como, ao longo da história da economia-mundo, o trabalho assalariado e o não assalariado se geram de modo interdependente (Martin, 2000, p. 247). Deste modo, refuta também que ao capitalismo corresponda a total realização da lei do valor, ou uma livre circulação dos fatores de produção, (Wallerstein, 1982a, p. 23). Para Wallerstein (1976, p. 280), o mercado livre consiste apenas num artifício intelectual, sendo antes de notar que a classe capitalista sempre potencializou os lucros no mercado mundial, recorrendo, se necessário, a diversas formas de distorcer a atividade comercial; e nem mesmo nas zonas do centro da economia-mundo se verifica a liberdade total dos fatores de produção, também persistindo, entre Estados, entraves à circulação de capitais, mercadorias e pessoas (Wallerstein, 1982a, p. 23). Assim, se a total liberdade dos fatores de produção nunca se verificou, “qualquer definição de capitalismo que requeira a liberdade total destes fatores, ou mesmo a liberdade da grande maioria deles, levar-nos-ia, logicamente, à conclusão de que a economia-mundo ainda não é capitalista, mas sim feudal ou pré-capitalista” (Wallerstein, 1982a, pp. 23—24).

No que respeita a proletarização, para Wallerstein, 1995, p. 391) a realidade demonstra que os capitalistas tentam atrasar o processo, embora não o consigam fazer na totalidade por causa das contradições do sistema que geram retrações cíclicas, resolúveis através da expansão interna do sistema, ou seja, aplicando mecanismos de liberalização do mercado, como a proletarização regular, e a comercialização da terra — processos, no entanto, com “limites lógicos” (Wallerstein, 1979, p. 162). Perante esta realidade de longa duração, a proletarização não deve ser entendida como uma necessidade do capitalismo — se assim fosse, haveria uma proporção maior de proletários — mas como um “campo de batalha”, donde resulta uma tendência secular lenta (Wallerstein, 2004, p. 36), na qual um dos principais interessados na proletarização são as próprias classes operárias, a nível mundial (Wallerstein, 1995, p. 36). Assim, o autor considera que a própria proletarização representa um dos paradoxos do capitalismo, uma vez que obsta ao processo de acumulação (Wallerstein, 1982b, p. 97). Nestas circunstâncias, compreende-se a necessidade das zonas tradicionais, supostamente feudais, para o

sistema; por um lado, a existência de trabalhadores não proletarizados mantém uma reserva de mão-de-obra, e possibilita a redução dos custos laborais, por outro lado, a existência de terra não comercializada, permite expandir a produção de produtos primários, de forma a responder às alterações na procura (Wallerstein, 1976, p. 279). Contrariamente à ideia da teoria da economia dual, de que as zonas feudais não estavam incluídas no setor capitalista, ambas têm estado incluídas na economia-mundo, embora de maneira diferente; e os redutos rurais e de subsistência, em processo de esgotamento, nunca representaram um lapso do sistema, mas sim uma solução fundamental (Wallerstein, 1979, p. 123).

Sendo assim negada a relação entre o “feudalismo” e o subdesenvolvimento nos países pobres no mundo contemporâneo, na realidade, as estruturas económicas destes, devem ser entendidas como a consequência de uma longa participação na economia-mundo capitalista, enquanto zona periférica, especializada na produção de matérias-primas (Wallerstein 1974c, pp. 391—392). Ou seja, a condição de subdesenvolvimento deve-se à posição periférica que estes países ocupam na divisão do trabalho da economia-mundo, posição que explica a sua contínua exploração, mas também as suas relações de classe, formas de controlo do trabalho, e formas de governo (Shannon, 1996, pp. 162—163). Deste modo, de acordo com Wallerstein (1979, pp. 53—54), qualquer análise acerca de um determinado Estado, deve considerar o facto de que

“as sociedades nacionais não são sociedades com histórias paralelas separadas, mas partes de uma totalidade, refletindo essa totalidade. (...) Diferentes partes do mundo executam (...) e têm executado diferentes papéis na economia-mundo capitalista, possuindo perfis socioeconómicos dramaticamente diferentes e, portanto, políticas distintas. Porém, para compreender as lutas de classe de um determinado Estado, devemos, em primeiro lugar, situá-lo na economia-mundo. Desta forma, podemos compreender como vários impulsos políticos e culturais podem ser esforços para alterar ou preservar uma posição no interior desta economia-mundo, para vantagem (...) ou desvantagem de certos grupos localizados num determinado Estado” (Ibidem, pp. 53—54).

Esta asserção não significa, como refere Chase-Dunn, que se possa conhecer, na totalidade, a ação política e as formações estatais, através da localização de um Estado na hierarquia da divisão global do trabalho, contudo, a localização permite atentar em regularidades para compreender o funcionamento da economia-mundo enquanto totalidade, assim como as capacidades e limitações de Estados em específico, no interior desta (1998, pp. 109—110). As categorias de ordem económica e mundial (centro, semiperiferia e periferia), demonstram como alterações políticas numa zona, em vez de resultarem de especificidades de uma região ou país, podem estar relacionadas com

transformações estruturais na economia-mundo (Awbry & Korzeniewicz, 1992, p. 634). Portanto, a análise dos sistemas-mundo, na senda da maior parte dos estudos da dependência, contrariou os ideais desenvolvimentistas, considerando os seus conceitos operacionais — como as etapas de desenvolvimento, o difusionismo, e o dualismo —, resultantes de uma perspectiva a-histórica e não holística (Chew & Laudale, 2010, p. 2). Em particular, contribuiu para o ressurgimento da análise histórica na Sociologia norte-americana, afeta essencialmente à teoria da modernização, e cujas análises acerca da mudança social se fundamentavam numa visão simplista da Europa ocidental do século XIX (Shannon, 1996, p. 210).

A teoria da modernização surgiu após a Segunda Guerra Mundial, com a reorganização do sistema capitalista sob a supremacia política, económica, e militar dos EUA (Valencia, 2017, pp. 6–7). Representando uma reação política e intelectual, num contexto de Guerra Fria e de afirmação dos países do Terceiro Mundo, com os processos de descolonização (Tipps, 1973, p. 200), considerava necessário que estes tomassem como modelo os países ocidentais, copiando as suas estruturas políticas, económicas, e sociais, a fim de se desenvolver (Portes & Walton, 1981, p. 3). Neste sentido, segundo Wallerstein (2000b, p. 109), desenvolvimento, Terceiro Mundo, e modernização são criações dos académicos ocidentais, quando a afirmação do Terceiro Mundo inviabilizou a divisão disciplinar<sup>28</sup> vigente desde século XIX, para o distinguir do ocidente, pelo que as Ciências Sociais, compelidas a estudar a realidade africana, asiática, e da América Latina, tornaram-se “geograficamente integradas” (Wallerstein, 1999a, p. 193). Apesar da influência duradoura<sup>29</sup> da teoria da modernização, esta carece de um texto que lhe sirva de cânone, e nunca o debate dentro do paradigma foi estruturado por um só teórico (Knöbl, 2003, p. 96). Do mesmo modo, tampouco existe consenso quanto ao significado de modernização, devendo-se a sua notoriedade, à capacidade de aludir a imagens difusas que condensam as mudanças sociais geradas pelo surgimento da industrialização e do Estado-nação, nos séculos XVIII e XIX (Tipps, 1973, p. 199). Ainda assim, comum aos estudos da modernização, é a antítese tradição/modernidade, expressa num continuum bipolar, pelo que mudanças qualitativas graduais, modernizariam as sociedades tradicionais (Valenzuela & Valenzuela, 1978, p. 537). O maior exemplo desta visão, segundo Wallerstein (1979, pp. 51–52) encontra-se no trabalho de Walt W.

<sup>28</sup> Até então, a dicotomia ocidente/não ocidente expressava-se, a nível disciplinar, no estudo dos países ocidentais através da História e das três Ciências Sociais nomotéticas (Economia, Sociologia e Ciência Política); para o estudo do resto do mundo, estavam destinadas as disciplinas da Antropologia e dos Estudos Asiáticos (Wallerstein, 2000b, pp. 175–177).

<sup>29</sup> Apesar das críticas a que tem sido sujeita desde a década de 1960, como Wallerstein reconheceu, a teoria da modernização “sobreviveu” através de um “vestuário diferente”, continuando a informar muitos estudos sobre a mudança social (2000b, p. 106). A teoria da modernização reproduzia a condição eurocêntrica das Ciências Sociais (Wallerstein, 2012); a dicotomia tradicional/moderno, em vigor no pensamento social após 1945, consistia numa adaptação circunstancial das categorias bipolares de mudança social próprias do século XIX, como solidariedade mecânica/solidariedade orgânica, e *Gemeinschaft/Gesellschaft*, de modo que também o termo “desenvolvimento” se trata de “um avatar do conceito de progresso do século XVII” (Wallerstein, 2010b).

Rostow, *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*, cujas etapas de desenvolvimento tinham a Grã-Bretanha como modelo. Portanto, a modernização é entendida como um processo interior aos Estados, coincidentes com as fronteiras de uma sociedade integral (Tipps, 1973, p. 202), devendo o progresso destes, que seguem trajetos paralelos rumo ao desenvolvimento, ser avaliado para os governos intensificarem o processo (Wallerstein, 1979, p. 154).

Assim, para Wallerstein, a modernização tinha “vantagens epistemológicas” (1999a, p. 194), pois permitia o emprego de “conceitos específicos para estudar os ‘outros’ no presente, enquanto argumentava que, por fim, todos os Estados se tornariam mais ou menos no mesmo” (Wallerstein, 2004, p. 10). Paralelamente, ao se interrogar sobre as razões que constrangiam os países subdesenvolvidos, a teoria da modernização realça as condições internas destes, e as influências externas são vistas como positivas, sem relação com a origem do subdesenvolvimento (Nohlen, 1980, p. 84). Assim, o ímpeto modernizador dos países subdesenvolvidos é atribuído a estímulos externos, provenientes dos desenvolvidos (Valenzuela & Valenzuela, 1978, pp. 538–539), sendo raramente considerado o longo passado colonial que modificou as suas estruturas e condicionou a sua trajetória de desenvolvimento (So, 2010). No entanto, Wallerstein também se demonstrava insatisfeito com a perspectiva do marxismo ortodoxo que, tal como o liberalismo, fundou a tradição eurocêntrica das Ciências Sociais, cujo caráter “paroquial” se considerava, no entanto, objetivo e universal, tendo tanto o projeto ocidental como o soviético uma lógica imperialista, com o “rótulo da objetividade científica” (Mielants, 2012, pp. 57–58). No entender de Wallerstein, o método marxista que predominou entre 1945 e 1965 consistia numa “cópia mecânica” da visão de Rostow<sup>30</sup>, na qual o modelo a seguir pelos Estados era a União Soviética, com as respetivas etapas que deveriam percorrer — escravatura, feudalismo, capitalismo e socialismo (1979, p. 52). Portanto, para Wallerstein, o marxismo ortodoxo não representava uma alternativa à teoria da modernização, limitando-se apenas a “mudar o vocabulário” (1982a, pp. 138–139). Neste sentido, invalidou tanto a apologia dos Estados-modelo, como a utilidade analítica da comparação entre Estados, presentes tanto na perspectiva liberal como no marxismo ortodoxo, pois “nem os Estados Unidos, nem a União Soviética (...) representam um modelo para o futuro de alguém. São estruturas estatais do presente, instituições parciais, (...) a operar num único sistema-mundo (...) em evolução” (Wallerstein, 2000b, p. 106).

Em meados da década de 1960, perante a polarização económica entre países ricos e países pobres, apesar da assistência dos primeiros, a análise desenvolvimentista deixou de ser plausível (Wallerstein, 1979, p. 154), e o capitalismo passou a ser visto como o

<sup>30</sup> Rostow dividia o seu processo de desenvolvimento em cinco etapas: “the traditional society”, “the pre-conditions for takeoff”, “the take-off itself”, “maturity”, “and the mass consumption of goods and services” (Valencia, 2017, p. 7).

principal causador de pobreza no mundo, pelo que doravante o “imperialismo, não o atraso e a falta de modernidade, era o novo inimigo” (So, 2010). A revolução mundial de 1968 também se repercutiu nas Ciências Sociais, como uma ampla contestação do “positivismo ideologizado” e do “falso apolitismo” que as caracterizava, sob a hegemonia norte-americana (Wallerstein, 1990b, p. 287). Na generalidade, este movimento desvalorizou a relação entre os valores culturais e ideológicos, e o desenvolvimento económico, entendendo o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como “partes de uma totalidade” (Portes & Walton, 1981, p. 4). De acordo com Wallerstein (2010b), este contexto social e político permitiu desviar do Estado a análise da ação social e questionar a identificação deste com a sociedade. Na sua leitura, os acontecimentos de 1968 simbolizaram um descontentamento, primeiro político, e depois epistemológico, com a estratégia de captura do poder estatal, pois era notório que o poder estatal e a aplicação de medidas desenvolvimentistas, de pouco tinham servido aos países periféricos. Não obstante, segundo Wallerstein, os eventos de 1968, ao representarem uma rejeição da hegemonia norte-americana, e a constatação do facto de a União Soviética pactuar com a ordem estabelecida pelos EUA, abalaram as estruturas do sistema-mundo, em particular a sua “geocultura”, assente na supremacia liberal, que tinha possibilitado a sobrevivência, e a unidade do sistema, protegendo-o, até então, de impulsos político-culturais contrários (2004, pp. 77, 84). Esta geocultura consistia “na ilusão do desenvolvimento universal e a expectativa de prosperidade generalizada, e de igualdade democrática no horizonte para toda a gente” (Wallerstein, 1996, p. 103), de modo que Wallerstein considera que o ano de 1968 modificou o curso da economia-mundo de forma irreversível, pois esta começou a perder o seu sustento ideológico (2004, pp. 84–85). Enquanto iniciativa intelectual resultante desta mudança, a análise dos sistemas-mundo, começou por apontar incongruências à teoria da modernização, nomeadamente no que concerne ao método de comparação de Estados, entendidos como autónomos, sem relação com elementos fora das suas fronteiras (Wallerstein, 1999a, p. 194). Assumindo que a ação social ocorre no sistema-mundo, compreendendo uma divisão do trabalho contínua, em oposição ao Estado (Wallerstein, 1979, p. 155), rejeitou a ideia do desenvolvimento paralelo das sociedades; enquanto componentes de um sistema-mundo, estas nunca seguiram trajetos paralelos (Wallerstein, 1977b, p. 7). A economia-mundo sempre foi permeada por “padrões históricos divergentes”, pois os Estados são de menor dimensão que a totalidade económica, reunindo diferentes capacidades e funções económicas, conforme se localizem em áreas centrais, semiperiféricas ou periféricas (Wallerstein, 1979, pp. 60–61).

#### 4.1. As possibilidades limitadas de promoção estrutural na economia-mundo

Na economia-mundo capitalista, além de distintas, as posições estruturais dos Estados formam uma hierarquia, dada a natureza desigual da troca e da apropriação da mais-valia produzida, na divisão do trabalho (Evans, 1979, pp. 15–16). A estrutura da economia-mundo assenta numa divisão entre processos produtivos centrais e periféricos, e, ao longo do tempo, verificou-se que diferem quanto ao grau de lucratividade/monopolização; os processos centrais são dominados por quase-monopólios, e, portanto, mais lucrativos face aos periféricos, por sua vez mais competitivos (Wallerstein, 2004, pp.17–18, 28). Na perspetiva do sistema-mundo, a divisão do trabalho é entendida como uma interdependência de processos produtivos distribuídos ao longo dos limites territoriais da economia-mundo (Hopkins & Wallerstein, 1986, p. 168), operando através de cadeias de mercadorias<sup>31</sup>, enquanto conjunto de vários processos produtivos, alguns mais centrais do que outros (Smith & Wallerstein, 1992b, pp. 14–15).

Assim, assumindo que a maior parte das cadeias não está encapsulada num único Estado, o estudo destas demonstra a tensão entre os impulsos centrípetos do capitalismo, e a organização dos Estados em termos territoriais, permitindo analisar o funcionamento do capitalismo, sem o confinamento da economia nacional (Bair, 2014, p.3; Bair, 2005, p. 155). Portanto, o entendimento de que as relações de produção centro/periferia da economia-mundo não vinculam economias de âmbito regional ou nacional, mas sim atividades económicas em cadeias de mercadorias que cruzam as fronteiras estatais, demarca esta análise da maioria dos estudos teoria da dependência (Arrighi & Drangel, 1986, p.11). No quadro de uma cadeia de produção<sup>32</sup>, o lucro é obtido em todos os seus nós, contudo, a maior parte deste reside naquele onde a produção for mais monopolizada; este aspeto relacional tem uma implicação geográfica, pois os nós mais lucrativos tendem a acumular-se em áreas limitadas, no centro, e os menos lucrativos, muito mais dispersos, concentram-se sobretudo na periferia (Wallerstein, 1996, pp. 87–88). No entanto, o facto de a maior parte das cadeias de mercadorias não se encontrar encapsulada apenas num Estado, não significa que os Estados não sejam relevantes para o funcionamento destas (Bair, 2014, p. 3). Enquanto entidades políticas com jurisdição sobre os fluxos que ocorrem dentro, ou através das suas fronteiras — fluxos de mercadorias, de atividades empresarias, de ativos e de mão de-obra — os

---

<sup>31</sup> Segundo Hopkins e Wallerstein, uma cadeia de mercadorias consiste numa “rede de processos de trabalho e de produção, cujo resultado final é um produto acabado” (1986, p. 159).

<sup>32</sup> Esta análise das cadeias de mercadorias difere da abordagem clássica, pois considera a “distribuição do produto total, não entre os fatores de produção, mas entre os vários nós da cadeia de mercadorias (“atividades económicas”), cada uma consistindo numa combinação de diferentes fatores de produção” (Arrighi & Drangel, 1986, p. 16).

Estados podem promover ou despromover atividades produtivas, influenciando na estrutura centro/periferia<sup>33</sup> da economia-mundo (Arrighi & Drangel, 1986, p. 22).

Presentes desde as origens da economia-mundo, estas cadeias de mercadorias apresentam condições diferentes em cada uma das suas unidades de produção (e entre estas), no que respeita ao número de produtores e de países envolvidos, e os modos de controlo do trabalho utilizados, desde o trabalho assalariado, ao trabalho coercivo, menos dispendioso (Wallerstein, 2000a, p. 2; Wallerstein, 1996, pp. 87–88). Neste sentido, têm sido essenciais para a acumulação infundável, pois, por um lado, permitem a eficiência, reduzindo os custos unitários, e por outro, a opacidade na distribuição da mais-valia ao longo de uma cadeia, não permite compreender a dimensão da polarização na repartição da mais-valia, amenizando as tensões políticas (Wallerstein, 1999a, p. 58). Ademais, uma vez que a maior parte da mais-valia é obtida através de monopólios, formam um mecanismo eficaz de monopolização comercial, pois os capitalistas do centro constroem cadeias quase-monopolizadas, garantindo monopólios sobre os mercados e os termos de troca em cada compartimento, de modo que as cadeias representam “cadeias de grau de monopólio” nas quais a mais-valia é transferida dos capitalistas competitivos para os quase-monopolistas, habitualmente num nível superior da cadeia, no centro (Clelland, 2012, p. 197–199). Assim, se a esta dispersão de ligações produtivas for sobreposto o “mapa geopolítico dos Estados”, verifica-se que “as diferentes combinações de ligações centrais e periféricas, no agregado das cadeias de mercadorias, refletem e reproduzem um sistema-mundo estratificado” (Bair, 2014, pp. 4–5). Os dois tipos de processos de produção encontram-se em cada Estado, no entanto, nos Estados do centro predominam processos centrais, enquanto nos periféricos, processos periféricos (Arrighi & Drangel, 1986, p. 12). Os Estados semiperiféricos<sup>34</sup> apresentam um conjunto equilibrado de ambos os processos, possuindo aspetos específicos, a nível político, e os Estados, individualmente considerados, têm uma postura diferente face à produção, consoante a combinação de processos que albergam (Wallerstein, 2004, pp. 28–29).

Assim, a nível macro, as cadeias de mercadorias consistem no instrumento que permite a divisão desigual da mais-valia entre as três zonas que compreendem a economia-mundo; no entanto, antes dessas extrações acontecerem, as cadeias “estruturam a exploração máxima do trabalho mal remunerado e do não remunerado” (Dunaway, 2014, p. 13). Nas cadeias, o valor oculto está presente em cada nó, e vai progredindo ao

---

<sup>33</sup> Contudo, é necessário ter presente o carácter relacional da economia-mundo. Como explicam Arrighi e Drangel, “o poder de cada aparelho estatal para moldar as relações centro/periferia encontra-se sempre limitado pelo poder dos outros Estados para fazer o mesmo, e, acima de tudo, pelas pressões competitivas continuamente geradas pelas inovações económicas” (1986, p. 23).

<sup>34</sup> Segundo Wallerstein, devido à consequência geográfica da distribuição dos processos produtivos, pode-se apelar os Estados de centrais, periféricos, e semiperiféricos, desde que se considere o facto de atributos central/periférico pertencerem aos processos produtivos (2004, p. 17).

longo desta, até ficar embutido na mercadoria final. Em cada compartimento de uma cadeia, o valor oculto provém do valor da mão-de-obra barata, e da não remunerada, e, por isso, para além de estar profundamente embutido em cada mercadoria ou transação económica, constitui o amigo secreto que torna as transferências de mais-valia registadas mais vantajosas. Não só estas expropriações fornecem inputs gratuitos, como “as cadeias de mercadorias são ‘eficientes’ porque minimizam os custos de produção através da extração de mais-valias ocultas para o lucro direto dos capitalistas nas posições superiores da cadeia” (Clelland, 2014, p. 78—79). Formando uma “estrutura imperialista”, as cadeias permitem efetuar transferências desiguais dos setores com salários baixos, para os de salários altos. Por isso, o sistema capitalista é imperialista não só pelo facto de acumular no centro, a maior parte a mais-valia global, mas também por proporcionar aos consumidores do centro, bens de consumo baratos, a expensas da drenagem de valor oculto dos trabalhadores da periferia (Clelland, 2015, p. 1114).

A obtenção de monopólios, vital para a acumulação, e a entrada da competição nas áreas monopolizadas, com a conseqüente autodestruição destas, resultam numa tensão que confere a dinâmica cíclica à atividade económica, e explica a divisão inerente entre produtos centrais/muito monopolizados e produtos periféricos/muito competitivos (Wallerstein, 1995, p. 142). Portanto, esta divisão do trabalho não é estática, e a natureza das tarefas produtivas sofre alterações ao longo do tempo (Hopkins & Wallerstein, 1977, pp. 127—129); em virtude da autodestruição dos monopólios, os processos produtivos tornam-se periféricos, sendo realocizados para a semiperiferia, e depois para a periferia, embora existam produtos e processos produtivos que se mantêm centrais ou periféricos (Arrighi & Drangel, 1986, p. 18). Assim, o centro, e as zonas em ascensão, tornam-se livres para investir em novos produtos, por essa razão mais monopolizados e lucrativos, e em atividades capital-intensivas, de maior remuneração salarial, em todos os setores de atividade económica (Hopkins & Wallerstein, 1987, p. 770). Para Wallerstein, a inovação tecnológica tem sido fundamental, permitindo, com regularidade, uma competição bem-sucedida de certos capitalistas em relação a outros, e determina a natureza das mercadorias lucrativas, a desvalorização de outras mercadorias e dos níveis salariais associados às mesmas. Por este motivo, o processo de troca desigual tem envolvido diferentes mercadorias, e a localização geográfica dos sectores mais inovadores sofre alterações dentro dos Estados, e entre estes (1984b, p. 103).

Na economia-mundo, todos os Estados se esforçam para manter ou promover a combinação de atividades produtivas centrais/periféricas que albergam, participando num jogo de soma nula similar ao das empresas capitalistas, pelo que a atualização da combinação produtiva de um Estado, ou um conjunto destes, traduz-se sempre numa despromoção, mais ou menos geral, da combinação de outros. No entanto, para um Estado obter autoridade económica, é necessário que tome parte na divisão mundial do

trabalho de forma inovadora, e que sejam as empresas a fazê-lo. Logo, a atualização da combinação produtiva de um Estado depende da capacidade de atração e de desenvolvimento de relações com o capital do centro (Arrighi & Drangel, 1986, pp. 23—24). De acordo com Arrighi, os fatores que possibilitam a obtenção de ganhos da divisão do trabalho modificam-se, de modo contínuo, na sequência da difusão de inovações de âmbito político, económico e social. Assim, o que consiste numa combinação central ou periférica varia espacial e temporalmente na economia-mundo, pelo que as relações centro/periferia não são determinadas por combinações produtivas em específico, mas pelo “resultado sistémico do vendaval permanente da destruição criativa e não tão criativa, gerada pela luta pelos ganhos da divisão mundial do trabalho” (1990, p. 15). Como consequência, não é a posição de um Estado numa rede de trocas que determina, fundamentalmente, a sua capacidade de obter ganhos na divisão do trabalho, mas a sua posição na “hierarquia da riqueza” (centro, semiperiferia e periferia), pois a pertença a um estrato superior garante aos Estados a possibilidade de dar início a processos de inovação, e de se resguardarem, mais eficazmente, das consequências nocivas das inovações de outros (Ibidem. p 15).

Historicamente, a divisão internacional do trabalho sofreu sucessivas remodelações, através das quais as atividades produtivas se foram tornando mais capital-intensivas, contudo o desfasamento entre o centro e a periferia manteve-se (Chase-Dunn, 1998, p. 78). Para além de cada estrato da economia-mundo ser composto por Estados com diversas capacidades políticas e económicas, nesses estratos, alguns podem, mais do que outros, mudar de posição estrutural — em sentido ascendente ou descendente — enquanto outros se encontram presos à posição que ocupam (Wallerstein, 1974a, p. 5). De modo geral, os Estados do centro tendem a permanecer nesse estrato; a mobilidade em sentido ascendente dificilmente é possível para os Estados da periferia, enquanto os da semiperiferia tendem a sobreviver à periferização, mas demonstram-se incapazes de atingir o topo (Arrighi & Drangel, 1986, p. 41). Assim, dado este contexto relacional, contrariamente aos pressupostos da teoria da modernização, a periferia não está a alcançar o nível de desenvolvimento do centro (Chase-Dunn & Lawrence, 2010, pp. 473—474); incapaz de proceder a um desenvolvimento similar ao efetuado pelos países do centro, encontra-se estruturalmente submetida a processos que reproduzem a sua condição subalterna (Chase-Dunn & Grimes, 1995, p. 389). Quando um Estado sobe de posição, considera-se que se desenvolveu, no entanto, uma vez que a economia-mundo sobrevive devido à relação assimétrica entre centros e periferias, não é possível que todos os Estados se desenvolvam ao mesmo tempo (Wallerstein, 1979, pp. 60—61). Este fosso não é uma anomalia num sistema de retribuição desigual, pelo que o desenvolvimento de um implica o declínio de outro na hierarquia da produção (Wallerstein, 1974a, pp. 6—7). Não obstante, como lembram Hopkins e Wallerstein o

termo desenvolvimento deve referir-se à economia-mundo, e não a Estados em específico (1977, p. 129), todavia Wallerstein não deixa de assinalar a ambiguidade do termo, pois um sistema hierárquico de cadeias de mercadorias significa que algumas áreas regridem e outras progridem, comparativamente, nos seus níveis de bem-estar (1995, pp. 36, 31). Assim, para Wallerstein, ao longo da existência da economia-mundo, assistimos a um “jogo da dança das cadeiras”, no qual a função de uma área pode mudar, mantendo-se uma distribuição proporcional do número de integrantes do centro, semiperiferia e periferia (1984b, p. 7).

Com efeito, esta estrutura tripartida foi confirmada, para o período de 1938 a 1983, por Giovanni Arrighi e Jessica Drangel (1986). Neste estudo, os autores converteram a rede de cadeias de mercadorias, enquanto conjunto total das relações centro/periferia da economia-mundo, numa hierarquia da desigualdade económica global, considerando a distribuição global do PIB per capita (K. Lee, 2009, p. 277). Segundo Arrighi e Drangel, no período em consideração, a polarização<sup>35</sup> da economia-mundo não abrandou, mas tomou outra forma e intensidade, podendo ser concluindo que “enquanto a dimensão da periferia em relação à dimensão do centro, no início da década de 1980, corresponde mais ou menos àquela que se verificava na década de 1940, o fosso entre as retribuições modais das duas zonas, alargou-se consideravelmente” (1986, pp. 40–41). A semiperiferia, apesar de flutuações de curto e médio prazo no início da década de 1980, manteve a sua dimensão; também sujeita à polarização da economia mundo, por vezes prejudicada ou beneficiada pela conjuntura, afirmou-se como posição intermédia. Paralelamente, concluíram que apesar da estabilidade estrutural da economia-mundo, este período apresentou uma movimentação oscilatória de médio-prazo, observando-se uma mobilidade dos Estados em sentido descendente entre 1938/50-1960/70, e ascendente a partir de 1960/70-1975/83, que indicia a retoma da posição que alguns ocupavam em 1938/1950. Para os autores, esta movimentação deve-se à consolidação da hegemonia norte-americana, cujas inovações transferiram as pressões competitivas para outras atividades, e a maior parte dos Estados viu ser desvalorizado o seu conjunto de atividades centrais e periféricas, tendo muitos, no centro entrado num processo de “catch-up” com o novo padrão, competindo pela transferência de tecnologia e “know-how” (Ibidem, pp. 47–48).

Assim, pode considerar-se que esta descrição corrobora a posição ortodoxa na perspetiva do sistema-mundo, assumindo a reprodução da estrutura tripartida da economia-mundo capitalista, apesar diversas realocações de tarefas produtivas, ao longo do seu desenvolvimento cíclico (Karataslı, 2017, p. 167). Apesar dos

---

<sup>35</sup> No estudo, Arrighi e Drangel entendem o PIB per capita como uma “medida aproximada da combinação de atividades centrais e periféricas sob jurisdição de cada Estado”, e, portanto, “as diferenças no comando das vantagens totais da divisão global do trabalho, devem necessariamente refletir-se em diferenças proporcionais ao PIB per capita dos Estados em questão” (1986, p. 31).

condicionalismos político-económicos, alguns Estados conseguiram fomentar políticas que conduziram à mobilidade estrutural, como a Coreia do Sul, a China, e o Japão, cuja ascensão se iniciou ainda no século XIX, mas a mais significativa pertenceu aos EUA, país que transitou para a semiperiferia, e para o centro no século XIX, obtendo o estatuto hegemónico em 1945 (Chase-Dunn & Grimes, 1995, pp. 396–397). Portanto, se for considerado um espaço temporal mais curto, desde o final do século XIX — quando terminou a incorporação das zonas externas —, verifica-se que a distribuição dos ganhos da economia-mundo mantém-se estável; a América do Norte e a Europa permanecerem as zonas mais ricas, ainda que zonas da Ásia tenham progredido, contudo, a mobilidade estrutural, especialmente para a posição central, tem sido um fenómeno muito raro (Babones, 2012, pp. 327, 334).

Neste contexto, segundo David A. Smith, nas últimas duas décadas do século XX, a mobilidade em sentido ascendente foi menor do que a observada nas décadas de 1960/1970, apesar da reestruturação económica proporcionada pela globalização, sendo questionável se a industrialização ainda pode gerar riqueza e desenvolvimento na periferia; um enfoque exclusivo nos casos da China, da Índia, e de alguns países do sudeste asiático, pode distorcer a perceção da desigualdade, pois “o dinamismo de poucos não deve ser confundido com a estagnação da maioria” (2012, p. 244). Com efeito, esta observação demonstra-se em sintonia com Arrighi, que há décadas considerou ser implausível compreender as relações centro/periferia através dos níveis de industrialização. No seu entender, tanto a modernização como a teoria da dependência sofriam da “ilusão do desenvolvimento” por fazerem da industrialização e do desenvolvimento sinónimos, quando, na realidade, apesar do fosso nos níveis de industrialização entre os estratos se ter reduzido — fruto da periferização das atividades industriais, na segunda metade do século XX —, a distribuição da riqueza mundial mantinha-se estável, assim como o fosso entre o conjunto de “países ricos, agora em desindustrialização” e o de “países pobres, mas em industrialização”, quanto aos níveis de bem-estar e de poder (1990, pp. 12–15, 24). Portanto, a dinâmica despolarizadora da troca desigual, que possibilitou, desde o final da Segunda Guerra Mundial, a mudança de posição do Japão, da Coreia do Sul, e de Taiwan, não é necessariamente replicável noutros países periféricos e semiperiféricos (Arrighi, 1990, p. 14).

#### 4.1..2. A teoria da dependência: uma irmã gémea falsa

Em resultado de a análise dos sistemas-mundo ter como uma das suas principais bases teóricas as relações centro/periferia, inicialmente formuladas pela CEPAL e pela teoria da dependência, tem sido prática comum, na literatura académica, recorrer a uma “simplificação excessiva” que considera a análise dos sistemas-mundos e a teoria da dependência “teoreticamente equivalentes” (Shannon, 1996, p. 19). Com efeito, numa

crítica intensa, Daniel Chirot e Thomas Hall consideram que a análise dos sistemas-mundo, se interessa apenas pelo subdesenvolvimento do Terceiro Mundo, e uma vez que “em muitos aspetos, consiste meramente uma adaptação norte-americana da teoria da dependência, não existe grande distinção entre ambas, em termos de construtos teóricos”, e reflete o “domínio do centro e a utilização dos recursos periféricos” (1982, pp. 81, 90). No entanto, segundo Peter Evans (1979, p. 15) a perspectiva de Wallerstein não representa uma versão da teoria da dependência; a sua análise tem implicações distintas, pelo que esta diferença não é redutível a uma mera questão de semântica. De facto, a questão de saber se a perspectiva do sistema-mundo representa uma simples adaptação da teoria da dependência impõe-se ainda mais, se nos perguntarmos, como fez Gabriel Palma se existe uma única teoria da dependência. Segundo o autor, não só é difícil retirar ilações claras das abordagens da dependência acerca do desenvolvimento, como também analisar um movimento que apresenta raízes intelectuais diversas, e perspectivas tão distintas, de modo que se deve falar de uma “escola da dependência” (Palma, 1978, pp. 881, 911).

Influenciada pelas abordagens da CEPAL e as teorias neomarxistas, a “escola da dependência” perspectiva o relacionamento económico entre os países ocidentais e do Terceiro Mundo, como vínculos de dependência e exploração, impostos externamente, que obstam ao desenvolvimento (So, 2010). Segundo Ronaldo Munck, existem abordagens reformistas, radicais e metodológicas. À abordagem reformista pertencem Celso Furtado e Osvaldo Sunkel, que seguem a tradição da CEPAL. A abordagem radical de Ruy Mauro Marini e de Theotônio dos Santos tenciona demonstrar as “leis do capitalismo dependente”, quase entendendo-o como um modo de produção à parte, a ser superado pelo socialismo. Por fim, identificada com Fernando Henrique Cardoso, a abordagem metodológica refuta a construção de uma teoria geral da dependência, preferindo uma abordagem histórica que considere os trajetos específicos da luta de classes e da acumulação na periferia (1999, p. 144). Assim, um aspeto essencial destas análises, consiste na interpretação do desenvolvimento do capitalismo na América Latina, através da “interação entre as estruturas internas e externas” (Palma, 1978, p. 898).

Concretamente, a escola da dependência reagiu ao insucesso da CEPAL, cujo programa económico, de substituição de importações, tinha sido posto em prática por diversos regimes populistas na América Latina. Após uma fase crescimento económico na década de 1950, a estagnação do início da década de 1960, provocou descontentamento popular e a ascensão de ditaduras militares. Face à estagnação económica e a repressão política, muitos académicos da América Latina demonstraram-se insatisfeitos com a CEPAL e a

teoria da modernização (So, 2010). As propostas da CEPAL<sup>36</sup>, possíveis num contexto de menor integração na economia mundial, não consistiram, tal como dantes, numa “descolagem singular rumo à industrialização”; após a Segunda Guerra Mundial, a América Latina voltou à estagnação (Portes & Walton, 1981, p. 9), pelo que a falência da substituição de importações, se deveu também à recuperação económica do centro, cujas multinacionais procuravam novos mercados e mão-de-obra barata para uma manufatura mais tecnológica, remetendo a América Latina para um novo papel dependente na divisão do trabalho (Valenzuela & Valenzuela, 1978, p. 549). As abordagens da dependência resultaram também da decadência do marxismo ortodoxo, pois as revoluções na China e em Cuba sugeriram que o Terceiro Mundo poderia evitar a etapa da revolução burguesa e entrar na etapa da revolução socialista (So, 2010). Estes eventos influenciaram a produção académica dos teóricos da dependência, e a noção de que a estratégia de substituição de importações poderia trazer outros tipos de dependência, encaminhou os estruturalistas da CEPAL para teoria da dependência, e a análise da condição da América Latina tomou uma dimensão mais histórica e estrutural (Sánchez, 2003, p. 38).

Os teóricos da dependência aprofundaram o conceito centro/periferia, salientando como se tratava de uma dicotomia persistente no desenvolvimento do capitalismo, analisando as condições e tendências dos países periféricos, e os processos da divisão do trabalho que originaram e consolidaram os padrões de especialização e de exportação do presente, assim como estes consolidaram certas formações estatais e sociais (Hopkins & Wallerstein, 1977, p. 114—115). Assim, segundo Theotônio dos Santos, historicamente, é possível identificar três tipos de dependência dos países da América Latina — a dependência “colonial”, “financeira-industrial” e “tecnológica-industrial” —, que afetaram tanto as suas relações internacionais, como as suas estruturas sociopolíticas, mas também os modos como acumulam capital e a orientação da sua produção (1970, pp. 231—232). Neste contexto, o autor formulou o conceito de dependência, do seguinte modo:

“uma situação em que a economia de certos países se encontra condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia, à qual se encontram subordinados. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e

---

<sup>36</sup> Nos seus relatórios, a CEPAL reafirmou a inconsistência da lei da vantagem comparativa, e das perspetivas que sugeriam melhores termos de troca, com o incremento da produtividade industrial. Na sua análise, ao contrário do que sucedia no centro, onde os ganhos geravam lucros e salários elevados, na periferia, maior produtividade resultava no escoamento de produtos primários mais baratos para o centro (Portes & Walton, 1981, p. 7). Identificando o problema como a dependência da exportação de produtos primários, as propostas da CEPAL, foram implementadas como plano de desenvolvimento autónomo, que passava por tarifas às importações, incrementar a industrialização com a substituição de importações, e diversificar as exportações (Sánchez, 2003, p. 37).

entre estes e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem expandir-se e ser autossustentados, enquanto outros países (os dependentes) podem fazê-lo apenas como reflexo dessa expansão, o que pode ter um efeito positivo ou negativo no seu desenvolvimento imediato” (Ibidem, p. 231).

Sendo o desenvolvimento concetualizado como consequência dos laços económicos com um país do centro, algumas variantes nacionalistas da dependência, acreditavam na mimetização do processo de desenvolvimento do centro, depois de superados os “vínculos de dependência”; por outro lado, uma visão radical propunha o corte desses vínculos através da transição interna para o socialismo (Evans, 1979, pp. 15—16). Nesta perspectiva, a teoria da modernização e a teoria da dependência tinham “o desenvolvimento como modelo racional de progresso”, a primeira defendendo uma maior intervenção na economia mundial, e a outra propondo a desvinculação (Munck, 1999, p. 146). Assim, alguns autores tinham um pensamento redundante, pois a sua noção de desenvolvimento baseava-se na autonomia económica, o que implicava a impossibilidade do desenvolvimento económico (Sánchez, 2003, p. 35). Na economia-mundo, os Estados soberanos são legitimados e limitados pela sua participação no sistema interestados, encontrando-se o seu poder de decisão constrangido pelas normas do sistema, de modo que nem o Estado mais poderoso consegue ser “totalmente autónomo”, podendo apenas dizer-se que alguns Estados são muito mais autónomos do que outros (Wallerstein, 1984b, p.14). Portanto, segundo Wallerstein, “os Estados, na economia-mundo capitalista, não possuem a autonomia nem o isolamento que torna possível classificá-los como detentores de um modo de produção específico” (2004, p. 20), de modo que os Estados socialistas não são “sistemas autónomos”, continuando submetidos à lei do valor da economia-mundo e às limitações do seu sistema interestados (Wallerstein, 1982a, p. 51).

Neste sentido, a perspectiva do sistema-mundo demarca-se da teoria da dependência, pois como Evans observa, no que concerne à análise da mudança social, o assunto “dos efeitos exógenos (...) não é formulado em termos da força ou fraqueza dos vínculos entre o centro e um determinado país periférico, (...) mas das consequências de ocupar uma determinada posição estrutural no sistema-mundo” (1979, p. 15)). Portanto, na perspectiva do sistema-mundo, a hierarquia é intrínseca e imprescindível para a reprodução do capitalismo. Sendo impossível deixar o sistema, não é admitida a possibilidade de interdependências sem exploração no interior do sistema de trocas, e ascender à posição central implica assumir o papel explorador. Ademais, a mudança interna de alguns Estados periféricos, embora com a modificação dos vínculos com os países centrais, não garante uma subida de posição, pois “a possibilidade de mudança na posição estrutural depende de mudanças em partes do sistema com as quais uma

determinada nação pode nem estar diretamente conectada” (Evans, 1979, p. 16). No início da década de 1970, Wallerstein abordou este facto, ao analisar as possibilidades limitadas de mudança de posição dos países periféricos (em particular dos países africanos). No seu entender, mais do que indagar acerca de uma “receita universal” para a mobilidade estrutural, era necessário ter presente que, perante o contexto da economia-mundo, a possibilidade de tirar proveito<sup>37</sup> da conjuntura económica e de conquistar parte do mercado, estava aberta apenas a uma minoria dos países periféricos. Contudo, Wallerstein negou que os casos de sucesso, evidentes no início da década, significassem que esses países estariam a transitar para o centro, tratando-se antes de países que se tornaram semiperiféricos, tendo agora uma massa salarial mais elevada, produzindo parte do que o mercado interno consome, embora ainda dependentes (1974a, pp. 3–15, 23).

#### 4.1.3. A semiperiferia da economia-mundo

Segundo Wallerstein, na economia-mundo, a polarização entre o centro e a periferia resulta numa distribuição tripartida dos Estados, ao longo do espectro centro/periferia, e a semiperiferia consiste numa categoria “estável” e “permanente” da economia-mundo, demarcável do centro e da periferia (Arrighi, 1985a, p. 245). No seu entender, a nível político, a economia-mundo seria muito instável sem o setor semiperiférico, pois num sistema polarizado, o centro enfrentaria a subversão conjunta dos mais fracos, situação que o carácter intermédio da semiperiferia permite evitar, pois trata-se de um setor “explorado e explorador”; neste sentido, a semiperiferia não possui uma função económica particular, tendo este sofrido alterações ao longo do desenvolvimento histórico da economia-mundo (Wallerstein, 1974c, p. 405).

Na economia-mundo, os Estados semiperiféricos situam-se no meio de um continuum, no sistema interestados, assim como na rede de cadeias de mercadorias; o conjunto equilibrado de processos produtivos que albergam significa, tendencialmente, que costumam situar-se na extremidade de algumas cadeias de mercadorias, e no começo de outras, podendo muitos também albergar no interior das suas fronteiras, a maior parte dos segmentos de muitas cadeias de mercadorias (Hopkins & Wallerstein, 1987, pp. 773–774), dado o interesse mais pronunciado do Estado na semiperiferia, em exercer controlo político sobre o mercado, tanto a nível interno como externo (Wallerstein, 1979, p. 72). Neste sentido, representam, parcialmente, uma zona periférica em relação aos Estados do centro, mas também uma zona do centro face às áreas periféricas. A sua estrutura social e política externa são demarcáveis, e, de um modo geral, conseguem

---

<sup>37</sup> Na prática, para Wallerstein, existem três alternativas: por um lado “aproveitar a oportunidade”, com a substituição de importações, numa época de contração económica; a “promoção por convite”, numa época de expansão, com o apoio do centro e das multinacionais; e por fim, a “autossuficiência”, que não devia ser confundida com o socialismo (1974a, p. 4).

tirar proveito, mais do que o centro e a periferia, da flexibilidade proporcionada pelas épocas de contração económica (Wallerstein, 1979, p. 97). Portanto, a posição da semiperiferia expressa-se, por um lado, pelo seu papel de intermediação no plano da política e da estratégia global, mas também por articular “um estatuto de subordinação e (...) um estatuto de dominância nas trocas internacionais” (Reis, 1993, p. 136). No entanto, segundo Santos, ainda que o papel de intermediação seja determinado no seio do sistema-mundo como um todo, a especificidade deste depende da zona geográfica que o Estado integra, definindo-se, por isso, também pelo percurso histórico dessa zona (1993, pp. 22). Assim, “as diferentes funções de intermediação (...) pressupõem e geram diferentes sociedades semiperiféricas. Uma sociedade semiperiférica no contexto europeu desempenha funções de intermediação muito diferentes, caucionadas por processos históricos muito distintos dos da sua congénere no contexto americano” (Santos, 1985, pp. 871–872).

A partir da década de 1970, o conceito de semiperiferia tornou-se útil para perspetivar o desenvolvimento económico de alguns Estados, explicando as suas possibilidades e limites de desenvolvimento, assim como para analisar a estrutura do sistema capitalista na década de 1980. Do mesmo modo, num contexto de Guerra Fria, qualquer que fosse a sua esfera de influência, o conceito dava conta das semelhanças entre países em desenvolvimento, como sejam os papéis de subimperialismo, condições de neocolonialismo, ditaduras militares seguidas de regimes democráticos, industrialização promovida pelo estado, e a atividade de movimentos anti sistémicos no interior das suas fronteiras (K. Lee, 2009, p. 264). Com efeito, a diversidade dos Estados semiperiféricos ficou patente, por exemplo, quando em 1979, Frank, perante a crise de acumulação mundial, identificou países como a Arábia Saudita, o Irão, o Brasil, o México, a África do Sul, Israel, a Índia e a Argentina, que, no seu entender, enquanto economias intermédias, poderiam vir ser relevantes na reconfiguração global da acumulação de capital, que estava a tomar forma (1979, pp. 281–282, 289). Para Arrighi, os regimes autoritários da semiperiferia podiam ser divididos entre pró-sistémicos e anti sistémicos. Aos primeiros, correspondiam, por exemplo, os regimes da América Latina e do sul da Europa, e aos segundos, os regimes da URSS e da Europa de leste, cuja manifestação política consistiu na recusa em participar de forma subalterna, como fizeram os regimes pró-sistémicos, na acumulação de capital (1990, pp. 27–28). No entanto, ambos tentaram fomentar a coesão social e nacional através de políticas de desenvolvimento industrial, o que implicou o uso da repressão política, a fim de controlar a sua base social e garantir a repartição do rendimento, consoante os seus objetivos de desenvolvimento, mas também, num contexto de Guerra Fria, de enfrentar as adversidades do sistema interestados (Awbry & Korzeniewicz, 1992, p. 621)

Além de Wallerstein, na década de 1970, vários autores formularam conceitos referentes ao caráter intermédio de alguns Estados, como o de “nações intermédias” de Galtung, “subimperialismo” de Marini, “desenvolvimento dependente” de Cardoso e Faletto, “países em vias de desenvolvimento” de Kuznets (Fortuna, 1987, p. 177). No entanto, a maior parte destas contribuições entendia o facto de existirem países em desenvolvimento e de rendimento médio, como realidades excepcionais ou provisórias (K. Lee, 2009, p. 264). Na perspectiva do sistema-mundo, a semiperiferia é entendida como uma categoria “permanente e relacional”. Uma vez que não consiste numa etapa no caminho dos países em direção à modernização, a semiperiferia não é provisória; por outro lado, também não é “residual”, pois a polarização contínua do capitalismo sofre contrapressões, o que significa que os Estados não estão pré-determinados à retenção num dos polos de uma estrutura bipolar (Fortuna, 1987, p. 176). Assim, por oposição a uma dispersão unipolar, mas também bipolar, nas quais os Estados numa situação provisória, proviriam da extremidade do espectro, ocupar uma posição semiperiférica não significa, na maior parte dos casos, que se esteja a caminhar do “atraso/periferia” para a “modernidade/centro”; na realidade, na economia-mundo, alguns Estados foram despromovidos do centro, enquanto outros mantiveram a sua posição semiperiférica, praticamente desde a sua incorporação (Arrighi, 1985a, p. 245). Por este motivo, para Fortuna (1987, p. 177), o conceito de semiperiferia é mais útil do que o de semi-industrialização, pois, este, limitando-se ao critério da industrialização, não aborda o desenvolvimento histórico da economia dos países, impossibilitando a análise da consolidação estrutural de casos de posição intermédia, e do modo como, por meio da despromoção, ou desindustrialização, alguns Estados obtiveram esse estatuto. Por outro lado, o conceito limitava a função do Estado à promoção ou execução da industrialização, sem considerar a sua intervenção no sistema interestados. Portanto, “esta mobilidade sistémica, por limitada que possa ser, (...) confere à semiperiferia o seu caráter de permanência histórica, naturalmente ausente na formulação das teorias da modernização e da dependência” (Ibidem, p. 176).

Os Estados da semiperiferia têm, de modo geral, um interesse pronunciado em manter a sua posição intermédia, pretendendo também chegar ao topo. Nestas circunstâncias, o poder estatal é utilizado, a nível interno e no sistema interestados, a fim de melhorar a sua condição de produtor, acumulador de capital e o seu poder militar. Estes Estados competem, em primeiro lugar, uns com os outros, pois no decorrer de uma fase B do ciclo Kondratieff, poucos entre eles podem ser os recipientes de uma antiga indústria de ponta (Wallerstein, 2004, pp. 56—57). Assim, embora uma contração económica seja mais ou menos favorável a todos os Estados semiperiféricos, em qualquer época do desenvolvimento histórico da economia-mundo, apenas uma minoria consegue ascender à posição central, pois terá de o fazer “a expensas de algumas, ou de todas as potências

centrais, mas também a expensas de outros poderes semiperiféricos” (Wallerstein, 1984b, pp. 100–101). Dado o conjunto equilibrado de processos produtivos que albergam, os Estados da semiperiferia possuem, geralmente, uma “acentuada margem de manobra” a nível político e institucional, e o seu aparelho estatal assume grande relevância no seu relacionamento com o capital, o trabalho e o mercado, mas também com os restantes Estados (Fortuna, 1987, p. 18). Na semiperiferia, as alianças políticas são distintas, pois as frações do capital divergem nos seus interesses; alguns capitalistas preferem aproximar-se do centro, ao passo que outros preferem políticas autónomas, pelo que a estrutura estatal “transforma-se, ela própria, no elemento dominante na formação do bloco de poder, conseguindo moldar as coligações políticas entre os grupos económicos” (Chase-Dunn, 1990, pp. 5–6). Sendo o Estado uma instituição essencial, os grupos competem pelo seu controlo, o que tende a dar origem a regimes autoritários que reprimem a luta de classes, ou a lutas de classes que abrem caminho à chegada ao poder de movimentos de esquerda (Ibidem, p. 6). No entanto, salvo raras exceções, se à posição semiperiférica estiveram associadas ditaduras, da década de 1970 em diante, verificou-se neste estrato uma intensa transição para regimes democráticos, estando, no início da década de 1990, muitas semiperiferias a consolidar regimes democráticos (Awbry & Korzeniewicz, 1992, p. 623).

Aludindo, deste modo, para um estrato distintivo da economia-mundo, segundo Wallerstein, o termo semiperiferia deve servir, essencialmente, para discriminar uma área de análise política. O conceito de semiperiferia, ao contrário do de centro e periferia, não se refere a processos económicos que se articulam, mas antes à quantificação dessas relações no interior de um Estado; por isso a importância deste termo reside no facto de servir de indício para certos processos políticos, designadamente as políticas estatais que influem nos processos de acumulação de capital (1985, pp. 34–35). De acordo com Wallerstein, quando um Estado concentra uma combinação equilibrada de atividades produtivas centrais e periféricas, as probabilidades de garantir vantagens económicas através de uma transformação da estrutura estatal são maiores; quanto mais mediana for a combinação produtiva, mais diretamente podem as políticas estatais influir na acumulação de capital. A fim de direcionarem o conjunto de atividades produtivas para as atividades centrais, os Estados semiperiféricos podem remodelar as cadeias de mercadorias, e, através de práticas de subimperialismo, angariar mais ligações centrais numa cadeia, assim como modificar a repartição de rendimentos no interior das suas fronteiras, controlando as ligações das cadeias que atravessam a sua jurisdição, para atenuar o efeito da modificação na competitividade, e ainda que todos os Estados possam aplicar estas medidas, para os Estados da semiperiferia, a recompensa é maior face aos periféricos (1985, p. 35). Geralmente, as consequências de uma fase B são mais nocivas para os países periféricos,

que tendem a ver reforçada a sua dependência; a semiperiferia vê também oportunidades, sendo muitas vezes desejada na esfera de influência dos países centrais, ou mesmo como mercado para escoar uma produção excedente. Nas épocas de competição política e económica, os Estados semiperiféricos tentam tirar proveito da conflitualidade entre os poderes do centro, contudo, tendo em conta a competição, a nível horizontal, dos restantes Estados desse estrato, podem tornar-se satélites do centro, se forem poucos os benefícios que retiram a economia global (Fortuna, 1985, p. 476).

Mais recentemente, contra Wallerstein, alguns estudos puseram em causa a estrutura tripartida da economia-mundo e, por isso, a condição da semiperiferia, enquanto nível de desenvolvimento “estável, permanente e relacional”, com uma base histórica fundamentada (Fortuna, 1987, p. 176). As objeções acerca da permanência da semiperiferia, devem-se ao facto de Wallerstein ter atribuído um carácter funcionalista ao estrato, que lhe permite despolarizar a economia-mundo<sup>38</sup>, tal como a classe média nos contextos nacionais (Chase-Dunn, 2013, para. 14). Com efeito, na década de 1970, Wallerstein entendia a emergência de regimes políticos, nalgumas zonas semiperiféricas, onde os meios de produção básicos não eram privados, como um fator decisivo na despolarização da economia-mundo, pois resultou na “realocação interna do consumo”, permitindo a essas zonas “usufruir de uma porção maior da mais-valia mundial” (1979, pp. 413–414). No entanto, de acordo com Sahan Karatasli, uma análise da estrutura da distribuição da riqueza de 1500 a 2008, permite verificar que esta sofreu alterações ao longo de cada ciclo de hegemonia na economia-mundo, e que a estrutura tripartida tomou forma apenas no século XX, com a hegemonia dos EUA; do mesmo modo, segundo o autor, no século XXI está a emergir uma estrutura quadripartida da distribuição de riqueza, que poderá estabelecer-se (2017, pp. 163, 188). Por outro lado, segundo K. Lee, a semiperiferia consiste num fenómeno transitório, referente às décadas de 1960/70, que não resistiu à reconfiguração global do neoliberalismo iniciado no final da década de 1970, pelo que, desde então, o estrato semiperiférico tem estado em decomposição, dando lugar a uma estrutura bipolar (2009, pp. 263, 288–289). No entanto, mesmo quando, numa perspetiva de longa duração, é aceite a estabilidade da

---

<sup>38</sup> De acordo com Chase-Dunn (2013), face à emergência de potências semiperiféricas que põem em causa o poder hegemónico dos EUA e o seu respetivo aparato institucional, como demonstra o caso dos Estados que compõem os BRICS, deve ser equacionada a hipótese de esta categoria intermédia não se limitar a reproduzir o sistema-mundo. Para Wallerstein, o papel deste grupo revela ambiguidade, sendo considerado anti-imperialista, mas também um ator subimperialista ao serviço do centro, ou, por vezes, ambos. Contudo, a apreciação do seu papel não deve depender apenas de questões geopolíticas, mas também de indicadores relativos às suas lutas de classes internas, à forma como se relacionam, no plano económico, entre si mesmos, e com os restantes países do Sul. Perante a crise económica e a crise estrutural da economia-mundo, para Wallerstein, a continuidade do grupo poderá ser efémera, não sendo certo que obtenha níveis de crescimento económico similares aos verificados desde o início da década de 2000 (2015, pp. 271–273).

semiperiferia, no seio da perspectiva do sistema-mundo surgem várias questões: por um lado, a questão da forma e da dimensão do estrato, dos indicadores da pertença ao mesmo, e o modo como os Estados são promovidos ou despromovidos desta posição estrutural; por outro lado, interessa compreender, face às tendências polarizadoras da economia-mundo, como os Estados semiperiféricos conseguem não só ascender a essa posição, mas também mantê-la; e interessa compreender por que motivo, no século XX, a semiperiferia albergou vários movimentos anti sistémicos, sejam socialistas ou nacionalistas (Martin, 1990, pp. 4–5).

## Capítulo II — As migrações na perspectiva do sistema-mundo

### 2.1. O modelo neoclássico e os seus limites

A área de investigação dos movimentos migratórios caracteriza-se por ser essencialmente interdisciplinar, e, no âmbito das disciplinas que abordam este fenómeno social — como sejam a Geografia, a Sociologia, a Economia, e a Ciência Política — têm-se multiplicado perspectivas, a partir de diversas teorias e metodologias (Castles et al., 2014, p.27). Neste sentido, não é possível falar na existência de uma única teoria das migrações internacionais; na realidade, as diversas teorias desenvolveram-se de forma autónoma, ainda que nem sempre se encontrem separadas, a nível disciplinar. Com o intuito de compreender o motivo para a ocorrência de migrações, partem, portanto, de pressupostos distintos e utilizam conceitos distintos (Massey et al., 1993, p. 433). Deste modo, como observa Maria Ioannis Baganha, na ausência de uma teoria geral dos movimentos migratórios internacionais, “capaz de simultaneamente responder às várias perplexidades que a observação empírica deste processo social nos levanta” (2001, p. 136), pode-se apenas recorrer a “teorias de variável valor analítico e de previsão, centradas sobre aspetos específicos dos processos migratórios e seus respetivos impactos e condicionantes” (Ibidem, p. 136). Ainda assim, parece ser consensual que estas teorias não se excluem, proporcionando diversos quadros de análise para a investigação dos movimentos migratórios, de modo que os diversos paradigmas têm tendência a ser complementares, embora a aplicação destes esteja subordinada a questões de nível geográfico, temporal e disciplinar (Jones & Mielants, 2010, p.1). Com efeito, em princípio, as diversas perspectivas teóricas não são, por inerência, inconciliáveis, uma vez que “conceptualizam os processos causais de acordo com diferentes níveis de análise — o indivíduo, o agregado familiar, o nível nacional e o internacional” (Massey et al., 1993, p. 433), contudo é necessário ter presente que “os vários modelos refletem diferentes objetivos de pesquisa, focos, interesses, e modos de decompor um assunto enormemente complexo” (Ibidem, p. 433).

Apesar da possível interação disciplinar, segundo Hein de Haas, o campo de pesquisa dos movimentos migratórios encontra-se, há muito, estagnado, demonstrando-se incapaz de se libertar da influência dos modelos simples do século XIX — nomeadamente do modelo “push-pull” e do individualismo neoclássico —, ainda que estes sejam, frequentemente, postos em causa pela sua dificuldade em dar conta dos padrões e processos migratórios observados (2021, pp. 1–2). Neste sentido, para o autor, ainda que tenham proliferado estudos de natureza empírica acerca das migrações,

esta área de investigação permanece teoricamente subdesenvolvida, ao qual não está alheio o facto de o estudo dos movimentos migratórios se encontrar polarizado — e sem tendência para a conciliação — entre a perspectiva de equilíbrio e a perspectiva histórico-estrutural, que também se “debatem com questões de natureza interna” (Rocha-Trindade, 1995, p. 82). Assim, no quadro da teoria das migrações, as perspectivas teóricas estão associadas a dois principais paradigmas, de modo que se pode falar em teorias funcionalistas e histórico-estruturais; e ao integrarem estes paradigmas, as teorias baseiam-se em pressupostos idênticos acerca do modo como funciona e deve ser abordada a sociedade (Castles et al. 2014, p. 27).

A investigação acerca dos movimentos migratórios internacionais teve início no final do século XIX, com a publicação de um conjunto de observações, as *Leis das Migrações*, elaboradas por Ravenstein, com as quais enumerou fatores repulsivos que levavam as pessoas a mudarem de localidade, e de fatores de atração, que as encaminhavam para determinados lugares (Sanderson, 2012, p. 462). Na sua generalidade, as análises baseadas nos modelos teóricos “push-pull”, entendem os fluxos migratórios como consequência da pobreza e do atraso presente nas zonas de origem (Portes & Böröcz, 1989, p. 607), e os seus proponentes enumeram variáveis que impelem as pessoas para fora dessas zonas, sendo que estes aspetos repulsivos compreendem, frequentemente, o crescimento e a densidade populacional, a opressão política e a ausência de oportunidades económicas (Castles et al., 2014, p. 28). A listagem das variáveis pressupõe que os fluxos migratórios são compostos pelas frações mais desfavorecidas das regiões mais pobres, e que os fluxos têm origem voluntária, em consequência da simples existência de desigualdades a nível global (Portes & Böröcz, 1989, p. 607). Embora o modelo seja capaz de identificar as principais variáveis presentes na decisão de migrar, este possui limitações; sendo descritivo, apresenta variáveis que afetam as migrações, sem explicar os seus papéis e interações (Castles et al., 2014, p. 28), ou oferecer uma explicação estrutural para os processos sociais que estão na origem dos movimentos populacionais, pois a asserção de que os indivíduos têm razões válidas para migrar revela-se genérica, e não explica o carácter diferenciado dos processos migratórios, a nível geográfico e social (De Haas, 2021, p. 6). Portanto, não basta conhecer as motivações individuais, para “explicar os fatores estruturais que levam a um movimento padronizado, de dimensão e direção conhecidas, ao longo de um extenso período temporal” (Portes & Walton, 1981, p. 25).

Os modelos “push-pull” encontram-se, desde a sua origem, intimamente relacionados com a teoria económica neoclássica (Sanderson, 2012, p. 462), e podem ser considerados “basicamente, uma versão prototípica das teorias das migrações neoclássicas, pois interpretam as migrações em função das disparidades de rendimentos e de outras oportunidades, entre as áreas de origem e de destino” (De Haas, 2021, p. 5).

Fundada no século XIX, a escola neoclássica reiterava a defesa do liberalismo económico; contudo, os seus precursores modificaram os pressupostos analíticos clássicos, rejeitando as teorias de Smith e Ricardo acerca da distribuição e do valor. Com a teoria económica neoclássica, a economia política, deixa de se preocupar com as leis da produção e da distribuição, sendo transformada numa “lógica da escolha racional, aplicável não só ao domínio limitado da produção e da distribuição de mercadorias, mas também a todas as atividades humanas” (Valier, 2016, pp. 75–77). Neste sentido, estes autores começaram a destruir a economia política enquanto ciência com objeto próprio, uma vez as que as leis económicas são consideradas “simples indicadores do comportamento, que, independentemente do domínio de estudo, garantem a utilidade ou a preferência máxima” (Ibidem, p. 77), e o sucesso alcançado por esta perspetiva no domínio da economia, ficou a dever-se à adoção de pressupostos simplificadores da agência humana, que permitem elaborar modelos matemáticos sofisticados, assumindo que as pessoas tencionam “maximizar a sua utilidade pessoal, definida como a acumulação de meios escassos” (Portes, 1995, p. 3).

De modo geral, a abordagem neoclássica entende as migrações “em função das diferenças geográficas<sup>39</sup> na oferta e procura de mão-de-obra” (Castles, et al., 2014, p. 29), partindo do princípio de que os países em desenvolvimento criam emigrantes, devido à sua abundância de mão-de-obra, ao passo que os países desenvolvidos, com abundância de capital, acolhem imigrantes (Jones & Mielants, 2010, p. 1). Face a estas disparidades, os países com vastas reservas de mão-de-obra, mas quantidades de capital reduzidas, geram salários de “baixo equilíbrio”, ao contrário do que sucede com os países onde se verifica abundância de capital e escassez de mão-de-obra (Portes, 1995, p. 19). Assim, as migrações produziriam uma situação de equilíbrio, uma vez que a queda da oferta de mão-de-obra no país com menor quantidade de capital, levaria a um aumento dos seus salários, contrariamente ao que sucederia no país com abundância de capital (Massey et al., 1993, p. 433). Tratando-se, assim, a nível macro, de uma teoria sobre a realocação dos fatores de produção, considera-se que os indivíduos, ao migrarem para zonas onde os níveis salariais são mais elevados, “contribuem para a redistribuição dos fatores de produção e para a equalização dos salários entre países” (Arango, 2000, p. 285). Assim, as disparidades de rendimento entre os países de origem e de destino levam a que, a nível individual, a esperança de obter salários mais elevados e mais oportunidades económicas, sejam um motivo suficiente para a escolha racional de emigrar (Castles, 2005, p. 53). Portanto, esta versão microeconómica elucidaria o motivo pelo qual os indivíduos respondem às assimetrias estruturais entre países e regiões através da migração, considerada um ato individual e voluntário, levado a cabo

---

<sup>39</sup> A lógica da abordagem neoclássica aplica-se às migrações internacionais, mas também aos movimentos migratórios que se estabelecem entre regiões, no interior de um país (Arango, 2000, p. 285)

na sequência de uma comparação entre a condição presente, a condição futura e um cálculo custo-benefício (Arango, 2000, p. 285). Ademais, esta decisão individual encontra-se apenas limitada pelas limitações provenientes do mercado de trabalho, como a taxa de desemprego e os próprios custos da mudança, uma vez que se assume a existência de uma situação de competição perfeita, na qual os indivíduos têm a possibilidade de obter conhecimento ilimitado acerca das oportunidades de emprego e das condições de trabalho, num contexto de livre circulação dos fatores de produção (Canales, 2020, p. 37).

No modelo neoclássico, o capitalismo assenta na liberdade individual, um aspeto considerado uma das suas mais importantes conquistas, que o diferencia de quaisquer outras sociedades anteriores; com um mercado de trabalho livre, a sociedade capitalista vive em harmonia, sendo os empregadores e os trabalhadores “sujeitos legalmente livres, com direitos iguais para realizar contratos” (Castles, et al., 2014, p. 85). Assim, para a economia neoclássica, nesta sociedade livre, “os fenómenos económicos e sociais só podem ser analisados a partir dos comportamentos desses indivíduos, livres e iguais, que decidem ou não trabalhar, consumir, produzir e, isto, sempre na intenção de maximizarem a sua satisfação” (Valier, 2016, p. 77). No entanto, “o mercado de trabalho não pertence ao trabalhador, tal como pertence ao capital” (Petras, 1980, p. 157); este “termo designa simplesmente a relação de troca na qual a força de trabalho é vendida ao capital, pelo salário” (Ibidem, p. 158). Ao desconsiderar as classes sociais, em detrimento do individualismo, o modelo ofusca a necessidade com que os trabalhadores se deparam, de vender a sua força de trabalho, como meio de subsistência (Valier, 2016, p. 80).

Do mesmo modo, a relevância que o modelo neoclássico atribui à agência do migrante ignora a ocorrência, ao longo do desenvolvimento histórico do capitalismo, de movimentos coercivos de mão-de-obra escrava e de trabalho forçado, desconsiderando, portanto, o facto de os trabalhadores migrantes terem sido, frequentemente, trabalhadores “não-livres”, mas também, no caso das migrações voluntárias, a forma como as práticas discriminatórias, a nível institucional ou informal, podem restringir a liberdade e a igualdade dos trabalhadores imigrados (Castles et al., 2014, pp. 99, 85). Assim, acresce ainda o facto de, nos países ocidentais, persistir uma hierarquia “racial/étnica”, herdeira da experiência colonial que, influenciando as relações de poder atuais, tende a relegar os migrantes provenientes da periferia — tenha esta integrado o império colonial de uma determinada metrópole, ou não — para a base das estruturas sociais. Neste sentido, os padrões de domínio da era colonial e a utilização da cultura e da “raça” como instrumentos de controlo, “atualmente moldam não só os padrões migratórios, mas também o quotidiano dos migrantes, incluindo também as razões por que constroem campos sociais transnacionais, bem como as maneiras como o fazem” (Grosfoguel et al., 2009, pp. 10–13). Com efeito, de acordo com Robin Cohen, a

condição subordinada de muitos imigrantes sem cidadania nos países mais desenvolvidos, assemelha-se à condição de um hilota, pois embora estes trabalhadores não sejam escravos, nem propriedade dos empregadores, não usufruem dos direitos cívicos e sociais, na sua totalidade. Neste sentido, para o autor, é necessário repensar o conceito de trabalhador livre, pois ainda que na aceção do termo marxista, os trabalhadores não nacionais possuam uma relação semelhante à dos trabalhadores nativos, face ao capital — enquanto trabalhadores que, desprovidos dos seus meios de produção, têm de vender a sua força de trabalho — atualmente é difícil sustentar que o conceito de liberdade do trabalhador possa ser tão restrito; a conceção moderna de liberdade inclui a possibilidade de sindicalização, de votar e de constituir família, o acesso à segurança social, aos serviços de saúde, a garantia do salário mínimo e da proteção contra a arbitrariedade do estado — direitos cuja aplicação aos trabalhadores migrantes se tem demonstrado variável, temporal e geograficamente (2006, p. 59).

## 2.2. A necessidade de uma perspetiva histórico-estrutural

Nas décadas de 1960 e 1970, o domínio da perspetiva neoclássica foi posto em causa pela escola histórico-estrutural, de inspiração marxista, que entende “os processos sociais em termos de conflito, em vez de equilíbrio” (Arango, 2000, p. 285). No que diz respeito às migrações, este paradigma enfatiza a forma como estas são moldadas por desequilíbrios estruturais, em termos económicos e de poder, podendo reproduzir ou fortalecer as desigualdades. Assim, pertencem a este paradigma, apesar de diferenças na nuance e nível de análise, a teoria da dependência<sup>40</sup>, a perspetiva do sistema-mundo, e a teoria do mercado de trabalho dual (De Haas, 2021, p. 4). O paradigma histórico-estrutural não representa uma única teoria (Abreu, 2010, p. 7); presente em vários modelos teóricos, nesta perspetiva os fenómenos migratórios são entendidos como uma faceta da realidade social e abordados “no contexto da análise histórica das transformações sociais mais amplas em curso numa formação social particular” (Wood, 1982, pp. 301–302). De um modo geral, o paradigma histórico-estrutural entende as migrações como uma das expressões da penetração do capitalismo e dos termos de troca desiguais entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, assumindo que os indivíduos são limitados por forças estruturais, deslocando-se devido à destruição das estruturas económicas tradicionais, na sequência da incorporação destas no sistema político e económico mundial (Castles et al., 2014, pp. 31–32). No âmbito do paradigma histórico-estrutural, é possível fazer uma

---

<sup>40</sup> De acordo com Portes, no que diz respeito ao nível de análise, a abordagem da teoria da dependência não deve ser equiparada à perspetiva do sistema-mundo. Na realidade, a teoria da dependência aproxima-se da teoria do equilíbrio pois “compreende as migrações como um processo que ocorre entre duas unidades distintas e espacialmente definidas: aquela que exporta mão-de-obra, e aquela recebe e explora a mão-de-obra” (2016, p. 78), enquanto para a perspetiva do sistema-mundo, “as migrações de mão-de-obra ocorrem, não como um processo externo às entidades envolvidas, mas como parte das dinâmicas internas da mesma unidade abrangente (...) o sistema capitalista mundial” (Ibidem, p. 78).

distinção, ainda que esta não seja sempre óbvia, entre os investigadores que se interessam pelas zonas que recebem migrantes e aqueles que se preocupam com as condições nas zonas que exportam migrantes (Abreu, 2010, p. 8); logo, as abordagens histórico-estruturais possuem um âmbito mais extenso, baseando-se em diversos aspetos: o surgimento e a expansão do capitalismo; o papel de um estado na divisão internacional do trabalho; o desenvolvimento desigual dentro dos países e entre estes; o tipo de desenvolvimento adotado; o modo como a articulação de formações capitalistas e não capitalistas influencia os custos de manutenção e da reprodução da força de trabalho; e as funções anti cíclicas da mão-de-obra migrante (Wood, 1982, pp. 301–302). Deste modo, perante a diversidade de perspectivas acerca das migrações que compõem a abordagem histórico-estrutural, “é apenas através da reunião destas, que a teoria se torna num todo mais abrangente e integrado” (Abreu, 2010, pp. 7–8), representando esta abordagem uma aplicação aos fenómenos migratórios, de diversas perspectivas acerca do desenvolvimento, de âmbito marxista e neomarxista.

No quadro da perspectiva do sistema-mundo, tem sido elaborado um enfoque de modo a responder às insuficiências das teorias convencionais (Jones & Mielants, 2010; Mielants, 2002; Sanderson, 2012), que se fundamenta em vários trabalhos, sobretudo de natureza histórico-estrutural. Com uma base teórica fundamentada nos trabalhos de Wallerstein, Amin e Frank, vários investigadores interessaram-se por compreender o carácter sistémico, estrutural e histórico das migrações internacionais, ainda que variasse o seu envolvimento com a perspectiva. Neste sentido, os trabalhos precursores de Alejandro Portes e de Saskia Sassen têm servido de base para a investigação no âmbito da perspectiva do sistema-mundo, que permite realizar estudos de caso, mas também “investigação comparativa, utilizando metodologias qualitativas e quantitativas para esclarecer como processos sistémicos mundiais estão relacionados com as migrações internacionais em contextos históricos específicos” (Sanderson, 2012, pp. 463–468). Enquadrando as migrações num contexto estrutural que expressa as relações de poder assimétricas entre o centro, a semiperiferia e a periferia (Mielants, 2002, p. 85), esta abordagem entende as “migrações internacionais como parte das dinâmicas de único sistema” (Sassen-Koob, 1981, p.65), pelo que, “tal como outros processos internacionais, não ocorrem tanto entre unidades nacionais compartimentadas, quanto no interior de um sistema sobrejacente, ele próprio produto de um desenvolvimento histórico passado” (Portes & Böröcz, 1989, p. 626), a economia-mundo. Por isso, renuncia à natureza a-histórica dos modelos predominantes e insere as “migrações internacionais num contexto histórico mais amplo” (Sanderson, 2012, p. 463), remetendo para o facto de as migrações deverem ser entendidas no quadro da acumulação capitalista global, assim como um sistema de fornecimento de mão-de-obra fundamental no processo de incorporação e consolidação do capitalismo, através do qual contingentes de mão-de-

obra provenientes de zonas capitalistas ou não capitalistas, foram atraídos ou forçados à integração no sistema capitalista mundial, permitindo a realização da mais-valia em diversas áreas geográficas (Sassen-Koob, 1981, pp. 65–66).

### 2. 3. A Nova Economia das Migrações

Na década de 1980, uma perspectiva teórica denominada Nova Economia das Migrações, apresentou-se como opção face às insuficiências teóricas da teoria neoclássica e do que considerava ser o estruturalismo desmesurado da perspectiva histórico-estrutural (Abreu, 2010, pp. 2, 9). Deste modo, de acordo com Alejandro Canales, esta perspectiva consiste, fundamentalmente, numa aplicação ao estudo das migrações da Nova Economia Doméstica, uma “extensão dos princípios básicos da escolha racional da escola neoclássica a uma série de fenómenos nos quais a unidade de análise e de observação não é o indivíduo, mas a unidade doméstica, ou a família” (2020, p. 38), sendo considerada um esforço bem-sucedido, para apresentar uma teoria da agência do migrante mais realista, mas também mais equilibrada, no que respeita a estrutura e a agência (Abreu, 2010, p. 10). Portanto, esta teoria concentra-se nas unidades domésticas, enquanto agentes racionais, que visam maximizar a sua utilidade; o recurso à migração consiste numa estratégia familiar que, mais do que maximizar os rendimentos, permite a diversificação das fontes de rendimento, minimizando os riscos socioeconómicos (Arango, 2000, p. 288). As unidades domésticas, contrariamente aos indivíduos, conseguem diversificar a afetação de recursos domésticos, no que se refere à mão-de-obra; tendo membros da família a trabalhar na economia local, enquanto outros vão trabalhar para o exterior, onde os rendimentos salariais e as condições de trabalho são mais favoráveis, a unidade doméstica pode utilizar as remessas dos membros emigrados, caso as atividades económicas locais não lhe garantam rendimento suficiente (Massey et al., 1993, p. 436). Tendo por base o contexto de imperfeição dos mercados, presente em muitos países em desenvolvimento, nesta perspectiva a partilha dos riscos possui um forte valor explicativo para a ocorrência de migrações, mesmo que não se observem diferenças salariais (Castles et al., 2014, p 38).

Através da emigração, as unidades domésticas respondem ao risco de pobreza e às falhas dos mercados (de trabalho, de crédito, de seguros), ao contrário da realidade nos países desenvolvidos, onde a gestão dos riscos é possibilitada pelo crédito e por mecanismos como os seguros privados e os programas governamentais mais desenvolvidos e acessíveis (Massey et al., 1993, pp. 457, 436). Do mesmo modo, para a teoria, numa comunidade emissora, a emigração é determinada pelo sentimento de privação relativa, em vez de uma situação de pobreza absoluta (Castles et al., 2014, p. 38), e os “potenciais migrantes fazem comparações de rendimento interpessoais (...) no seio do seu contexto social” (Abreu, 2010, p. 9), sendo “essas comparações, juntamente com a vontade de

melhorar a sua posição relativa (...) que constituem o elemento relevante no processo de tomada de decisão” (Ibidem, p. 9). Assim, a questão da distribuição do rendimento importa, supondo-se que quanto mais desigual for a distribuição de rendimentos numa comunidade, mais sensível será a privação relativa e, conseqüentemente, as motivações para emigrar (Arango, 2000, p. 288). Não obstante, segundo Alexandre Abreu, mais do que o enfoque no grupo doméstico como o centro da ação dos migrantes, o que caracteriza a Nova Economia das Migrações é o facto de possuir um pendor “information-theoretic”, apresentando um quadro teórico para entender o ato de migrar como um procedimento de adoção e de disseminação de inovações. Nesta perspectiva, segundo o autor, a decisão de migrar é considerada uma forma racional de proteção contra riscos, “num mundo caracterizado pela informação<sup>41</sup> insuficiente e pela incompletude dos mercados” (2010, pp. 10–11). Portanto, a ideia de base da Nova Economia das Migrações pode ser formulada da seguinte forma:

“(...) não é que os migrantes, particularmente aqueles dos países em desenvolvimento, se comportem de modo diferente em relação a outros otimizadores racionais — não é necessária uma microeconomia distinta das migrações e/ou do desenvolvimento (...) nem eliminar a otimização e a racionalidade como princípios condutores —, trata-se apenas de que estes se encontram constrangidos pela falta de informação e pela incompletude do mercado” (Abreu, 2010, pp. 10–11).

Segundo Joaquín Arango, a Nova Economia das Migrações apresenta uma série de progressos em relação à teoria neoclássica. Por um lado, a teoria atenua a relevância das disparidades salariais de modo considerável, que “não se traduzem necessariamente em migrações, nem são indispensáveis para que as migrações ocorram” (2000, p. 288). Por outro, atribui importância às unidades domésticas e às famílias, às remessas, à informação, assim como à interação entre os migrantes e o seu meio social. Contudo, de acordo com Abreu, esta reformulação apenas respondeu às insuficiências do modelo neoclássico, conferindo importância antropológica às unidades domésticas, ainda que não tenha explorado as suas dinâmicas internas no que respeita à tomada de decisão, desvalorizando a suposição da informação completa, que pouco se coaduna com a realidade. Assim, não representa uma perspectiva plural, ou uma forma de conciliar a agência e a estrutura; na realidade, demonstra-se, a nível metodológico, individualista, não considerando, para além da imperfeição do mercado, outras dinâmicas ou

---

<sup>41</sup> A ênfase na informação surgiu na Economia e está associada ao projeto neoliberal, espalhando-se para outras Ciências Sociais (Abreu, 2010, p.11. Assim, de acordo com Fine, citado em Abreu, “a análise é alargada, como dantes, a fatores não económicos, mas em modos (...) mais aceitáveis tanto para os não economistas como para os oponentes do neoliberalismo. (...) A abordagem da imperfeição do mercado pode explicar melhor as realidades do capitalismo contemporâneo. (...) Apesar de tudo isto, a teoria continua a assentar na suposição do homo economicus, apenas um cuja racionalidade está limitada pela informação imperfeita e pelos fatores exteriores ao mercado, desenvolvidos historicamente” (Ibidem, p. 12).

constrangimentos estruturais que condicionam as dinâmicas migratórias, pelo que, não permite que as migrações “sejam analiticamente relacionadas com processos mais amplos de transformação social, como a proletarização e a acumulação de capital” (2010, p. 11). Assim, também não é possível relacionar as migrações com o processo de periferização que afeta algumas comunidades<sup>42</sup>, onde os grupos domésticos, perante o declínio da possibilidade de utilizar apenas as atividades de subsistência como complemento do rendimento salarial (dada a irregularidade e a insuficiência deste), se veem compelidos a recorrer a pequenas operações de mercado, juntamente com o trabalho assalariado, para a obtenção de rendimento monetário (Smith & Wallerstein, 1992a, pp. 256–257), e, por conseguinte, nem relacionar a emigração com uma estratégia familiar decorrente do processo de mercantilização do capitalismo, através do qual o mercado tem destruído a diferenciação analítica entre a produção e a reprodução, pois “mercantiliza as funções reprodutivas tradicionais”, e “a monetarização de recursos de subsistência gera a dependência dos grupos domésticos em relação aos salários, usados para comprar as necessidades básicas nos mercados” (Dunaway, 2014, pp. 6–7).

Portanto, a teoria parece alhear-se do contexto capitalista no qual ocorre a reprodução da mão-de-obra. À semelhança perspectiva convencional, tende a compreender a reprodução da mão-de-obra, enquanto mercadoria, como um elemento externo à economia, a cargo da família ou do grupo doméstico, assumindo que “apesar de a reprodução da mão-de-obra ser ‘mediada’ através de mercadorias capitalistas e da troca da força de trabalho pelo salário, o verdadeiro consumo (...) e processo de reprodução ocorre fora (...) do processo de produção capitalista” (Sehgal, 2005, p. 2888). Contudo, no capitalismo, a reprodução social significa a reprodução da relação capital/trabalho, e a reprodução da mão-de-obra é influenciada pela interação entre o Estado, a economia e a família; portanto a produção e a reprodução determinam-se a si próprias, sendo os grupos domésticos afetados pelas políticas estatais (políticas laborais, sociais, redistributivas) e pelas necessidades do mercado (Ibidem, pp. 2886–2888). Do mesmo modo, sendo os grupos domésticos a base que possibilita a venda da força de trabalho (dos seus integrantes) aos capitalistas, a habilidade dos grupos domésticos para “absorver custos externalizados constitui uma pré-condição para o trabalho assalariado” (Dunaway, 2012, p. 457). Os grupos domésticos constituem “sistemas de reprodução da força de trabalho estruturados e sujeitos às leis da acumulação capitalista, à escala mundial, mas não são (...) definidos exclusivamente por relações de troca” (Smith et al., 1984, p. 8) e, por isso, “permitem fornecer mão-de-obra ao capital precisamente porque asseguram a combinação do rendimento do trabalho assalariado com o do trabalho não

---

<sup>42</sup> De acordo com Smith e Wallerstein, “a combinação generalizada de salários e de operações de mercado como base efetiva do rendimento vitalício dos grupos domésticos é (...) um sinal de periferização” (1992a, p. 257).

assalariado, para uma combinação de recursos adequada que garante a reposição da força de trabalho” (Ibidem, p. 8).

### 2.3.1. Os grupos domésticos na perspectiva do sistema-mundo

Dado o ponto de convergência da Nova Economia das Migrações — no que respeita aos grupos domésticos como unidade de análise — com a perspectiva do sistema-mundo, importa clarificar algumas questões sobre a forma como estes são concetualizados nesta perspectiva, cujo interesse em compreender a relação entre os padrões de formação e de reprodução da força de trabalho, e as estruturas dos grupos domésticos (Smith et al., 1984), foi amplamente desenvolvido a partir da década de 1980 pelo Research Working Group on Households do Fernand Braudel Center (Smith et al., 1984; Smith & Wallerstein, 1992). Em primeiro lugar, a pesquisa deste grupo partiu da constatação de que apenas uma minoria da força de trabalho mundial integrava o salariado de forma constante ao longo da vida adulta, sendo, essencialmente, semiproletária. Do mesmo modo, com o aumento das disparidades salariais, que acompanha a proliferação mundial do trabalho assalariado, constatou que os níveis salariais nas zonas de baixos salários não eram suficientes para reprodução da força de trabalho a longo prazo. Assim, complementando a pesquisa com estudos antropológicos e etnográficos, o grupo centrou-se nos “arranjos institucionais e (...) relações sociais que sustentam e reforçam estas vastas diferenças na participação da força de trabalho e nos níveis de remuneração” (Friedman, 1984, pp. 45–46), concluindo que estas disparidades são asseguradas pelos grupos domésticos que na aceção do grupo consistem no “conjunto de relações historicamente variáveis, mas relativamente estáveis, que tem como uma das suas principais características a partilha de sustento adquirido da maior variedade possível de fontes” (McGuire et al., 1986, p. 76).

Os grupos domésticos constituem a unidade de análise adequada para compreender os modos como os indivíduos integram a força de trabalho, e o termo “householding” refere-se aos “múltiplos processos através dos quais [os indivíduos] geram rendimento, alocam tarefas, e tomam decisões coletivas” (Smith & Wallerstein, 1992b, p. 13). Do mesmo modo, três características distinguem esta nova concetualização dos grupos domésticos. Por um lado, ainda que muitas vezes as relações que os compõem assentem no fator biológico, ou familiar, os grupos domésticos não representam necessariamente relações biológicas<sup>43</sup>, e, neste sentido, nem a coresidência é um aspeto indispensável nas relações que os formam. A partilha de rendimento no seio dos grupos domésticos não é forçosamente equitativa, existindo relações de poder entre os seus membros (McGuire et al., 1986, p. 76). Assim, o consumo dos grupos domésticos assenta numa multiplicidade

---

<sup>43</sup> Por este motivo utilizamos o termo “grupos domésticos”, em vez de agregados familiares.

de relações de trabalho que se relacionam de sistematicamente e possibilitam que “os recursos com origem em diferentes relações de trabalho tenham a capacidade de sustentar a força de trabalho e de a reabastecer através das gerações” (Friedman, 1984, p. 45). Neste sentido, se for considerada a obtenção de rendimento dos grupos domésticos numa base anual ou plurianual, observa-se que os grupos recorrem, essencialmente, a cinco variedades de rendimento (Smith & Wallerstein, 1992b, p. 7): o rendimento salarial; as atividades de subsistência (atividades domésticas para autoconsumo); a pequena produção mercantil (produção doméstica para venda no mercado); as rendas; e os pagamentos por transferência (subvenções estatais, doações familiares<sup>44</sup>) (Wallerstein, 2004, pp. 32–34).

Portanto, o acesso a outras formas de rendimento (para além do salário), e ao fruto do trabalho de outras pessoas, por parte dos trabalhadores assalariados, representa um aspeto sistémico da economia-mundo (McGuire et al., 1986, p. 76). O desenvolvimento da economia não é um processo linear interior às fronteiras nacionais, mas um processo de acumulação que assenta na formação de estruturas suplementares, ao longo da divisão internacional do trabalho. No decorrer do desenvolvimento histórico da economia-mundo, as contínuas ondas de inovação tecnológica e industrial reorganizaram as práticas laborais a nível mundial, de modo que a relação entre os grupos domésticos e os padrões de formação da força de trabalho respondem a essas transformações. Logo, esta perspetiva obsta a alguns “estudos sobre a sociologia da família, que entendem a sua ‘estrutura e função’ como consequência de uma única linha reta de desenvolvimento desde o término da industrialização” (Friedman, 1984, pp. 42–43). Os grupos domésticos não são primordiais, sendo áreas de desenvolvimento capitalista (Wallerstein, 1980a, p. 26), pelo que consistem numa “instituição criada historicamente, tanto como instituição em geral, como nas suas variedades particulares” (Smith & Wallerstein, 1992b, pp. 13–14). Assim, nesta perspetiva, os grupos domésticos são socialmente construídos e remodelados, consoante as tensões resultantes do funcionamento cíclico da economia-mundo e das estruturas estatais. Logo, as combinações de rendimento possíveis formam também padrões distintos, de acordo com a localização dos grupos domésticos na divisão global do trabalho, e as fases da economia (Smith & Wallerstein, 1992a, pp. 253–254). Na economia-mundo, ocorrem pressões sistémicas (dos empregadores, das entidades estatais, e de outras entidades) para formar modalidades de grupos domésticos que permitam maximizar a existência de uma força de trabalho barata, e a continuação, a curto prazo, da procura por mercadorias (Wallerstein et al., 1982, p. 433). Assim, os formatos dos grupos domésticos

---

<sup>44</sup> No nosso entender, uma vez que, segundo Wallerstein (2004, p. 34), os pagamentos por transferência “podem ser definidos como rendimento que chega a um indivíduo em virtude de uma obrigação de outrem de fornecer esse rendimento”, nessa categoria podem ser incluídas as remessas enviadas por um membro emigrado do grupo doméstico.

resultam da dependência dos capitalistas de estruturas domésticas adequadas, consoante as fases dos ciclos Kondratieff e as zonas geográficas, mas também dos padrões de resistência por parte dos membros dos grupos domésticos, face às restrições impostas pelos Estados e outras entidades (Wallerstein, 1980a, p. 26).

Perspetivando a mudança social a partir de uma totalidade sistémica, Wallerstein (1980b, pp. 799, 805) questiona a essência primordial das estruturas estatais que, no seu entender, assim como as classes, os grupos domésticos, os grupos étnicos, nacionais, e de estatuto, resultam do processo de desenvolvimento da economia-mundo, compondo todas estas instituições, o seu “vortex institucional”. Assim, a mudança social no mundo moderno, longe de passar pelo contraste entre sociedade e comunidade — ou pela progressiva transição da comunidade para a sociedade —, corresponde ao desenvolvimento de uma só sociedade, a economia-mundo, e do seu respetivo sistema interestados (Wallerstein, 1986, pp. 3, 12). Deste modo, face a esta perspetiva holística, de acordo com Smith e Wallerstein:

“(...) pode dizer-se que o nosso conceito parece diminuir, subestimar, ou mesmo eliminar o papel autónomo do grupo doméstico — o grupo doméstico como autor, e não como variável dependente. De modo algum! O grupo doméstico é tão “autónomo” quanto o “Estado”, a “firma”, a “classe”, ou como qualquer outro “ator”. Tão autónomo, ou pouco autónomo quanto os demais. Todos estes (...) atores são parte de um sistema histórico; eles compõem-no. Eles são “determinados por” ele, mas também o “determinam”, num processo de interação constante tão imbricado que não existe um motor principal. Tivéssemos nós concetualizado e analisado o “Estado” ou a “firma”, ou a “classe” (...) também teria parecido (...) que a “autonomia” destes enquanto atores tinha sido negada. O que é inerente a uma visão holística de um sistema histórico, é o facto de os atores serem simultaneamente produzidos pelo sistema e de produzirem (isto é, de constituírem) o sistema” (1992b, pp. 20—21).

No quadro da investigação acerca das migrações, a perspetiva do sistema-mundo, tal como outras perspetivas histórico-estruturais, tem sido criticada por, supostamente, não considerar a liberdade de escolha<sup>45</sup> dos migrantes, ou seja, a relevância da agência dos seres humanos, que seriam apenas vítimas do sistema capitalista (Castles et al., 2014, p. 36), e “nada mais do que peões passivos no jogo dos grandes poderes e dos processos

---

<sup>45</sup> Na realidade, segundo Abreu (2010, p. 13), apesar da sua “superioridade teórica”, a perspetiva histórico-estrutural carece de uma “síntese aperfeiçoada”, devido ao facto de se encontrar dispersa por “modelos parciais” e “explicações” que consideram vários aspetos do mesmo fenómeno; de desvalorizar perspetivas “alternativas” que se coadunam com a abordagem histórico-estrutural; de ser influenciada, essencialmente por abordagens neomarxistas, negligenciando aspetos importantes da teoria marxista clássica.

mundiais presididos pela lógica da acumulação de capital” (Arango, 2000, p. 291). Contudo, no que se refere a Wallerstein, não é possível retirar esta conclusão do seu pensamento, nas ocasiões em que, de modo concreto, se referiu ao fenómeno migratório. Numa perspetiva avisada, Wallerstein considerava que os fluxos migratórios seriam cada vez mais frequentes e improváveis de deter no século XXI, como consequência da polarização económica e demográfica entre o Norte e o Sul. A mobilidade também seria facilitada pelo facto de, nos países desenvolvidos, as ideias democráticas limitarem as suas possibilidades de deter o afluxo de migrantes, de modo que, no seu entender, “observaremos o crescimento de movimentos de direita que focam a sua retórica em manter fora os migrantes” (1999a, p. 17), contudo, mesmo com o aumento das restrições, “observaremos um crescimento da taxa de migração, legal e ilegal — em parte porque o custo dos entraves (...) é muito alto, em parte por causa da colusão de empregadores que desejam usar essa mão-de-obra” (Ibidem, p. 17). Do mesmo modo, Wallerstein reconhece que as escolhas individuais acerca dos países de destino, têm que ver com o facto de os estados divergirem quanto às estruturas políticas, à atração ambiental, aos níveis de riqueza e de qualidade de vida, bem como a densidade demográfica. Ainda que muitas pessoas prefiram permanecer no país onde nasceram, mesmo que este não seja atrativo no que respeita os aspetos mencionados, as “dificuldades económicas ou ambições, assim como dificuldades políticas (...) levam muitos a migrar” (2010a, p. 20) e, por isso, “as migrações parecem, muitas vezes, ser um fenómeno de escada — pessoas rurais movem-se para áreas urbanas (...) pessoas urbanas movem-se para um estado mais desenvolvido, relativamente mais próximo, e depois para um estado ainda mais (...) desenvolvido” (Ibidem, p. 20). Assim, parece-nos indefensável a ideia de que as motivações individuais e a agência humana não são consideradas por Wallerstein; uma coisa é desvalorizar e negar a relevância da agência humana, coisa diferente é afirmar que esta se encontra condicionada estruturalmente pelo sistema socioeconómico em que vivemos, baseado no modo de produção capitalista. Na melhor das hipóteses, uma vez que que as “migrações são consideradas, primeiramente, um processo macrossocial, em vez de individual” (Wood, 1982, p. 302), pode afirmar-se que a perspetiva do sistema-mundo, à semelhança de outras perspetivas histórico-estruturais, não pretende formular uma teoria da ação do migrante, entendendo as migrações como parte de processos de transformação da sociedade (como o desenvolvimento), em vez de um aspeto da realidade social a ser abordado individualmente (Abreu, 2010, p. 7).

No entender de Arango, a Nova Economia das Migrações representa a teoria sobre as migrações mais específica, ao contrário da perspetiva do sistema-mundo, que “em vez de uma teoria das migrações, consiste numa grande generalização histórica ou um subproduto de uma interpretação unívoca, reducionista (...) da história, no qual todos os

países passam por processos semelhantes, como se seguissem um grande roteiro ou umas leis rígidas de desenvolvimentos histórico” (2000, pp. 287, 291). Contudo, para além de esta leitura se revelar errónea, e fundamentalmente contrária ao que referimos acerca dos propósitos epistemológicos da perspectiva do sistema-mundo, não concordamos com a asserção de que esta perspectiva não seja útil para teorizar as migrações. Com efeito, o modelo de análise proposto por Wallerstein não tinha como enfoque primordial o estudo dos movimentos migratórios, todavia essa especificidade da Nova Economia das Migrações não lhe confere superioridade analítica. Como observa Abreu, esta teoria deve ser entendida como uma reformulação da abordagem neoclássica acerca das migrações, da qual resultaram “apenas concessões e mudanças marginais (...) enquanto o essencial (a racionalidade, o individualismo metodológico, a falta de consideração pelas estruturas e as limitações estruturais) permaneceu intacto” (2010, pp. 10, 15). Neste sentido, como pretendemos demonstrar, a perspectiva do sistema-mundo, em função do conceito histórico de “structural imbalancing” (Portes & Walton, 1981; Portes, 2007), fornece um enquadramento analítico para entender as amplas pressões que originam e perpetuam, ao longo do tempo, os fluxos migratórios (Portes, 2007, p. 77). Assim, a perspectiva do sistema-mundo demonstra-se apta, pelo menos, a superar algumas insuficiências do modelo neoclássico, patentes, por exemplo, na sua incapacidade de explicar por que motivo, na vida real, os fluxos migratórios não fluem tão facilmente, nem possuem o vigor esperado, perante a existência de diferenças absolutas nos rendimentos, bem como na sua fraqueza para “explicar ou prever onde e quando ocorrem as migrações”, ou para “explicar onde, quando, e por que motivo estas não tiveram lugar” (Abreu, 2010, p.10).

### 3. Os fluxos de mão-de-obra e a dinâmica polarizadora da economia-mundo

Os movimentos migratórios internacionais têm constituído, desde a segunda metade do século XX, um dos aspetos fundamentais da mudança social, em todas as zonas do mundo. No século XXI, este facto assume ainda mais importância, perante o crescimento da mobilidade humana e das novas configurações que esta vai adotando, de modo que as migrações são entendidas como um dos aspetos principais da globalização (Castles, 2005, pp. 15, 38). Por todo o mundo, verifica-se a persistência de antigos padrões migratórios, ainda que sob novas configurações, e o surgimento de fluxos migratórios mais recentes, na sequência de transformações políticas, económicas, e de guerras. Portanto, assiste-se a uma globalização dos movimentos migratórios, pois existe uma tendência para cada vez mais Estados integrarem redes migratórias, ao mesmo tempo que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a Europa se tem tornado num continente de imigração, após séculos de colonização (Castles et al., 2014, p. 16). Ainda que as migrações não representem um fenómeno recente, pois “os movimentos de

populações humanas têm sido uma componente intrínseca dos principais processos de mudança estrutural” (Portes & Walton, 1981, p. 21), sucedendo-se ao longo da história — devido à pobreza, à deterioração do meio ambiente, e aos conflitos —, foi no contexto da expansão europeia no século XVI, e, no século XIX, com a revolução industrial, o simultâneo êxodo rural e as migrações transoceânicas, que o fenómeno adquiriu uma nova dimensão (Castles et al., 2014, p. 5).

No século XVI, as migrações de colonização tiveram origem na Europa, e inauguraram o processo de penetração do capitalismo em zonas do mundo até então autónomas (Sassen, 1988, pp. 31—32). O declínio deste tipo de migrações coincidiu com a “incorporação do mundo num único sistema económico”, na sequência do esgotamento das áreas externas (Portes 2016, p. 74); deste modo, ao longo do século XX, consolidou-se uma mudança, pois os fluxos migratórios passaram a ter origem nas zonas periféricas, sendo também induzidos, com destino ao centro, a fim de servirem os países industrializados (Portes & Walton, 1981, pp. 24—25). Se, no início, o processo de incorporação se baseou na mobilização coerciva de mão-de-obra entre zonas periféricas, a periferização de extensas partes do mundo, e a expansão do mercado de trabalho serviram de base para a formação das migrações internacionais de mão-de-obra. Assim, a consolidação do sistema económico global acompanhou o reforço do Estado-nação como entidade política fundamental, de modo que, desde o século XIX, este tem sido responsável pela regulação das fronteiras (Sassen-Koob, 1981, pp. 80—81, 68). Neste contexto, de acordo com Portes (2016, p. 73), no último século e meio, tem predominado uma forma de migração com diversas características: esta envolve apenas frações específicas de países; tende a ser, de um modo geral, voluntária ou induzida, em vez de coerciva; tem lugar, essencialmente, entre entidades interligadas no mesmo sistema internacional; tem um carácter sobretudo económico, e as dinâmicas que a subjazem produzem movimentos sustentados durante longos períodos temporais, cuja dimensão e trajetória são possíveis de prever; e trata-se de migração de mão-de-obra, ou seja, de indivíduos que tencionam vender a sua força de trabalho. Com efeito, segundo Portes e Walton, “esta última característica (...) veio a definir os movimentos populacionais modernos” (1981, p. 21), por isso, “a palavra tornou-se sinónimo de deslocamento de mão-de-obra” (Ibidem, p. 21), sendo “esta distinção (...) importante, pois uma definição puramente demográfica (...) esconde os (...) diferentes papéis económicos que tais migrantes desempenham” (Ibidem, p. 21).

De acordo com Castles (2003, pp. 18, 15—16), numa época de globalização, as migrações simbolizam o desgaste da soberania dos estados, no que respeita a capacidade de controlar as suas fronteiras. No Norte, os fluxos migratórios são geridos de acordo com mecanismos que facilitam a mobilidade de algumas pessoas em detrimento de outras, mas este controlo revela-se cada vez mais difícil, pois a tendência para a mobilidade

populacional é indissociável da proliferação dos fluxos transfronteiriços de capital, de mercadorias, e de ideias. Ademais, a natureza polarizadora da globalização, perante a crescente desigualdade entre o Norte e o Sul, acaba por constituir um catalisador para a mobilidade, que pode ser superada quaisquer medidas de controlo. Assim, nas últimas décadas, os movimentos migratórios têm-se tornado numa questão política de grande relevância, e, no presente século, diversos aspetos indicam ser provável que este fenómeno adquira ainda mais visibilidade (Castles et al., 2014, pp. 5–7).

Assente na perspetiva de equilíbrio, a nível lógico, a teoria neoclássica pressupõe a cessação das migrações internacionais, findas as disparidades salariais (Massey et al., 1993, p. 455). No entanto, a nível empírico, as limitações da teoria económica neoclássica podem ser facilmente discerníveis. Por um lado, não se verifica a equalização dos níveis de bem-estar, nem as migrações contribuíram para uma convergência expressiva dos indicadores económicos, dos países de origem e de destino (Arango, 2000, p. 286). Do mesmo modo, não ocorreu um equilíbrio dos salários; o fosso salarial entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos tende a aumentar, e “nos termos do próprio modelo neoclássico, estas disparidades crescentes deveriam conduzir a um futuro aumento das migrações” (Castles, 2005, p. 53). Com efeito, num estudo dedicado às novas manifestações da desigualdade, Branko Milanovic considera que as pressões para migrar serão uma realidade crescente no decorrer do presente século, perante as transformações da natureza da desigualdade mundial, nas quais o fator localização passou a ser preponderante. No século XIX, Engels e Marx apelaram, corretamente, à solidariedade internacional da classe proletária, em função das suas condições semelhantes, apontando para o facto de a desigualdade ser um fenómeno entre as classes, mais do que entre países (Ibidem, pp. 125–126). Porém, se na segunda metade do século XIX, “metade da desigualdade entre indivíduos no mundo explicava-se pelo desenvolvimento desigual dos países, e outra metade pelas diferenças de rendimento entre as classes sociais” (Ibidem, p. 127), segundo o autor, atualmente, a desigualdade mundial não só é muito maior do que há 150 anos, como a configuração desta se modificou, passando a ser determinada fundamentalmente apenas pela localização dos indivíduos.

A realocação da indústria para o Sul global originou um aumento, de forma massiva, a transferência de valor para o Norte. A inclusão destas economias no sistema capitalista global controlado pelas transnacionais e pelas entidades financeiras do Norte, consolidou-as como “dependências exportadoras socialmente desarticuladas” (Lauesen & Cope, 2015, p. 54). Desde a década de 1970, muitas empresas do centro têm-se deslocado para a periferia, a fim de tirar partido dos salários baixos, da mão-de-obra não sindicalizada, e das parcas políticas laborais e ambientais. A maior mobilidade do capital, face aos avanços tecnológicos, permitiu-lhe alargar ainda mais as suas operações

a nível global, e reabilitou o seu poder de negociação face ao trabalho, garantindo uma reserva praticamente inesgotável de mão-de-obra potencial da economia-mundo, assim como um mercado de trabalho e de unidades de produção à escala mundial (Broad, 2000, p. 39). Esta reestruturação global, conhecida por Nova Divisão Internacional do Trabalho, pôs em marcha uma alteração histórica na qual o “imperialismo do centro orientado para a exportação (de capital e de produtos)” (Clelland, 2015, p. 1118), deu lugar ao “imperialismo orientado para a importação (de mercadorias periféricas)” (Ibidem, p. 1118), pelo que assenta na procura de mão-de-obra ainda mais barata, ou seja, intensifica a procura por custos não pagos. Nas últimas décadas, esta alteração gerou um aumento exponencial da proletarização global — de cerca de um bilião de proletários mal remunerados, estando, na atualidade, 80% dos proletários industriais concentrados no Sul — e uma industrialização substancial do Sul global, possibilitada pelo colapso das economias socialistas da União Soviética e da Europa de Leste, a abertura da China, o “outsourcing” da produção para a Indonésia, o Vietname, a Índia, o Brasil e o México, e outros países em processo de industrialização (Lauesen & Cope, 2015, p. 55). Neste contexto, as diferenças salariais a nível global agravaram-se; o reforço da liberalização do comércio resultou na crescente importância dos salários relativos dos trabalhadores não qualificados—a maior parte da nova mão-de-obra industrial, no Sul. Assim, tem ocorrido uma “race to the bottom” nos salários, pois a participação do trabalho no PIB, em muitos destes países, continua em declínio, e a realocação da indústria trouxe um aumento das assimetrias salariais entre o Norte e o Sul, mas também nos países periféricos e semiperiféricos (Clelland, 2015, p. 1119).

Na atualidade, a transferência de mais-valia não depende de decisões políticas diretas, caucionadas pelo poder militar, sendo, essencialmente, resultado da complementaridade da reprodução do sistema capitalista no centro e na periferia. O imperialismo financeiro surge como a forma de exploração mais visível, através do qual o centro obtém como retorno, lucros, royalties, pagamentos por transferência, e o serviço da dívida externa (Portes & Walton, 1981, p. 70). Estes elementos integram, assim, o que Clelland (2012, pp. 199—200) considera — juntamente com os graus de monopólio nas cadeias de produção, o controlo monopolístico sobre os inputs, a fuga de capital, a manipulação da taxa de câmbio, e o investimento de portefólio — mecanismos transparentes de drenagem de mais-valia, tornados visíveis através do cálculo formal dos inputs e dos outputs económicos, ou seja, não externalizados, como sucede com o valor oculto obtido, nas cadeias de mercadorias, através de subvenções ocultas como o trabalho assalariado mal remunerado, os inputs não remunerados ou mal pagos provenientes dos grupos domésticos ou da economia informal, os recursos naturais baratos, e as externalidades humanas e ambientais gratuitas (Clelland, 2014, p. 78). Assim, em função da realocação que referimos, na economia-mundo estabeleceu-se uma estrutura de

domínio dos capitalistas subalternos por meio de graus de monopsonio. Na atualidade, o imperialismo consiste sobretudo num sistema de monopsonio, através do qual, poucas empresas monopsonistas (também com elevados graus de monopólio), controlam os preços das exportações da periferia, com numerosos fornecedores, de modo que nesta “relação monopsonística, estes capitalistas periféricos atuam como subordinados mal remunerados que cortam os custos das exportações, especialmente da mão-de-obra” (Clelland, 2015, pp. 1110, 1115).

### 3.1. As origens das disparidades salariais: o processo de troca desigual no desenvolvimento histórico na economia-mundo

Segundo Canales (2020, pp. 49–50), o modelo neoclássico apresenta limitações de fundo a nível teórico, pois mesmo que se considere que as desigualdades salariais (e de qualidade de vida) explicam a mobilidade, este não consegue explicar as suas origens, ou determinantes históricas. Uma vez que não forneceu uma explicação para este fenómeno, revela-se inconsistente, teórica e metodologicamente, ao afirmar que as migrações atuam como forma de equilíbrio das desigualdades. Assim, o mesmo se aplica à Nova Economia das Migrações; ainda que migrar possa ser um mecanismo utilizado por muitos grupos domésticos face a situações de vulnerabilidade, esta teoria não permite compreender as origens da vulnerabilidade, nem explicar “a resolução de uma situação social, cujos fatores determinantes, não foram previamente conceptualizados e explicados pela mesma teoria” (Canales, 2020, p. 50). O princípio da racionalidade que norteia sempre as escolhas dos indivíduos e dos grupos domésticos, demonstra-se vago para explicar as diferentes decisões. O princípio da escolha racional diz respeito, sobretudo, ao modo como se decide — os critérios considerados — e muito menos à decisão tomada em concreto, ou ao motivo por que se preferiu uma em vez de outra. Por isso, se este princípio não considera aspetos do grupo doméstico, e as variáveis históricas e contextuais, não consegue explicar por que motivo, na mesma comunidade, dois grupos domésticos — ambos racionais e com o objetivo de reduzir os riscos —, tomam decisões opostas, sendo racional para um destes, migrar, e para o outro, permanecer (Canales, 2020, pp. 43–45).

Tanto o modelo neoclássico como os modelos push-pull consideram os indivíduos socialmente isolados (Castles, et al., 2014, p. 31), apresentando limitações na explicação do carácter social e geograficamente distinto dos processos migratórios. As assimetrias estruturais proporcionam a certas classes e grupos sociais oportunidades para emigrar legalmente, em detrimento de outros grupos, que se veem desprovidos de direitos, e em condições de exploração, e a escolha de migrar, de forma independente, encontra-se “limitada pelos Estados e outras estruturas como a família, a comunidade, as redes e a cultura, que, em última análise, determinam os recursos sociais, económicos e humanos

que as pessoas podem, e estão dispostas a utilizar para migrar” (De Haas, 2021, p. 6). O modelo neoclássico não considera o ambiente social subjacente às decisões individuais, que explica as diferentes percepções dessas disparidades nas possíveis zonas de emigração, mas também a disponibilidade de recursos para lhes responder, pelo que sem “estes elementos, as disparidades salariais, não importa quão acentuadas, não se traduzem em fluxos de mão-de-obra sustentados” (Portes, 2007, p. 75). Assim, segundo Portes, no âmbito da Economia, a teoria neoclássica começou a ser questionada, pois, nesta abordagem, “muito do que falta (...) é de natureza social” (1995, p. 1), ressurgindo, como enfoque a Sociologia Económica. Nesta perspetiva, a “ação económica é socialmente orientada, sendo que “diversos tipos de influências sociais na ação económica (...) se conjugam numa multiplicidade de formas, em situações concretas” (Ibidem, p. 5). Assim, ainda que racionais, pois tentam alcançar objetivos deliberadamente, os indivíduos não se encontram socialmente atomizados, uma vez que “relações sociais entram em cada etapa do processo, desde a seleção dos objetivos económicos até à organização dos meios relevantes” (Ibidem, p. 3).

Para a perspetiva do sistema-mundo, as migrações internacionais devem ser abordadas considerando as estruturas que influenciam e limitam a ação dos indivíduos, pois as migrações integram um sistema, e ainda que os migrantes possam fazer cálculos de custo-benefício, “tanto os custos como os benefícios do movimento estão estruturados por um contexto histórico de troca desigual, numa divisão internacional do trabalho hierárquica” (Sanderson, 2012, p. 463). As migrações internacionais resultam do processo de troca desigual que, ao longo do tempo, origina o desenvolvimento desigual das zonas da economia-mundo. Portanto, a abordagem convencional e a perspetiva do sistema-mundo consideram as disparidades salariais motivos para migrar, mas para a última, essas disparidades constituem um explanandum, ao passo que a perspetiva convencional, uma vez que dá importância excessiva às disparidades salariais, despolitiza o ambiente político e económico subjacente às decisões dos migrantes. Nesta perspetiva, as atuais disparidades não são compreensíveis sem que sejam consideradas as relações estruturadas pela troca desigual, e as interdependências que “estão fundamentalmente relacionadas com amplas disparidades de desenvolvimento socioeconómico e de poder” (Jorgenson & Rice, 2012, p. 432), pois “a divisão internacional do trabalho (...) é muito mais um sistema de ligações de dependência e de domínio económico, do que a simples descrição dum processo tecnológico ‘neutro’, desenvolvendo-se independentemente em cada país” (Almeida & Barreto, 1970, pp. 269–270).

A economia neoclássica não só despolitiza o contexto político-económico que serve de base para as decisões dos migrantes, como também despolitiza as origens históricas e a natureza das próprias desigualdades. Como referimos no capítulo anterior, o processo

histórico da hierarquização espacial da produção (da especialização), está na base da polarização da economia-mundo entre zonas centrais e zonas periféricas, “não apenas em termos de critérios distributivos (níveis de rendimento reais, qualidade de vida), mas acima de tudo nos locais de acumulação de capital” (Wallerstein, 1995, p. 30), e a concentração de capital nalgumas áreas geográficas foi possibilitada pela existência de um sistema interestados “que contem uma hierarquia de estados, com algum poder limitado para alterar as operações do sistema” (p. 61), e tende a impor e a reforçar os padrões de especialização em determinadas mercadorias (Wallerstein, 1979, p. 292). Assim, na origem e na determinação das vantagens comparativas, o fator político não pode ser ignorado. Como Wallerstein explica, no contexto do desenvolvimento histórico do capitalismo:

“a concentração de capital nas zonas do centro criou a base fiscal, assim como a motivação política para criar maquinarias estatais relativamente fortes, cuja capacidade, entre outras, consistia na garantia de que as maquinarias estatais das zonas periféricas permaneciam relativamente fracas. Elas podiam, assim, pressionar estas estruturas estatais a aceitar, e mesmo a promover, uma maior especialização na sua jurisdição, em tarefas inferiores na hierarquia das cadeias de mercadorias, utilizando força de trabalho com remuneração mais baixa, e criando (reforçando) as estruturas domésticas apropriadas, para permitir a sobrevivência de tal força de trabalho. Assim o capitalismo histórico criou os chamados níveis salariais, que se tornaram tão dramaticamente divergentes nas diferentes zonas do sistema-mundo.

Dissemos que este processo tem sido ocultado. Com isto queremos dizer que os preços reais sempre pareceram ser negociados num mercado mundial, com base em forças económicas impessoais. O enorme aparato da força latente (usado abertamente em guerras e na colonização) não teve de ser invocado em cada transação particular para garantir que a troca fosse desigual. Em vez disso, o aparato da força só entrou em funcionamento quando ocorreram contestações significativas do nível de troca desigual. Uma vez ultrapassado o contexto político agudo, as classes empreendedoras mundiais podiam fingir que a economia estava a operar somente por considerações da oferta e da procura, sem reconhecerem o modo como a economia-mundo tinha, historicamente, chegado a um ponto particular de oferta e procura, e que estruturas de forças estavam a sustentar, naquele preciso momento, os diferenciais ‘costumeiros’ nos níveis dos salários e da real qualidade de vida da força de trabalho mundial” (1995, pp. 32—33).

Segundo Wallerstein, ainda que o uso da força nas transações de mercado, e da troca desigual antecede o capitalismo, este sistema histórico destaca-se pela forma como

conseguiu ocultar a troca desigual, de modo que esta apenas começou a ser desvendada recentemente, o que se deve à divisão, na aparência, das arenas económica e política na economia-mundo capitalista, quando, desde o início, muitas e importantes cadeias de produção de mercadorias sempre atravessaram fronteiras estatais (1995, pp. 30—31). As teorias da drenagem de mais-valia são formulações neomarxistas da teoria da mais-valia de Marx, sendo inauguradas por Paul Baran e Andre Gunder Frank, que, na explicação do subdesenvolvimento da periferia, deram prioridade a mecanismos de transferência, como a venda de mercadorias, os lucros resultantes de investimentos. No entanto, foi a teoria da troca desigual de Emmanuel que estabeleceu os diferenciais nos salários internacionais como os principais meios de transferência de mais-valia. Na década de 1970, Amin empregou a troca desigual na sua análise da acumulação à escala mundial, e Wallerstein demonstrou como o capitalismo opera através da drenagem de mais-valia ao longo da economia-mundo, inaugurando, juntamente com Hopkins, a análise das cadeias de produção de mercadorias, para compreender como a mais-valia se divide entre os nós das cadeias (Clelland, 2014, pp. 74—75), e demonstrar que a acumulação de capital não ocorre através de uma combinação daquilo que é comprado e vendido, mesmo a força de trabalho, mas através de operações em série efetuadas ao longo de diversas fronteiras políticas e culturais, sendo exercidas pressões, em cada etapa, tanto pelo capital como pelo trabalho, a fim de reter a maior porção possível de mais-valia (R. E. Lee, 2010, p. 11). Contudo, no quotidiano, o mecanismo da troca desigual permanece oculto, combinando aspetos interestatais e intraestatais. O mercado mundial rege-se, apenas na aparência, pelas forças da oferta e da procura, surgindo questões como os termos de troca e a balança de pagamentos. Assim, tem-se ignorado, de modo conveniente, que os termos de troca não são obra da mão invisível, mas consequência de “séculos de imperialismo que produz as diferenças mundiais nos custos da mão-de-obra” (Flint & Taylor, 2018, p. 114).

Ao longo do tempo, tem-se verificado que, na economia-mundo, as remunerações de atividades económicas similares costumam ser diferentes. As explicações para esta irregularidade são atribuídas a aspetos considerados de natureza não económica, como fatores históricos, diferenças culturais, e a diversidade de sistemas políticos, mas estes aspetos são apenas possibilidades, de nível intermédio. Na realidade, importa compreender como e quando surgiram esses constrangimentos, e por que motivo apesar de algumas diferenças salariais se esbaterem, o padrão de diferenças salariais permanecer (Smith & Wallerstein, 1992b, p. 10). A característica basilar da acumulação de capital, a nível mundial, consiste no facto de esta depender da permanência de diferenças padronizadas no que se refere às condições de reprodução da força de trabalho; neste sentido, a transferência de mais-valia da periferia para o centro assenta nas assimetrias salariais ao longo das zonas políticas e geográficas (Portes & Walton,

1981, pp. 67, 71). Portanto, a perspectiva do sistema-mundo, combinando um enfoque marxista acerca da produção com uma análise do comércio e da troca desigual, nos preços de transação entre o centro e a periferia, enfatiza o facto de que o processo de troca desigual tem sido uma constante devido a assimetrias nas taxas de remuneração da mão-de-obra que são mais acentuadas do que as diferenças de produtividade (Mielants, 2012, p. 60). Por isso, as disparidades salariais em diferentes zonas da economia-mundo, que tendem a aumentar, apoiam-se nos grupos domésticos semiproletários, que permitem a redução dos salários a níveis mais baixos do que o necessário para a reprodução da força de trabalho (Wallerstein, 1980a, p. 26).

Ao contrário da economia neoclássica, que atribui ao mercado (as preferências dos consumidores) a determinação dos preços dos bens, e, por seu turno, dos custos salariais e das taxas de lucro, a teoria do valor de Marx, atribui a determinação dos preços ao domínio da produção, de modo que “o custo de produção (...) é a pedra de toque na transição do valor para o preço de mercado” (Lauesen & Cope, 2015, pp. 59–60). Assim, o trabalho humano consiste no elemento determinante no custo de produção das mercadorias (dos inputs), e o salário — o preço da força de trabalho —, é determinado pelos custos de reprodução (alimentação, alojamento, etc.), mas também pela luta de classes (Ibidem p. 60). Os rendimentos salariais não consistem num “preço mecanicamente fixado pelo livre jogo da concorrência no mercado” (Valier, 2016, p. 80), nem dependem apenas das taxas de produtividade dos trabalhadores, mas também da conjuntura político-social, bem como da capacidade de negociação dos trabalhadores. “Os salários não são uma variável (...) simplesmente económica, mas uma variável cuja taxa é determinada social e politicamente” (Canales, 2020, p. 41), não se podendo sustentar que o mercado de trabalho funcione como uma simples relação entre entidades económicas racionais, mas antes como um intrincado conjunto de relações entre entidades políticas, económicas e sociais. Mesmo assumindo que a oferta e a procura possam dar um toque final, uma vez que, no capitalismo, todos os preços de mercado estão vinculados ao consumo de trabalho humano, o elemento essencial lhes subjaz é “o custo de (re)produção, e, com ele, o preço da força de trabalho” (Lauesen & Cope, 2015, p. 60). Por isso, na economia-mundo capitalista:

“(...) o imperialismo deve ser explicado no contexto da transformação do valor em preço. Afirmar que isto muda o conceito de exploração da esfera da produção, para a da circulação, revela-se desonesto. É o trabalho que cria o valor, e o trabalho excedentário que cria a mais-valia. Contudo, o valor (e a mais-valia) não é uma propriedade física que o trabalho adiciona aos bens. (...) O valor e a transformação do valor em preço de mercado resultam das relações sociais entre o trabalho e o capital, e entre diferentes capitais. É a transformação do valor em preço de mercado que assegura que o processo de acumulação continue

numa escala alargada. Este circuito do capital alargado envolve a transformação do valor e da mais-valia em lucro, e a transferência de valor do Sul para o Norte de acordo com os baixos preços pagos por bens produzidos no Sul, por parte do Norte. A exploração não ocorre, portanto, num sector particular da produção ou da economia nacional; esta é o resultado da totalidade do processo de acumulação de capital global (Ibidem, pp. 62–63).

Ao longo do tempo, o desenvolvimento assimétrico das regiões da economia-mundo, proporcionado pela troca desigual entre o centro e a periferia, fornece as condições para o aparecimento de fluxos migratórios internacionais. Portanto, estas condições estão enraizadas nas assimetrias de desenvolvimento entre o país emissor e o país recetor, e o fluxo migratório tende a reproduzir-se, enquanto estas durarem. No entanto, as condições são históricas, e variam em função dos aspetos dos países envolvidos no fluxo migratório, de modo que são elas que determinam a natureza dos fluxos migratórios, e não os migrantes (Sassen-Koob, 1978, pp. 514–515). Contudo, um aspeto por vezes esquecido, consiste no facto de as migrações internacionais não serem apenas uma consequência da troca desigual, mas também uma forma de troca desigual, que reproduz as assimetrias de desenvolvimento na economia-mundo (Sanderson, 2012, p. 464). Com efeito:

“a exportação e a importação de mão-de-obra, livre ou não-livre, tem sido integral na evolução das desigualdades entre as nações e entre as regiões na economia mundial moderna. Desde o desenraizamento intencional e a relocação massiva de populações, até ao escoamento persistente e, muitas vezes clandestino, da mão-de-obra em direção aos polos de crescimento do capital, tanto a causa como o efeito dos movimentos transnacionais de mão-de-obra são similares; o aprofundamento do processo de (...) desenvolvimento desigual entre unidades nacionais e agregados regionais, e a simplificação da acumulação de capital, por parte de uma classe capitalista internacional” (Petras, 1980, p. 157).

No entender de Arrighi, as exportações unilaterais de capital e de recursos de mão-de-obra tiveram ainda mais importância do que os processos de troca desigual, na inclusão no centro de novos territórios, como os Estados Unidos, no século XIX e inícios do século XX. Estas transferências contribuíram, portanto, para o desenvolvimento histórico da estrutura centro/periferia da economia-mundo, tendo consequências multiformes para os países exportadores, o que se traduziu numa “polarização sem precedentes nas hierarquias de riqueza, poder, e bem-estar, na economia-mundo capitalista” (1990, pp. 13–14). No entanto, deve salientar-se o fato de que, historicamente, a exportação de capital pode traduzir-se num processo de periferização, mas também pode servir para chegar ao centro; este foi o caso da Holanda, no século

XVI, e do Japão no século XX, cujas exportações de capital consolidaram as suas posições no centro. Quanto às transferências de mão-de-obra, países como a Grã-Bretanha, nos séculos XVII e XVIII, a Suíça e a Suécia, no século XIX, atingiram a posição central na sequência de fluxo emigratórios massivos. Assim, segundo Arrighi, as transferências unilaterais de capital e de mão-de-obra não devem ser consideradas características essenciais das relações centro/periferia, apenas atributos contingentes dessas relações; os efeitos destas transferências dependem de circunstâncias temporais e espaciais particulares, de modo que, per se, estas não indicam quem tira ou não proveito das assimetrias estruturais da economia-mundo<sup>46</sup>.

No entanto, remetendo-se à realidade da segunda metade do século XX, de acordo com Sassen-Koob, ao contrário do que acontece no caso dos capitais e dos bens, a circulação internacional de mão-de-obra raramente é entendida como um fator importante na produção e na reprodução das assimetrias de desenvolvimento, mas apenas como uma questão demográfica. No seu entender, este aspeto deve-se a três fatores que têm como consequência a “desvalorização da mão-de-obra enquanto recurso e fator que contribui para a reprodução das assimetrias de desenvolvimento entre os países de emigração e de imigração” (1978, p. 509). Em primeiro lugar, o segmento móvel da força de trabalho é uma fração menor, o que é considerado irrelevante para o estudo do trabalho como um recurso de desenvolvimento. Em segundo lugar, a maior parte deste segmento móvel é composto por trabalhadores manuais, que são entendidos como um recurso com pouco valor tanto para os países de emigração como os de imigração. Por fim, a exportação da mão-de-obra é entendida como benéfica para os países de emigração, em função da sua pobreza, do desemprego, e do excesso de oferta de mão-de-obra. Em última análise, a desvalorização da mobilidade da mão-de-obra enquanto recurso de desenvolvimento, não deixa de estar relacionada com a forma como o pensamento económico “mainstream”, através do seu vocabulário, considerado imparcial, trata os fatores de produção, dando a entender que os inputs de trabalho e de capital fornecem uma

---

<sup>46</sup> Este aspeto foi assinalado por Sassen-Koob (1981, p. 66): “o uso de mão-de-obra estrangeira em processos (...) com características similares (e.g., industrialização) pode ter um papel político-económico diferente, dependendo do modo de especialização internacional prevalente naquele tempo. Por exemplo, a rápida industrialização dos Estados Unidos no final do século e a dos países árabes exportadores de petróleo na atualidade, geraram uma forte necessidade de mão-de-obra estrangeira. Mas a industrialização e a imigração de mão-de-obra nos Estados Unidos ocorreram numa altura em que a economia mundial ainda estava em processo de articulação e a luta pela hegemonia no centro estava a conduzir a uma nova fase da divisão internacional do trabalho. A industrialização dos países árabes na atualidade (...) tem lugar sob condições de dependência tecnológica e duma incidência invulgarmente elevada de importações. A especialização internacional de hoje é de tal ordem, que um certo nível de industrialização prevalece na maior parte do mundo. Esta não constitui uma base para um estatuto central — e, certamente, nem para um de poder hegemónico, como poderia ser o caso no século XIX”.

contribuição idêntica para o processo de produção e desvalorizando a distinção entre o trabalho e a força de trabalho que, enquanto mercadoria, “tem também o valor de uso específico de ser a fonte do valor, sempre que é exercida como trabalho” (Fine & Saad-Filho, 2018, pp. 37–39).

Na perspectiva convencional, os movimentos migratórios são considerados uma forma de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, tornado possível pelo espírito altruísta dos países desenvolvidos; assim, de acordo com esta narrativa, a emigração resolveria o subdesenvolvimento dos países com um excedente de mão-de-obra e pouco capital, solucionando estes problemas, devido ao envio de remessas dos trabalhadores emigrados (Ferreira, 1977, p. 12). No entanto, como observa Sassen-Koob, esta ênfase nos excedentes de mão-de-obra, considerando a facilidade dos países desenvolvidos em importar a mão-de-obra a um preço baixo, tem como consequência a desvalorização do trabalho como fator de desenvolvimento, uma vez que:

“os excedentes de mão-de-obra e o baixo preço da mão-de-obra importada significam que os países exportadores se encontram a exportar o que é visto como um recurso de valor modesto, cuja oferta é abundante. Esta situação é similar àquela de outros recursos exportados por países subdesenvolvidos. O facto de alguns desses recursos serem muito valiosos para a operação das economias importadoras, não significa que estes tenham obtido um preço elevado no mercado internacional. (...) As características gerais da circulação internacional de recursos sugerem que não é a natureza dos recursos exportados que determina o preço. É a situação político-económica do exportador na economia mundial que tem um papel mais decisivo. (...) Se este argumento se aplica totalmente no caso da mão-de-obra ainda é questionável; contudo, existem alguns elementos aplicáveis” (1978, pp. 529–530).

Desde os seus primórdios, a perspectiva neoclássica entende a migração de mão-de-obra como uma forma de equilibrar duas zonas geográficas, no que respeita aos recursos humanos e aos recursos de capital, logo a migração consiste num processo no qual as assimetrias espaciais entre a procura e a oferta de mão-de-obra tendem a regular-se por si próprias, pelo que, uma vez iniciados os fluxos migratórios, um excesso de oferta de mão-de-obra futuro, seria corrigido pelo próprio mercado, que, livre de interferências, produziria uma baixa dos níveis salariais, desencorajando futuras migrações para as zonas urbanas, provenientes das zonas de economia de subsistência (Portes & Walton, 1981, p. 26). Nestas circunstâncias, “as migrações e o equilíbrio não podem ocorrer simultaneamente. Este último permanece uma condição que se espera que aconteça a longo prazo”, no entanto, paradoxalmente, “as assimetrias socioeconómicas e espaciais associadas às migrações nos países em desenvolvimento, não constituem anomalias no

modelo neoclássico dos movimentos populacionais” (Wood, 1982, p. 304), pelo que, como todas as teorias funcionalistas, demonstra-se incapaz de explicar de que forma, a nível empírico, as migrações podem acentuar ainda mais assimetrias já verificadas (De Haas, 2021, p. 7). Logo, o modelo económico de equilíbrio também se encontra na Sociologia, conhecido como modernização, segundo a qual o contacto das “regiões atrasadas” com os valores e os modos de consumo ocidentais, leva algumas pessoas à procura de uma vida moderna nas cidades, ao passo que aquelas que não revelam esse tipo de interesses, são consideradas tradicionais (Portes & Walton, 1981, p. 26).

No entanto, as inconsistências do modelo de equilíbrio são particularmente perceptíveis no caso dos países em desenvolvimento. Na maior parte desses países, não se verifica um equilíbrio de nível macroeconómico resultante do agregado dos interesses individuais; em vez de gerar equilíbrio, a grande intensidade de êxodo rural e de urbanização que neles ocorre, serve, frequentemente, como fator de desequilíbrio entre regiões, pelo que “as migrações, intranacionais ou internacionais, podem ser vistas tanto como um indicador de disparidades regionais, como um processo que intensifica ainda mais as desigualdades e a dependência” (Wood, 1982, pp. 303–304). Esta perspetiva oposta, conhecida por “cumulative causation” foi apresentada por Gunnar Myrdal, para quem, na segunda metade do século XX, os fluxos de capital e de mão-de-obra provinham das áreas periféricas e contribuam para o seu subdesenvolvimento; os “backwash effects”, que extraíam a mais-valia das zonas periféricas, demonstravam-se cumulativos, aumentando o despovoamento e a pobreza dessas zonas. Assim, esta tese serviu de mote para os trabalhos de vários autores marxistas norte-americanos, e para os teóricos da dependência na América Latina, nos quais documentaram a forma como os fluxos de capital do centro para a periferia, e as relações comerciais, não geravam equilíbrio, mas antes uma “progressiva subordinação das regiões mais fracas” (Portes & Walton, 1981, p. 27).

### 3.1.2. O a-historicismo do modelo neoclássico

A perspetiva de equilíbrio encontra-se presa ao imaginário do século XIX, pelo que, no que diz respeito às migrações, remete-se à experiência migratória de alguns países europeus nesse século. Com efeito, de acordo com Douglas Massey (1988, pp. 385–387) os modelos neoclássicos acerca das migrações e do desenvolvimento, adotaram como modelo a explicação “standard” do desenvolvimento europeu — a industrialização, o êxodo rural interno, a inovação tecnológica da agricultura, e o aumento produtividade. No entanto, este quadro de desenvolvimento económico tende a ignorar que boa parte desse êxodo não se dirigiu para as zonas urbanas, constituindo antes fluxos migratórios para o estrangeiro, e, por isso, desvaloriza o importante fator de estabilização representado pelas migrações ultramarinas na “transformação dos países europeus (...)

em potências industriais modernas” (Ibidem, p. 384). Deste modo, na atualidade, a incoerência e o a-historicismo do modelo neoclássico foram assinalados por Amin (2003), para quem, no século XXI, o Terceiro Mundo seria incapaz de replicar a experiência europeia se pusesse em prática as orientações da Organização Mundial do Comércio (OMC) para liberalizar o mercado dos produtos agrícolas, a fim de suprimir, em poucas décadas, cerca de três bilhões de camponeses não competitivos, que seriam substituídos por apenas alguns milhões de agricultores modernos. No seu entender, o pressuposto de que esta doutrina tornaria o Terceiro Mundo num conjunto de sociedades modernas e industrializadas, com uma agricultura moderna — o processo verificado na Europa e nos Estados Unidos nos séculos XIX e XX — era falacioso, pois:

“(...) não considera dois grandes fatores que fazem a reprodução do padrão nos países do Terceiro Mundo quase impossível. O primeiro, é que o modelo europeu se desenvolveu durante um século e meio, de acordo com tecnologias industriais trabalho-intensivas. As tecnologias modernas utilizam muito menos mão-de-obra, e os recém-chegados do Terceiro Mundo têm de adotá-las, para que as suas exportações industriais sejam competitivas nos mercados globais. O segundo, é que durante essa longa transição, a Europa beneficiou da migração massiva da sua população excedentária, para as Américas” (Ibidem, para. 12).

De acordo com Massey, tal como sucedeu com a Europa ocidental, e continua a suceder com os países em desenvolvimento, o desenvolvimento e a urbanização das sociedades, implica uma série de disrupções nas estruturas sociais, no que respeita aos modos de subsistência tradicionais, originando movimentos populacionais significativos, como sejam as migrações internas ou internacionais. No seu entender, as migrações, “retroagem sobre si próprias para produzir mudanças estruturais na sociedade que levam a mais migrações, criando um processo de cumulative causation” (1988, pp. 383—384), sendo de esperar que os estímulos para a migrar cessem, de modo gradual, devido ao desenvolvimento económico, mas apenas no longo prazo. No entanto, na sequência do que referimos acerca de, na atualidade, ser praticamente impossível tratar a industrialização como sinónimo de desenvolvimento, no presente século, o mesmo se aplica à exportação de mão-de-obra como mecanismo de despolarização na estrutura centro/periferia.

Do mesmo modo, ainda no contexto da experiência europeia do século XIX, para além de o quadro de desenvolvimento económico autossustentável desvalorizar a importância dos fluxos migratórios europeus para o estrangeiro como fator de equilíbrio, é também, muitas vezes ignorado o facto de não se poder estabelecer uma relação direta entre taxas elevadas de emigração e desenvolvimento económico, bastando recordar que, no século XIX, países industrializados e desenvolvidos como a Inglaterra possuíam as taxas de

emigração mais elevadas, seguindo-se países como Portugal e a Itália, cujo desenvolvimento económico não estava ao nível de outros países europeus (Massey, 1988, pp. 385–387). Assim, na Europa do século XIX, os fluxos emigratórios transatlânticos verificados não tiveram o mesmo significado e impacto. De acordo com Miriam Halpern Pereira (2002, pp. 17–19), deve fazer-se uma distinção entre os fluxos migratórios com origem na Europa do Norte e os fluxos provenientes da Europa Mediterrânica. Os fluxos originados nos países industrializados — como a Inglaterra e a Alemanha — atenuaram o desemprego e a precariedade associada ao processo de industrialização; do mesmo modo, as remessas enviadas pelos emigrantes não geraram dependência externa, nem os emigrantes tinham como objetivo regressar. No caso dos países da Europa Mediterrânica, os fluxos emigratórios inserem-se no contexto do esboroamento do Antigo Regime, articulando-se com uma condição de “desenvolvimento desigual do capitalismo e da inerente dependência externa” (Ibidem, p. 18). Durante o século XIX, os fluxos emigratórios para o Brasil, de portugueses, de espanhóis e de italianos, tinham aspetos em comum, devendo-se à “não-absorção pelos (...) mercados nacionais da (...) massa de camponeses que a desagregação do Antigo Regime e o desenvolvimento das relações capitalistas no campo libertaram (...) à solicitação de mão-de-obra assalariada para a substituição de mão-de-obra escrava” (Ibidem, p. 19). Nestes países a emigração teve um impacto diferente; não facilitando o desenvolvimento industrial, ajudou a sustentar o subdesenvolvimento e comprometeu o crescimento demográfico, de modo que “enquanto a emigração dos países industrializados representou a fase transitória de desajustamento, no caso dos países subdesenvolvidos, trata-se de fenómeno persistente” (Ibidem, p. 19).

No modelo neoclássico, uma vez que não é conceptualizado o modo como, historicamente, aspetos estruturais condicionaram os processos migratórios (De Haas, 2021, p. 7), a nível teórico, este pendor a-histórico, segundo Canales, significa que “as teorias das migrações e do desenvolvimento que origina, não deixam de ser teorias com carácter generalista, válidas (...) para toda e qualquer situação de migração e de desenvolvimento, mas insuficientes para analisar e explicar os processos históricos concretos da migração e do desenvolvimento” (2020, p. 47). Para o autor, a teoria neoclássica assenta numa abstração dos contextos histórico e geográfico, pretendendo explicar, a partir das assimetrias salariais, fenómenos migratórios em diferentes épocas históricas — e também distintos em termos económicos e de trajetória. No entanto, de forma a compreender as migrações internacionais, em cada período histórico, deve ser superado o princípio das diferenças salariais e integrar na análise outras dimensões, como as dinâmicas demográficas associadas à expansão do capitalismo (Canales, 2020, pp. 51–52), ou seja, “permitir que as migrações sejam relacionadas analiticamente com processos mais amplos de transformação social, como a proletarianização e a acumulação

de capital” (Abreu, 2010, p. 11). Portanto, como refere Amin, ao desvalorizar as mudanças socioeconômicas, o modelo neoclássico insiste numa “evidência tautológica da divergência dos potenciais rendimentos” (1974, p. 93), no entanto:

“(...) alguém se atreveria a ‘explicar’ as migrações da Europa em direção à América do Norte no século XIX como consequência das motivações dos migrantes em função das diferenças entre rendimentos potenciais, sem salientar que os migrantes eram camponeses que tinham sido despojados das suas terras pelo desenvolvimento do capitalismo agrário, iniciado na Inglaterra no século XVII e XVIII, com as leis das enclosures, e depois abrangendo a Europa central e de leste no século XIX, ou sem acrescentar que a revolução agrária francesa, ao criar um campesinato agrícola estável, limitou o êxodo rural desse país (e do mesmo modo conteve o desenvolvimento do capitalismo francês)? Alguém se atreveria a explicar estas migrações pelos fortes ímpetus migratórios dos irlandeses, dos alemães, dos portugueses ou dos italianos e pelos ímpetus fracos dos franceses?” (Ibidem, pp. 92–93).

### 3.1.3. O conceito histórico de “structural imbalancing”

Baseada na ideia da escolha racional e do mercado livre, a perspectiva dominante não considera relevantes para a teorização das migrações, variáveis de contexto como a época histórica e agência dos Estados (Sassen-Koob, 1981, p. 65). O modelo neoclássico revela-se a-histórico, uma vez que nele prevalece a ideia da escolha racional de uma mão-de-obra livre que se movimenta de forma espontânea entre zonas capitalistas, quando, pelo contrário, a proletarianização, com configurações particulares, temporal e espacialmente, nunca se deveu apenas à ação do mercado (Rocha-Trindade, 1995, pp. 80–81). Na sua explicação mercantil, o modelo de equilíbrio entende as migrações de mão-de-obra como um processo que envolve duas áreas autônomas com diferentes níveis de desenvolvimento, daí que os benefícios econômicos encorajem os trabalhadores a migrarem para as zonas mais desenvolvidas (Portes & Walton, 1981, p. 31). Todavia, “a história está repleta de casos em que uma vantagem salarial absoluta em áreas em expansão econômica, não teve significado para a população das regiões mais isoladas; quando a sua força de trabalho foi necessária, esta teve de ser coagida” (Portes & Böröcz, 1989, p. 60).

Como alternativa ao modelo de equilíbrio, a perspectiva do sistema-mundo e outras teorias neomarxistas entendem as “migrações de mão-de-obra como uma resposta natural à penetração das sociedades mais frágeis, por parte das instituições econômicas e políticas do mundo desenvolvido” (Portes, 2007, p. 76), realçando “processos históricos que têm um impacto profundo na disponibilidade de mão-de-obra e afetam a trajetória dos fluxos migratórios” (Wood, 1982, p. 305), que escapam ao modelo

convencional. Nesta perspectiva, a penetração capitalista dos Estados ou das regiões subordinadas, origina desequilíbrios entre os setores e as instituições destes, que se tornam internos à estrutura das sociedades mais frágeis e acabam por levar à deslocação da mão-de-obra; logo, são estes desequilíbrios que servem de base para os movimentos migratórios sustentados, em vez das comparações com a situação dos países mais desenvolvidos (Portes & Walton, 1981, p. 31). Deste modo, para os indivíduos dos países menos desenvolvidos, as migrações de mão-de-obra surgiram como resolução para os desequilíbrios internos mais perceptíveis no seio dos seus países, embora as origens destes desequilíbrios estejam “bem escondidas em relações históricas de dominação” (Portes & Böröcz, 1989, p. 61).

A noção de “structural imbalancing” foi desenvolvida para traduzir esta abordagem diferente, ou seja, para expor um processo que tem sido multiforme ao longo da história do sistema capitalista (Portes, 1995, p. 21). O processo de penetração e de desequilíbrio interno das regiões exportadoras de mão-de-obra assentou na extração coerciva de mão-de-obra, nas práticas de recrutamento de mão-de-obra migrante — a indução económica —, até ao aparecimento de movimentos migratórios voluntários, face à procura de mão-de-obra nos países mais desenvolvidos (Portes e Böröcz, 1989, p. 608) e a disseminação, nas zonas periféricas, de “expectativas de consumo que têm pouca ou nenhuma relação com os estilos de vida e os meios económicos locais” (Portes, 2007, p. 76). Neste sentido, estas “diversas formas históricas (...) a coerção física, a indução económica e a transformação gradual dos padrões culturais — formam parte de uma progressão guiada pelas iniciativas dos estados do centro da economia internacional e dos interesses variáveis das suas classes dominantes” (Portes e Böröcz, 1989, p. 611). No entanto, segundo Portes, o conceito de “structural imbalancing” é histórico e “no sistema global centro-periferia, não tem como objetivo explicar as dinâmicas da migração de um local ou região em particular, mas fornecer o enquadramento necessário para compreender as forças amplas que iniciaram e sustentam o movimento ao longo do tempo” (2007, p. 77).

Como consequência deste processo histórico e multiforme de penetração das zonas periféricas, a oferta elástica de mão-de-obra tem aumentando de forma sistemática, baixando o seu custo. Portanto, na atualidade, este processo atingiu o seu expoente, uma vez que os migrantes tomam a iniciativa e assumem os custos da deslocação e, por isso, considera-se que existem reservas de mão-de-obra infindáveis. No entanto, “ainda que na aparência as migrações resultem se uma série de decisões económicas ‘racionais’, por parte dos indivíduos, para escapar à sua situação imediata, na realidade, as suas origens fundamentais residem na história de anteriores contactos, económicos e políticos, e de assimetrias de poder entre as nações exportadoras e as recetoras” (Portes & Böröcz, 1989, p. 611). Os movimentos migratórios voluntários, sem recurso à coação ou à indução, são relativamente recentes, sobretudo do século XX, e expressam a exponencial

inclusão das zonas periféricas na economia mundial e, por isso, a contínua percepção, por parte das suas populações, das oportunidades no exterior (Portes, 1995, pp. 21–22). Do mesmo modo, os novos padrões de consumo, difundidos pelo centro, são difíceis de sustentar, nas condições de escassez económica da periferia, pelo que, face a estes desequilíbrios, certos grupos decidem recorrer à emigração (Portes & Böröcz, 1989, pp. 608–610). Assim:

“(...) é num contexto de penetração social e económica extensiva das sociedades periféricas, por parte das instituições do capitalismo avançado que os cálculos individuais custo-benefício, ou a emergência da privação relativa como uma motivante para emigração, fazem sentido. Essencialmente, a emigração resolve a inescapável contradição entre o enfraquecimento da autonomia local e a crescente difusão de novas expectativas de consumo nas nações mais frágeis sem a difusão paralela dos recursos económicos para as alcançar” (Portes, 2007, p. 77).

#### 4. Os Estados e os fluxos migratórios na economia-mundo

Como observa Wallerstein (2010a, pp. 13–20), trata-se de um mito a ideia de que o capitalismo funcione, ou tenha alguma vez funcionado, em total concordância com o princípio do “laissez faire”<sup>47</sup>. Se os Estados não impusessem restrições aos fluxos dos fatores de produção que atravessam as suas fronteiras, atentariam contra a própria lógica de acumulação capitalista<sup>48</sup>. No seu entender, deve-se antes ter em consideração que na economia-mundo, as épocas com menos restrições à livre circulação de mercadorias tendem a coincidir com as fases A dos ciclos Kondratieff, contrariamente às fases B, quando as fronteiras são mais controladas e surgem mais medidas protecionistas. Quanto à circulação de mão-de-obra, segundo Wallerstein, na realidade, os apologistas do “laissez faire” raramente se empolgam com a ideia da livre circulação deste fator de produção. Com efeito, segundo Aristide R. Zolberg<sup>49</sup>, um conspecto histórico, desde o aparecimento do sistema mundial dominado pela Europa, nos séculos XVI e XVII, e a expansão ultramarina deste, até um passado mais recente, permite compreender que as migrações internacionais foram, na maior parte do tempo,

<sup>47</sup> Ainda que este princípio não tenha influenciado, totalmente, a atividade dos Estados, tem sido muito importante enquanto “arma ideológica” à disposição de alguns capitalistas, com vista à satisfação de determinados interesses e em lugares específicos (Wallerstein, 2010a, p. 14).

<sup>48</sup> Segundo Wallerstein, se todos os Estados abolissem as restrições aos movimentos transfronteiriços, ninguém conseguiria lucrar significativamente, e “o sistema capitalista colapsaria da noite para o dia” (2010a, p. 14).

<sup>49</sup> Note-se que o trabalho de Zolberg não deve ser integrado na perspetiva do sistema-mundo. Ainda que, em finais dos anos setenta, Zolberg se aproximasse da perspetiva, pouco tempo depois afastou-se, considerando a análise de Wallerstein do sistema-mundo, um “modelo unidimensional” e insuficiente para a compreensão das dinâmicas das migrações internacionais (Zolberg, 1981, p. 9). A apreciação crítica do autor insere-se na questão da autonomia do Estado, já abordada no capítulo anterior (cf. Zolberg, 1981, pp. 8–10).

influenciadas pelas preferências das zonas que exportam migrantes e daquelas que os recebem, em detrimento dos interesses dos migrantes (1978, pp. 242–244). Mesmo nos regimes liberais, surgiram políticas opressivas para a saída de indivíduos e restrições à entrada de indivíduos, que “modificaram profundamente os movimentos populacionais — e, por isso, a composição populacional dos países — que teria resultado do exercício ilimitado da escolha individual” (Ibidem, 279). Assim, apesar das grandes alterações que as políticas desses regimes sofreram, na segunda metade do século XX verifica-se que a “tendência não é a do restabelecimento do liberalismo, mas antes em direção a uma forma relativamente humana de neomercantilismo” (Ibidem, 279). Portanto, de acordo com Zolberg:

“enquanto a liberdade de circular (...) é uma condição da liberdade política, de um modo mais geral, e, portanto, tem sido um concomitante no desenvolvimento dos regimes liberais, o liberalismo nunca foi interpretado como requerendo que uma sociedade seja baseada no princípio da liberdade de entrar e de se tornar num membro da entidade política recetora. Embora condições de entrada sem restrições pareçam ter sido mais próximas aos Estados Unidos, à Grã-Bretanha e à França — assim como talvez a outros estados (...) —, durante períodos breves nas décadas intermédias do século XIX, em cada caso, tratou-se de uma questão circunstancial, em vez de um princípio constitucional, como demonstrou o facto de nenhum obstáculo ter impedido a subsequente imposição de restrições” (1978, p. 280).

A fase que decorreu de 1850 a 1914 consistiu numa época de migrações transatlânticas massivas provenientes do continente europeu, decorrendo, em simultâneo, vastos fluxos migratórios intraeuropeus. Depois de 1945, sucederam-se movimentos migratórios de longa distância que se estenderam até à década de 1980 e, desde então, têm afetado todas as partes do mundo. Na atualidade, as migrações internacionais são, frequentemente, consideradas um obstáculo à soberania dos Estados, no seu direito de controlar quem deve atravessar as suas fronteiras. Até 1914, os movimentos migratórios, comparativamente desregulados, não eram entendidos como uma ameaça à soberania dos Estados, no entanto, no decorrer do século XX, face ao aumento das entradas ilegais, esta realidade foi-se alterando, pelo que a maioria dos Estados tenta controlar a imigração através de políticas restritivas, mas também pela via diplomática (Castles et al., 2014, pp. 5, 93–100). Assim, apesar de, atualmente, se falar numa época de globalização, esta realidade relembra que ainda impera a ordem de Vestefália, podendo-se assim compreender por que motivo a maior parte das ideias liberais se demonstra relutante em sustentar “o direito individual de mobilidade externa” (Baganha, 2001, p. 140), pois consagrar, de forma efetiva, esse direito demonstrar-se-ia “em contradição

com a ordem internacional existente baseada na primazia de um conjunto de direitos soberanos (...) de comunidades constituídas em Estados-nação” (Ibidem, p. 140). Por este motivo, no século XIX, quando alguns estados europeus aderiram aos preceitos liberais — particularmente no âmbito dos direitos individuais e do comércio internacional —, ainda que tenham reconhecido “o princípio económico de que qualquer pessoa deve ser livre de poder oferecer a sua força de trabalho no mercado que melhor a remunerere” (Baganha, 2001, p. 141), assumindo a correspondência, a nível político, do direito individual de circulação no interior do país e para o exterior, submeteram este último direito “ao poder discricionário, isto é, soberano, do país recetor” (Ibidem, p. 141).

De um modo geral, o empenho dos Estados na definição das suas fronteiras, com o objetivo de obter vantagens no sistema mundial — através da imposição de tarifas e de políticas migratórias, por exemplo — serve de indício do vigor competitivo entre os Estados. Historicamente, os Estados do centro têm sido capazes de fixar definições legais ofensivas das suas fronteiras, o que lhes confere maior controlo legal e mais meios políticos para permitir ou desautorizar que certos movimentos atravessem as suas fronteiras. Por outro lado, os Estados mais frágeis tendem a aplicar definições legais defensivas, empenhando-se em contrariar a saída de pessoas, de mercadorias e de capitais pelas suas fronteiras, mas também em melhorar as condições laborais dos seus emigrantes nos países do centro (Petras, 1980, pp. 157—158, 161). Ainda assim, como refere Sassen, na senda de Wallerstein, esta aparente contradição — a imposição de fronteiras estatais face à necessidade de vastos fluxos internacionais de mão-de-obra da economia global — não impede a reprodução do capitalismo por meio da divisão internacional do trabalho, de modo que:

“enquanto a generalização do mercado de trabalho que emerge da consolidação da economia capitalista mundial, cria as condições para que as migrações internacionais constituam um sistema de fornecimento de mão-de-obra global, o fortalecimento do estado-nação cria as condições para que a mão-de-obra imigrante seja uma categoria distinta na oferta de mão-de-obra de uma nação. Ou seja, a mão-de-obra imigrante não é uma mão-de-obra qualquer. Esta representa um componente na reserva de mão-de-obra, com um papel distinto no processo de trabalho, caracterizada pela: (1) diferenciação institucional dos processos de reprodução e de manutenção da força de trabalho; e (2) por uma forma particular de fraqueza, associada ao estatuto de estrangeira (...) que vai ao encontro dos requisitos dos tipos de organização laboral, baseados no controlo direto, em vez de estrutural, da força de trabalho” (1988, p. 37).

Quando um indivíduo passa a integrar a força de trabalho internacional, ainda que possa ser resguardado pelas leis do país de destino, permanece suscetível à exploração, perante a inexistência de legislação internacional referente ao estatuto do trabalhador migrante (Petras, 1980, p. 176). Na atualidade, continua sem existir uma entidade global para a regulação das migrações, pelo que esta permanece uma questão de natureza interna aos Estados. O direito internacional lida com os direitos dos migrantes tendo como referência a proteção internacional dos direitos humanos; no entanto, este facto não impediu a inviabilização de uma convenção internacional sobre a proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e dos membros das suas famílias, devido à falta de ratificação por parte dos Estados mais desenvolvidos (Matias, 2014, p. 14). Para Castles, esta convenção, juntamente com as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (nº 97, de 1945 e 143, de 1975) representam a base de um enquadramento internacional para regular as condições e os direitos dos migrantes. No seu entender, uma agência para as migrações sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), possibilitaria a obtenção de dados mais completos e uma melhor compreensão dos movimentos migratórios, assim como uma regulação internacional mais eficaz. Contudo, a falta de vontade política dos países de emigração e de imigração — especialmente o empenho destes últimos em evitar o encarecimento do custo de mão-de-obra dos trabalhadores imigrantes — têm impedido uma cooperação internacional satisfatória que permita “ajudar a organizar as migrações e a potenciar o seu contributo para o desenvolvimento” (2005, pp. 33–34).

Na economia-mundo capitalista, o processo de acumulação prossegue com relativa liberdade, apesar da fragmentação política; e ainda que existam obstáculos à circulação de capitais, o capital transnacional dotou-se de meios — como a especulação monetária, a repatriação de lucros, os paraísos fiscais, os preços de transferência e as redes de comunicação globais — que lhe permitem ultrapassar os limites históricos do Estado-nação. No entanto, a circulação dos indivíduos, quando desautorizada pelos Estados, é considerada ilegal e os trabalhadores indocumentados são “incapazes de beneficiar da distribuição desigual das forças produtivas mundiais, na maneira aperfeiçoada pelos detentores de capital” (Cohen, 1987, pp. 146–147). Deste modo, como Zolberg refere:

“(…) sob as condições de desigualdade espacial estrutural que prevalecem no sistema mundial, é provável que migrações (...) verdadeiramente livres resultassem, de um modo geral, numa distribuição radical dos recursos e oportunidades em benefício dos povos originalmente localizados na semiperiferia e na periferia. Isto poderia, a longo prazo, beneficiar a humanidade como um todo; mas, incontestavelmente, impor, no curto prazo, drásticos custos à população dos países abastados. Deste ponto de vista, todas as classes nos países do centro tornam-se numa burguesia, em relação às classes noutra

lugar, que se tornam num proletariado. A imposição de restrições à entrada e à incorporação é uma condição necessária para a reprodução dos Estados burgueses. Esta contribui para a manutenção da desigualdade internacional, mas também serve para proteger a pequena ilha de liberdade política, que a humanidade tem conseguido, por enquanto” (1978, p. 280).

O estabelecimento de fronteiras nacionais ajuda no processo de periferização de zonas do mundo, transformando os seus trabalhadores numa reserva de mão-de-obra; do mesmo modo, nos países de imigração, a imposição de fronteiras considera as reivindicações das organizações laborais, que assim pretendem proteger os trabalhadores nacionais. No entanto, o Estado liberal demonstra, muitas vezes, um papel paradoxal no processo de acumulação capitalista, porquanto uma imposição seletiva de fronteiras consegue contornar as leis gerais da política de fronteiras, respondendo aos interesses das frações do capital que necessitam de mão-de-obra imigrante (Sassen-Koob, 1981, p. 70). No capitalismo, o Estado tem como função principal:

“(...) a defesa dos interesses das classes dominantes; a gestão dos assuntos, a mediação das necessidades, do capitalismo e da classe capitalista. Estes objetivos são conseguidos através da remoção ou da edificação de obstáculos que beneficiam ou inibem o funcionamento de uma economia capitalista. O grau de descontração, de seletividade, ou de severidade envolvida na formação e na aplicação (...) das fronteiras é ilustrativo” (Petras, 1980, p. 174).

Assim, como observa Portes, apesar de, por vezes, ocorrerem atritos entre frações do capital, ou medidas restritivas excecionais e provisórias nas sociedades liberais, estes fatores não alteram significativamente a tendência geral, pois “a estrutura centro/periferia das forças económicas, tende a estar organizada a fim de induzir os migrantes a venderem a sua mão-de-obra, em lugares onde esta é necessária e pelo valor mais baixo possível” (2016, p. 89). Contudo, como refere Mielants (2002, pp. 83, 90), esta asserção não significa que todos os potenciais migrantes, na periferia e na semiperiferia, vão, necessariamente, emigrar para o centro, pois a tomada de decisão encontra-se dependente de vários fatores, pelo que, de acordo com Cohen (2006, p. 129), os modelos neoclássicos, pelo seu pendor individualista, são incapazes de articular convenientemente os vários estratos causais das migrações. Os movimentos migratórios resultam da confluência de estruturas macro, meso e micro: os fatores macro consistem em aspetos institucionais como as relações interestatais, as políticas migratórias dos países recetores e emissores e a política económica do mercado global; os fatores meso são compostos por mecanismos como as redes migratórias, a indústria das migrações e as comunidades de imigrantes; os fatores micro referem-se aos próprios interesses dos

migrantes (Castles et al., 2014, pp. 26–27). Ainda assim, é necessário reconhecer que, na atualidade, muitos dos movimentos devem ser analisados no contexto das redes migratórias existentes na economia-mundo pós-colonial. Assim, na sequência destas relações de poder, muitos indivíduos decidem emigrar para as antigas potências coloniais, o que demonstra que, frequentemente, os destinos das migrações não têm que ver com a distância geográfica, nem tampouco com a suposta racionalidade do migrante homo economicus, que o levaria a emigrar da periferia para qualquer zona desenvolvida, no centro (Mielants, 2002, p. 90).

Na fase migratória que começou em 1945, o capital do centro concentrou-se no investimento e na expansão da produção nos países desenvolvidos, o que se traduziu, no caso da Europa ocidental, num recrutamento e numa imigração massiva de trabalhadores oriundos da periferia. Com o choque petrolífero de 1973, os recrutamentos abrandaram e as recessões económicas levaram a uma reestruturação da economia mundial. Esta fase, que decorreu até meados da década de 1990, ficou marcada pelas políticas neoliberais, como a desregulação, a flexibilização do mercado de trabalho, a privatização de empresas do estado e a realocação da produção industrial para a periferia (Castles et al., 2014, pp. 102–103). No entanto, como Sassen observou, nesta reestruturação económica mundial, os fluxos de capital do centro — associados ao investimento direto estrangeiro na periferia —, não se traduziram na cessação dos fluxos migratórios com destino ao centro. Contrariamente ao preceito da economia neoclássica, segundo o qual o capital e o trabalho são permutáveis, de acordo com a perspetiva do sistema-mundo, a penetração do capital do centro na periferia não implica, forçosamente, a cessação da emigração de mão-de-obra, podendo, muitas vezes, constituir um catalisador de fluxos migratórios rumo ao centro (Sanderson, 2012, p. 465). Com efeito, de acordo com Sassen (1988, pp. 12–15), na segunda metade da década de 1980, este era o caso de muitos dos fluxos migratórios com destino aos Estados Unidos, provenientes de países — essencialmente da Bacia das Caraíbas e do Sudeste asiático —, que, durante as duas décadas anteriores, se tinham tornado recetores de avultadas quantidades de investimento direto estrangeiro direcionado para a exportação, na agricultura e no setor manufatureiro. O investimento direto estrangeiro expressa uma incorporação mais ampla na economia-mundo, donde resultam fluxos migratórios internacionais e, por isso, deve ser entendido como um elemento de “structural imbalancing” (Sanderson, 2012, p. 465), das sociedades periféricas que pode levar à decisão de emigrar, “um processo altamente intermediado, no qual o investimento direto estrangeiro não é uma causa, mas uma estrutura que cria certas condições para que a emigração surja como opção” (Sassen, 1988, p. 20). Deste modo, segundo a autora,

“(...) níveis e concentrações significantes de investimento direto constituem um fator que promove a emigração através: (a) da incorporação de novos segmentos da população no trabalho assalariado e a associada disrupção de estruturas de trabalho tradicionais (...) (b) a feminização da nova força de trabalho industrial e o seu impacto nas oportunidades de trabalho para os homens, tanto nas novas zonas industriais, como nas estruturas de trabalho tradicionais; (c) a consolidação de ligações objetivas e ideológicas com os países altamente industrializados, (...) que envolvem um efeito generalizado de ocidentalização. (...) O que suponho é a existência de um efeito generalizado que contribui para a formação de um reservatório de potenciais emigrantes e (...) para a emergência da emigração como uma verdadeira opção. Este efeito estaria presente independentemente de o investimento direto estrangeiro ter origem nos Estados Unidos ou em qualquer outro dos países industrializados mais desenvolvidos” (Ibidem, p. 21).

Enquanto fator de “structural imbalancing”, o fluxo de capital industrial para as zonas periféricas, resulta em mais deslocções dentro dessas sociedades; paralelamente, a exposição dos trabalhadores, nestas indústrias “runaway” de emprego temporário, a modos de produção e padrões culturais ocidentais, embora os deixe com expectativas de consumo e qualificações, priva-os dos meios para a sua implementação (Portes, 1995, p. 21). Assim, em última análise, pode considerar-se que desde o início da fase B do ciclo Kondratieff (em 1973), o capital do centro — pelas sucessivas realocações de empresas multinacionais para as zonas periféricas, descartando trabalhadores quando se sindicalizam e aumenta o custo da mão-de-obra —, tem vindo a atrair, de forma indireta, mais fluxos migratórios internacionais provenientes da periferia e da semiperiferia, rumo ao centro, ao gerar uma “redundância económica que (...) converte esses trabalhadores desenraizados (...) numa reserva pronta para futura migração” (Mielants, 2002, p. 85).

Na abordagem histórico-estrutural, o controlo e a exploração da força de trabalho constituem aspetos essenciais para a operação do sistema capitalista. Em particular, a teoria do mercado de trabalho dual destaca o modo como as economias dos países desenvolvidos possuem uma necessidade de mão-de-obra imigrante, de nível estrutural (Castles et al., 2014, p. 35). Desenvolvida na década de 1970, esta teoria tem como modelo a realidade da imigração nos países desenvolvidos na década de 1960 e princípios da de 1970 (Baganha et al., 2006, p. 25). Centrando-se no lado da procura, assume que os fluxos internacionais de mão-de-obra têm início devido às atividades de recrutamento (Massey et al., 1993, p. 459) e que os Estados e as empresas são determinantes no aparecimento e na definição dos fluxos migratórios. Com efeito, na Europa ocidental, o recrutamento maciço de mão-de-obra levado a cabo por agentes

económicos, depois de 1945, foi essencial para a criação de fluxos migratórios, assim como, mais tarde, nos países do Golfo Pérsico, ou mesmo, durante a guerra, quando o Estado norte-americano recrutou mão-de-obra proveniente do México e das Caraíbas (Castles, 2005, p. 55). No entanto, na atualidade, este aspeto da teoria é difícil de sustentar, pois o recrutamento de mão-de-obra já não consiste no principal meio de criação e de manutenção dos movimentos migratórios internacionais (Baganha et al., 2006, p. 26). Por conseguinte, a teoria do mercado de trabalho dual desvaloriza os fatores do lado da oferta, que servem de causa para a ocorrência de migrações internacionais (Arango, 2000, p. 290), quando as teorias das migrações devem ser holísticas, sendo necessário entender as zonas de origem e as zonas de destino como “uma unidade com fatores estruturais causativos, operando em ambos os lados” (Cohen, 1987, p. 38), o que “não implica a defesa de uma simetria artificial em cada lado: na maioria dos casos, o fator determinante pode bem ser a procura de mão-de-obra por parte do capital” (Ibidem, p. 38). Assim, mais do que esclarecer as causas das migrações, a teoria identifica um fator relevante para que estas ocorram — a tendência inerente para a procura de mão-de-obra estrangeira, na estrutura económica dos países mais desenvolvidos, em virtude da divisão das suas economias num setor capital-intensivo e noutro trabalho-intensivo, de baixa produtividade (Arango, 2000, pp. 289—290), explicação ainda válida, pois as reestruturações económicas ocorridas nas décadas de 1980 e de 1990 não modificaram os aspetos estruturais que tornam necessária a mão-de-obra imigrante, aumentando os empregos frequentemente rejeitada pelos nacionais, sobretudo no setor dos serviços (Baganha et al., 2006, pp. 25—26).

Para Arango (2000, p. 285), a falência do modelo neoclássico, verificada a partir da década de 1970, não se ficou a dever à perspetiva do conflito, sendo antes causada pelas suas próprias incoerências, postas ainda mais em evidência perante as alterações significativas que a natureza das migrações internacionais tem sofrido desde então, bem como pela sua unidimensionalidade, que não lhe permite explicar a presente realidade do sistema internacional, no qual, ao contrário da situação no século XIX, abundam restrições à mobilidade humana. No presente século, as políticas migratórias caracterizam-se por serem restritivas e cada vez mais assentes em definições restritas de cidadania e de nacionalidade, contrastando com a realidade verificada no período pós-1945, tanto na América do Norte, como em muitos países europeus (Cohen, 2006, pp. 137—138). Nos países desenvolvidos, os governos consideram a opinião da sociedade acerca das migrações, sem deixar de atender aos interesses do domínio económico. Este é particularmente o caso dos países europeus, cujas políticas visam evitar o maior número possível de imigrantes indesejados. O controlo das migrações tem sido uma preocupação política constante, desde que o regime migratório mais liberal entrou em declínio na década de 1970; desde então, a política migratória, em geral, centra-se

“essencialmente no controlo e na prevenção de fluxos indesejados” (Baganha et al., 2006, p. 26).

Durante a fase A do ciclo Kondratieff (1945-1973), o capital do centro empenhou-se em angariar trabalhadores imigrantes, pensando que seriam apenas uma reserva de mão-de-obra pronta para ser devolvida à periferia (Mielants, 2002, p. 85). No início, as intenções dos imigrantes coincidiam com as dos Estados e dos empregadores, no sentido em que o seu trabalho seria temporário (Castles, 1986, pp. 770–771). Contudo, após 1973, num contexto de recessão económica, foram relativamente poucos os imigrantes que regressaram, estabelecendo-se muitas comunidades permanentes; o malogro do sistema de rotação, demonstrou que a Europa ocidental, mesmo contra a sua vontade, se tinha convertido numa zona de imigração (Baganha et al., 2006, pp. 20–21). De acordo com Castles, muitos imigrantes permaneceram porque, nos seus países de origem, o ambiente político-económico apresentava-se, frequentemente, pouco propício ao regresso e, face ao adiamento do regresso, muitos constituíram família, seguindo-se também a reunião familiar, trazendo os seus familiares de forma legal, ou ilegal, quando esta não era permitida. Ademais, o sistema “*guestworker*” produziu uma segmentação do mercado de trabalho que dificultou a repatriação; não só era difícil atribuir aos trabalhadores nativos, mesmo durante o pico do desemprego, as atividades profissionais dos imigrantes, como o patronato se demonstrou relutante em apoiar políticas de repatriação em massa, receando o aumento dos salários (1986, pp. 770–775). Contudo, deve também ser reconhecida a relevância do associativismo dos imigrantes, cuja crescente atividade, especialmente quando surgiram políticas migratórias restritivas, e propostas para a repatriação ou deportação em massa, se revelou eficaz na resistência a essas pressões, mas também no reconhecimento do direito à reunião familiar (Cohen, 2006, p. 140).

Segundo Cohen (2006, pp. 139–142), o recrutamento de mão-de-obra entrou em declínio a partir da segunda metade da década de 1970, devido, essencialmente, a um conjunto de fatores: a crise petrolífera de 1973; o recrudescimento da xenofobia; a capacidade de organização dos imigrantes; o aumento dos custos de reprodução<sup>50</sup>; e a reestruturação económica. Ainda que, à superfície, este abrandamento se deva à crise petrolífera e à recessão económica resultante, outros dois fatores demonstraram ser relevantes. Por um lado, desgastaram-se as vantagens de empregar mão-de-obra imigrante; a reunião familiar atenuou a sua flexibilidade e mobilidade, exigindo também mais investimento social, na educação, na saúde, e na habitação, o que se traduziu num

---

<sup>50</sup> Segundo Cohen, o associativismo dos imigrantes não se preocupava apenas com questões relacionadas com as políticas migratórias e a reunião familiar, mas também com as prestações sociais. No entanto, não se deve entender as famílias imigrantes como grandes “*requerentes*” de subsídios, pois a realidade indica o contrário (2006, p. 140).

encargo acrescido para os Estados, em vez dos empregadores. Por outro lado, na sequência do “boom” económico, existia uma superacumulação de capital na Europa Ocidental, assim como nos Estados Unidos e no Japão, o que levou a uma reestruturação económica (Castles, 1986, p. 773). No entanto, de acordo com Eduardo de Sousa Ferreira (1977, pp. 22–23), esta conjuntura económica expôs não só a mentira do altruísmo dos países desenvolvidos, mas também o facto de as alterações às políticas migratórias destes não se deverem, na realidade, à crise energética, e, por isso, interessava compreender “se os países europeus mais desenvolvidos estão realmente interessados num terminar definitivo das migrações internacionais de mão-de-obra, ou se não se trata antes da alteração radical não declarada duma política de migrações” (1977, p. 23).

Com efeito, na Europa ocidental, as políticas restritivas implementadas após 1973, para o recrutamento de mão-de-obra, não se traduziram na cessação dos fluxos migratórios; desde então, foram-se diversificando os tipos de migrantes, tendo aumentado a reunião familiar, a receção de refugiados, e a entrada de imigrantes ilegais (Cohen, 2006, pp. 137–138). Desde a década de 1970, os movimentos migratórios têm-se tornado mais diversificados; a Ásia, a África, e a América Latina tomaram o lugar da Europa como principais regiões de partida; as políticas restritivas na admissão de imigrantes aumentaram; a integração dos imigrantes nessas sociedades tornou-se menos linear e; intensificaram-se os fluxos migratórios irregulares e o tráfico de migrantes (Arango, 2000, pp. 286–287). O recrudescimento dos fluxos migratórios verificado depois de 1945, mas também desde meados da década de 1980, produziu uma mudança histórica, na qual o continente europeu — depois de ter sido emissor de fluxos migratórios massivos, durante o século XIX e princípios do século XX — se tornou recetor de fluxos provenientes de todo o mundo, e numa área de intensos movimentos intraeuropeus. A imigração no espaço europeu está associada à descolonização, ao crescimento da economia, ao alargamento da União Europeia, às políticas neoliberais, e à internacionalização do investimento e da produção, também facilitado pelo fim do bloco soviético (Castles et al., 2014, p. 123). A partir da década de 1980, os países do sul da Europa também se converteram em zonas de destino para imigrantes, oriundos sobretudo de África e da Europa de Leste, superando a condição única de fornecedores de mão-de-obra, que os caracterizou durante mais de um século (Baganha et al., 2006, pp. 23–24). Assim, esta realidade demonstra como se encontram desatualizados os pressupostos de Ravenstein e do modelo “push-pull”, sendo inadequado explicar um fluxo migratório apenas pela existência de um lado repulsivo e de outro atrativo, como se os países fossem unicamente países de origem ou de destino de fluxos. Nestas condições, não seria possível compreender o caso de Portugal, que, atualmente, exporta e importa fluxos migratórios (Rocha-Trindade, 2016, p. 71), e que, segundo Pedro Góis e José Carlos Marques, expressa a sua condição semiperiférica, ao formar um sistema

migratório lusófono, integrado noutros sistemas migratórios, em níveis diferentes. No entanto, é “no meio deste sistema migratório Lusófono que o papel semiperiférico de Portugal se torna evidente, pois pode ser centro e periferia” (2009, p. 21).

#### 4.1. Os fluxos de mão-de-obra na economia-mundo (1945-1973): um processo de (semi) proletarização

Na época de expansão económica que teve início em 1945, alastrando-se até princípios da década de 1970, teve lugar o maior “boom” económico, e o desenvolvimento produtivo mais célere e sustentado, na história do capitalismo. Depois da Segunda Guerra Mundial, o predomínio do capital norte-americano reestruturou os mercados financeiros e de “commodities”; as corporações norte-americanas deram uma nova organização a setores industriais na Europa ocidental, sendo integrados, à escala mundial, o comércio, a produção e as finanças (Castles, 1986, p. 772). Enquanto potência hegemónica, os EUA, à semelhança do que fizera o Reino Unido no início do século XIX, recuperaram os princípios do sistema de Vestefália, posteriormente liderando e moldando o sistema interestados. A hegemonia dos EUA proporcionou também um aumento considerável de comércio mundial efetuado através de empresas transnacionais verticalmente integradas, de modo que a percentagem de transações intraempresas aumentou consideravelmente da década de 1960 até à de 1990, sendo que este elemento, tornado característico da hegemonia norte-americana, evidencia a relevância do investimento direto (Arrighi, 1994, pp. 65, 72–73). Como no século anterior, foi também extensa a industrialização da economia-mundo, iniciada após 1945. No entanto, este processo implicou duas deslocações fundamentais de natureza geográfica: por um lado, as áreas semiperiféricas e periféricas passaram a partilhar indústrias modernas com o centro; por outro lado, o centro da acumulação do sistema interempresas deixou de compreender apenas os EUA, integrando também a Europa ocidental e o Japão a partir de 1967/1973. Portanto, os EUA reorganizaram a Europa Ocidental e o Japão, em linha com os princípios tayloristas, ampliando o alcance espacial do sistema interempresas, e do processo de produção em massa (Tabak, 1996, pp. 87, 90). Nesta reorganização da produção mundial, “a mobilidade transnacional do capital teceu uma rede que vinculou empresas em diferentes zonas da economia-mundo, num sistema interempresas, envolvendo todo o globo” (Tabak, 2000b, p. 73).

No centro da economia-mundo, após a Segunda Guerra Mundial, os Estados e as empresas capitalistas tiveram de fazer cedências ao trabalho organizado, enquanto a possibilidade de compensar as cedências com uma exploração mais intensa da periferia, se revelava, nesta altura, mais limitada. Neste contexto, a solução mais rentável passou pelo estabelecimento ou expansão de instalações produtivas na semiperiferia, ou pelo recrutamento da sua mão-de-obra. Assim, neste período, o “fornecimento de locais de

produção lucrativos e seguros, para as empresas capitalistas do centro, e o fornecimento de mão-de-obra comparativamente barata e disciplinada, para exploração dentro dos seus domínios ou via migração, nos Estados do centro, tornou-se a principal vocação dos regimes autoritários semiperiféricos do sul da Europa e da América Latina” (Arrighi, 1990, pp. 27—28). Desde a Segunda Guerra Mundial até à década de 1980, a hegemonia norte-americana recorreu às pressões externas para acabar com as tendências autárquicas, sendo as economias do sul da Europa reabertas à influência do centro (embora nunca tenham estado totalmente fechadas), desenvolvendo uma participação mais estruturada na divisão mundial do trabalho (Arrighi, 1985a, p. 15), de modo que, em última análise, os programas de industrialização “import-substitution” dos regimes autoritários semiperiféricos foram, na realidade, conciliáveis com “a lógica organizacional que governava a expansão transnacional do capital, e da aplicação mundial do Taylorismo” (Tabak, 1996, p. 91).

A nível mundial, o investimento direto e o sistema de livre-empresa, impuseram-se como mecanismos de exploração e competição transnacional, de modo que a penetração nos mercados deixou de depender das políticas de liberalização do comércio e da expansão territorial dos Estados. Deste modo, as alternativas políticas das elites dos países do sul da Europa<sup>51</sup> tornaram-se mais limitadas. Se, num primeiro momento, a estabilização do sistema interestados e a descredibilização do leninismo na esfera de influência norte-americana, contribuíram para a sobrevivência dos regimes fascistas, a médio prazo, o impacto da hegemonia norte-americana na Europa do Sul revelou-se reformista; ao garantir um mercado mundial estável, debilitou os argumentos autárquicos e anti mercado, lançando esses regimes na direção de um fascismo de mercado (Arrighi, 1985b, pp. 267— 270). Assim, durante este período, consolidou-se uma progressão na estrutura centro/periferia mundial que já se vinha verificando desde a primeira metade do século XX — a existência de fluxos cruzados de capital e de mão-de-obra. Neste contexto, a trajetória dos fluxos de mão-de-obra e dos fluxos de investimento tornaram-se indicadores significativos da condição de centro ou de periferia, tendo estes assumido importância particular, no caso dos países semiperiféricos do sul da Europa que “geraram fluxos substanciais de mão-de-obra com direção ao norte, e alojaram fluxos de capital substanciais provenientes do centro” (Arrighi, 1985a, pp. 19—21), durante as décadas de 1950 e 1960. Neste sentido, como observa Nicos Poulantzas, esta estrutura da cadeia imperialista, ao acelerar a reprodução das relações de produção capitalistas, alterou a estrutura económica e social de países como Portugal, a Grécia, e a Espanha,

---

<sup>51</sup> Segundo Arrighi, as relações interempresas e o investimento direto estrangeiro aceleraram a difusão das técnicas de produção mais avançadas entre os países do centro, e destes para as zonas semiperiféricas e periféricas, sem que fosse necessária a liberalização do comércio. Deste modo, “o investimento direto tornou-se no cavalo de Troia através do qual as forças de mercado conseguiram penetrar até um bunker de ideologia e de práticas protecionistas, tão bem resguardado, como o Portugal de Salazar” (1985b, p. 270).

provocando a exportação da sua mão-de-obra para os centros imperialistas, o que, no seu entender, se traduz numa sobre-exploração da sua população. A nova condição dependente destes países já não se expressava na distinção simples entre indústria e agricultura, pois a “sua dependência reside precisamente na sua industrialização. Feita sob a égide e por instigação do capital estrangeiro” (1975, pp. 18–19), uma situação de industrialização dependente, similar à de muitos países da América Latina. Assim, a realocação das indústrias trabalho-intensivas transformou os países menos desenvolvidos em exportadores de diversos produtos industriais para os países desenvolvidos, o que garante aos últimos, lucros elevados e a possibilidade de combater a tendência para a queda do lucro que acompanha a mecanização (Pereira, 1979, pp. 58–59).

Para Arrighi, a abertura dos regimes autoritários da semiperiferia, no Sul da Europa e na América Latina, acabou por ser contraproducente, de modo que pode considerar-se que o desaparecimento destes regimes, a partir de 1974, e a sua substituição por democracias parlamentares demonstrou “a incapacidade do domínio coercivo para manter sob controlo, indefinidamente, as contradições do desenvolvimento semiperiférico pró-sistémico” (1990, p. 28). A longo prazo, os mecanismos de mercado acabaram com a esperança de vida do fascismo, pois impossibilitaram a contenção das tensões disruptivas, a nível social, provocadas pelo mercado, na qual assentavam os modelos fascistas de regulação político-económica (Arrighi, 1985b, p. 269). No caso de Portugal, de acordo com Santos, este processo foi acompanhado pelo desmantelamento da hegemonia da burguesia agrária, o que debilitou a conformidade do “exercício pleno da hegemonia [de classe] (...) com a forma política do Estado” (1984, pp. 9–10, 12), no regime salazarista. A burguesia industrial-financeira foi conquistando a hegemonia “no interior de um Estado cuja forma organizativa era coerente com a hegemonia ideológica da burguesia agrária”, de modo que, a partir de 1969, esta contradição pôs em causa a forma de organização do Estado. Com esta crise de hegemonia, ocorreu uma crise de legitimação, mas ao contrário do que se passou com a crise de legitimação dos países desenvolvidos — que se devia sobretudo às dificuldades financeiras dos Estados para dar continuidade às reivindicações dos movimentos sociais —, a crise portuguesa devia-se ao facto de o Estado se demonstrar incapaz de dar expressão institucional às “relações entre o capital e o trabalho em consonância com as alterações na correlação das forças sociais que o desenvolvimento económico e a emigração da década de sessenta tinham provocado” (Ibidem, p. 12), bem como de “cooptar o sector em expansão da nova pequena burguesia inconformada com a estagnação política, a mediocridade da vida cultural, e ausência de liberdades cívicas e políticas” (Ibidem, p. 12).

Como observa Arrighi, na Europa ocidental, a mobilização das reservas de mão-de-obra das zonas rurais do sul da Europa foi essencial para por em prática os processos

produtivos (a “decomposição” do trabalho especializado), introduzidos com o Taylorismo e o Fordismo, e modificou as relações capital/trabalho, ao aumentar o poder de barganha<sup>52</sup> no posto de trabalho, perante “a maior vulnerabilidade da organização, complexa e capital-intensiva, da ação dos trabalhadores no ponto de produção” (1985b, pp. 271—73). Assim, no sul da Europa, o esgotamento das reservas de mão-de-obra, face à proletarização integral e à mudança das expectativas da mão-de-obra parcialmente proletária, transformou os movimentos trabalhistas numa pressão que os regimes autoritários já não podiam dominar sem comprometer a acumulação de capital. No período entre guerras, a repressão política conseguiu destruir a organização do trabalho, pois esta era exterior à relação salário/trabalho, procurando preservar o poder de barganha no mercado de trabalho, e resistir à proletarização e à desqualificação imposta pela acumulação capitalista. Porém, ao longo do tempo, a repressão deixou de sustentar o processo de acumulação, pois “à medida que as reservas [de mão-de-obra] se começaram a esgotar, e o poder de barganha do trabalho começou a ser reconstruindo a partir da própria organização do processo de trabalho capitalista” (Ibidem, p. 272), o recurso à repressão e à regulação dos mercados, deixou de ser eficaz para reproduzir o domínio do capital sobre o trabalho.

#### 4.2. A função de reserva de mão-de-obra da periferia europeia

No centro, a reserva de mão-de-obra industrial e a aristocracia operária não deixaram de ser relevantes como mecanismos de domínio, depois de 1945. No entanto, estes sofreram alterações, pois os países desenvolvidos da Europa Ocidental tinham cada vez mais dificuldades em garantir uma reserva industrial de mão-de-obra interna, num contexto de fortalecimento do movimento operário, e do bloco comunista da Europa de Leste. Para garantir a acumulação de capital, mantendo os salários baixos e os lucros elevados, o capital da Europa ocidental encontrou nos trabalhadores imigrantes da Europa do Sul e do Terceiro Mundo, a reserva de mão-de-obra adequada, e, assim, uma forma de “amortecer” as consequências das crises, e de impedir conflitos sociais (Castles & Kosack, 2010, p. 23). Este papel de amortecedor dos trabalhadores imigrantes proporcionou aos países de imigração a flexibilidade para “dosear mais facilmente a proporção dos fatores, evitando as consequências (...) duma alteração brusca” (Ferreira, 1977, pp. 12—14). Assim, durante esta fase de expansão, o aumento da oferta de mão-de-obra foi um requisito basilar para a acumulação; sem os trabalhadores imigrantes, os salários teriam aumentado, o que poderia ter resultado no aumento da inflação, e numa economia “stop-go”, que levaria ao fim do “boom” (Castles, 1986, pp. 772—773).

---

<sup>52</sup> O poder de barganha “no mercado de trabalho” refere-se ao “poder que o trabalho adquire pela possibilidade de se sustentar fora do trabalho assalariado, bem como através das qualificações que oferece à relação salário/trabalho” (Arrighi, 1985b, p. 271).

No período pós-1945, as principais formas de migração de mão-de-obra para a Europa ocidental consistiram nos fluxos provenientes das suas antigas possessões coloniais — caso da Grã-Bretanha, da França e dos Países Baixos — e no sistema “Gastarbeiter”, de recrutamento de mão-de-obra (Portes & Böröcz, 1989, p. 609). Nesta fase, muitos países recrutaram mão-de-obra estrangeira<sup>53</sup> através de acordos bilaterais, e legislaram no sentido de facilitar a permanência dos imigrantes económicos que neles entravam, supondo que a maior parte destes regressaria aos seus países de origem (Baganha et al., 2006, pp. 20—21). No princípio, países como a França e a Bélgica entendiam as importações de mão-de-obra como uma estratégia para promover o crescimento populacional, ao passo que a República Federal da Alemanha e a Suíça concebiam as importações como um recurso provisório e indesejado, mas necessário face à escassez de mão-de-obra. No entanto, no final da década de 1960 as políticas migratórias desses países começaram a aproximar-se; por um lado, os países mais liberais impuseram restrições, enquanto aqueles que entendiam a imigração como temporária, facilitaram a reunião familiar, reconhecendo que o trabalho imigrante se tornara num aspeto permanente do fornecimento de mão-de-obra (Sassen-Koob, 1980, p. 9). Apesar da importância que os sistemas de recrutamento tiveram neste período, estes não impediram os fluxos migratórios espontâneos, e até clandestinos. Este foi o caso da França, onde o Office National d’Immigration (ONI), encarregue, a partir de 1945, de recrutar trabalhadores de países europeus — tendo entrado na França entre 1945 e 1974, cerca de dois milhões de trabalhadores imigrantes —, se foi tornando incapaz de recrutar mão-de-obra suficiente, face à concorrência de outros países. Neste contexto, as necessidades dos empregadores foram atendidas pelos fluxos espontâneos provenientes de países como a Espanha e Portugal (ambos clandestinos), a Jugoslávia, e a Turquia; à flexibilidade de alguns destes trabalhadores, provocada pela sua clandestinidade, juntava-se, assim, a sua disponibilidade para aceitar condições de trabalho desfavoráveis e salários mais baixos. Uma vez empregados, estes imigrantes eram legalizados pelas autoridades francesas (Castles, 1986, pp. 773—774).

Este afluxo de trabalhadores imigrantes complementou o aumento do emprego das mulheres no setor secundário, o êxodo rural interno, a receção de militares, de refugiados e de deslocados. No entanto, a mão-de-obra imigrante, especialmente a “guest-worker”, foi particularmente útil, pois podia ser controlada pelos empregadores e pelos Estados, era flexível, permitia a ascensão social para os trabalhadores nacionais, facilitando a expansão dos métodos de produção em massa do Taylorismo, muito

---

<sup>53</sup> De acordo com Portes e Böröcz (1989, p. 609), neste período, o sistema de recrutamento “Gastarbeiter” foi utilizado sobretudo pela República Federal da Alemanha, como forma de compensar o facto de se encontrar numa “relativa desvantagem, resultante da falta de antigas colónias, e a consequente inexistência e fluxos migratórios espontâneos”. O sistema “Gastarbeiter” foi implementado também na Grã-Bretanha, na França, na Bélgica, na Suíça, e nos Países baixos, tendo estes países, atraído outras categorias de imigrantes: trabalhadores das antigas colónias, refugiados, e trabalhadores qualificados (Castles, 1986, p. 770).

importantes na década de 1960 (Castles, 1986, pp. 772–773). Assim, no centro, tanto a inclusão no mercado de trabalho das mulheres, em part-time, como a chegada de trabalhadores imigrantes da semiperiferia, constituíram as formas de controlo do trabalho que travaram a proletarização dos grupos domésticos, a tempo inteiro. Também nas zonas semiperiféricas a exportação de capital empresarial mobilizou as reservas de mão-de-obra semiproletária, pelo que o aumento da proletarização dos grupos domésticos no centro, apesar da incorporação parcial do trabalho feminino, foi compensado pela proliferação dos grupos domésticos semiproletários na semiperiferia e na periferia (Tabak, 1996, pp. 95–96).

Deste modo, segundo Faruk Tabak (2000b, pp. 77, 71–74), ainda que a expansão do Fordismo seja considerada um aspeto central da ordem estabelecida pelos EUA, mesmo no auge desta, o Fordismo englobava uma pequena porção das atividades produtivas a nível global. Até ao início da década de 1970<sup>54</sup>, a expansão transnacional do capital e a realocação de atividades produtivas estavam limitadas a algumas áreas semiperiféricas. Durante as décadas de 1950 e 1960, nas zonas semiperiféricas, diversos processos levaram ao crescimento da informalidade — a intensa urbanização, os movimentos migratórios massivos, os novos modos de controlo do trabalho, e a evasão fiscal das empresas —, tornando mais fácil para o capital corporativo, a incursão no domínio do trabalho semiproletário (Tabak, 1996, pp. 95–96). Ainda assim, para Tabak (2000b, pp. 71–77), tem sido desvalorizada a proliferação, neste período, do trabalho informal — exterior ao Fordismo, mas sempre ao seu lado —, devido ao facto de a proletarização, o índice central do Fordismo, ser examinado individualmente, em vez de serem considerados os grupos domésticos, a unidade de análise para a maior parte da atividade não remunerada, cuja mão-de-obra sempre foi alocada entre as zonas rurais e as zonas urbanas, o trabalho não pago e o trabalho assalariado, tendo o mesmo sucedido depois de 1945.

Nos países do centro, o trabalho imigrante tem um papel sociopolítico relevante para o capitalismo, pois possibilita a divisão entre os trabalhadores imigrantes e os nacionais e proporciona aos trabalhadores nacionais “a consciência de uma aristocracia operária” (Castles & Kosack, 2010, p. 24), que permite “desvalorizar o estatuto do emprego e travar o aumento dos salários, contribuindo assim para reforçar a tendência da mão-de-obra nacional e aceder aos empregos menos penosos e/ou melhor remunerados” (Kayser, 1977, p. 298). Como consequência, o trabalho imigrante mais barato atenuou a

---

<sup>54</sup> Até à década de 1970, a expansão do domínio corporativo estatal (e paraestatal) englobou toda a economia-mundo, mas o alcance geográfico do capital transnacional limitou-se a alguns países semiperiféricos na América Latina, no sul da Europa, e na orla do Pacífico (Tabak, 1996, pp. 79–80). Na periferia, o setor estatal tornou-se na principal “fonte” do trabalho assalariado, e, dadas as suas limitações, os grupos domésticos recorriam a múltiplas estratégias para a obtenção de rendimento (Tabak, 2000b, p. 77).

pressão sobre setores do capital mais atrasados, para modificar as suas técnicas de produção e as condições de trabalho, aumentando a lucratividade das tarefas trabalho-intensivas (Sassen-Koob, 1980, pp. 18–19). Os países industrializados da Europa garantiram uma oferta de mão-de-obra ilimitada, assim como uma vasta disponibilidade de capitais e de trabalhadores qualificados (Kayser, 1977, pp. 298–299); ao recorrerem à mão-de-obra imigrante, externalizaram os custos da formação profissional e potencializaram o seu aparelho produtivo, utilizando “ao máximo toda a sua capacidade produtiva e de explorar ao máximo as mais-valias absolutas (exploração direta da força de trabalho) num certo número de sectores”, ao passo que “noutros o processo de mecanização e racionalização (capaz de aumentar as mais-valias relativas) não é travado ou bloqueado” (Almeida & Barreto, 1970, pp. 275–276). Assim, durante esta época de expansão económica “existiu, de facto, uma correlação entre o crescimento económico, o aumento da oferta de mão-de-obra e a melhoria da produtividade” (Castles, 1986, p. 773). A imensa disponibilidade de mão-de-obra barata consistiu num fator essencial para a construção de um “aparato” capital-intensivo nesses países, impedindo a desaceleração económica, a subida excessiva dos salários e as tendências inflacionárias (Sassen-Koob, 1980, p. 19).

#### 4.2.1. Uma relação de troca desigual

De acordo com Sassen-Koob, não é apenas o baixo preço da mão-de-obra excendentária no país exportador, que determina o valor que esta possui para os países importadores. Embora no mercado, o preço e o valor sejam iguais, a aferição do valor da importação de trabalhadores deve ter como critério a escassez de mão-de-obra, apesar do seu baixo custo, de modo que “a presença de excedentes de mão-de-obra nos países exportadores não diminui o valor das importações de mão-de-obra, pois este valor é determinado pelas necessidades dos países importadores” (1978, pp. 529–530). Nesta senda, para Sassen-Koob, outro aspeto essencial da importação de mão-de-obra reside na possibilidade de reduzir os custos da reprodução da força de trabalho, aumentando a taxa de lucro. Não obstante, a fim de compreender de que forma a mão-de-obra importada contribui para baixar estes custos, é necessário perspetivar o capital enquanto totalidade ou categoria histórica. No capitalismo, a manutenção e a reprodução da força de trabalho enquadram-se num sistema de relações de classe próprias deste modo de produção, sendo assim reproduzida a supremacia do capital sobre o trabalho. A imigração, enquanto sistema de oferta de mão-de-obra, tem como característica essencial “a diferenciação institucional e a separação física dos processos de manutenção e de reprodução da força de trabalho” (1980, pp. 14–19), no sentido em que a reprodução ocorre no país que exporta a mão-de-obra e a manutenção fica a cargo do país que a importa, externalizando este os custos com a produção de uma parte da sua força de

trabalho. Com efeito, este aspeto foi salientado por Ferreira, ao fazer um balanço dos benefícios, em especial para a RFA, da emigração portuguesa da década de 1960:

“Estas vantagens são acrescidas do facto de se tratar de mão-de-obra mais barata que a nacional. Isto em vários sentidos. Primeiramente a mão-de-obra estrangeira implica custos sociais de reprodução mais baixos. Todos os custos respeitantes ao sustento e formação do trabalhador até à altura de emigrar são suportados pelo país de emigração. (...) Mas os custos sociais de reprodução também incluem o sustento de todos aqueles elementos da sociedade que não trabalham: filhos, cônjuges que não trabalham, velhos e doentes. (...) Ora os emigrantes no todo representam um grupo com uma taxa excepcional de ativos. Trata-se de uma população selecionada em vários aspetos. O emigrante encontra-se, na generalidade, nos anos mais vigorosos da sua vida — na década de sessenta o grosso dos emigrantes portugueses era constituído pelo grupo etário dos 20 aos 34 anos — e é submetido, antes da partida a rigorosa inspeção médica; ele emigra sozinho, ou, se acompanhado pela mulher, esta vai também para trabalhar; velhos e incapazes de trabalhar são praticamente inexistentes no grupo de emigrantes e, portanto, os custos sociais de reprodução são mais baixos do que os dos trabalhadores nacionais dos países de imigração” (1977, p. 14).

Portanto, como Wallerstein observou, o trabalhador migrante consiste no melhor exemplo do trabalhador semiproletário: trabalha como assalariado durante a sua vida adulta (toda, ou em parte), mas passa a infância ou a velhice na sua comunidade de subsistência. Uma vez que se trata de um trabalhador que não é assalariado a vida inteira, o empregador remunera-o tendo em conta um número de anos inferior ao de um trabalhador nacional, e “a diferença na remuneração mínima anual ou semanal será considerável se esta remuneração for alocada durante vinte anos, em vez de sessenta” (1979, pp. 126—127), de modo que “um trabalhador assalariado a tempo inteiro, para toda a vida, vai (pelo menos durante o tempo) receber sempre uma parte maior<sup>55</sup> da divisão da mais-valia” (Ibidem, p. 127) . Em qualquer parte, para trabalho idêntico, a mão-de-obra proveniente dos grupos domésticos “part-lifetime”, custa sempre menos ao capital, pois os custos da reprodução da mão-de-obra ficam a cargo de outras pessoas e não apenas do empregador. No caso dos grupos domésticos semiproletários — como aqueles a que pertencem os trabalhadores migrantes — que recebem uma parte do seu rendimento vitalício do trabalho assalariado, e a outra parte da sua produção direta ou de familiares, o custo total da reprodução não fica a cargo dos empregadores (Hopkins & Wallerstein, 1977, p. 135). Assim, em última análise, no contexto do período de expansão

---

<sup>55</sup> Portanto, a condição de semiproletário tem uma dimensão dupla. Em certas situações, os empregadores pagam salários que não cobrem os custos da reprodução, como no caso de o proletário pertencer a um grupo doméstico com várias fontes de rendimento, e no caso de o trabalho não ser para toda a vida, mas uma atividade “part-lifetime”, que dure apenas horas, meses, ou alguns anos (Friedman, 1984, pp. 44—45).

económica que estamos a observar, estes grupos domésticos já se inseriam nas tendências que, segundo Tabak (1996, pp. 87–88, 105), têm remodelado mundo do trabalho desde 1945, e em particular desde o início da fase B do ciclo Kondratieff (1967/1973): a expansão mundial do trabalho assalariado, ainda que, sobretudo, de natureza “part-lifetime”; e uma diminuição, em virtude do aumento do trabalho assalariado casual, da porção das prestações sociais no rendimento agregado dos grupos domésticos.

De acordo com Sassen-Koob, no que se refere às consequências da exportação de mão-de-obra, a falta de estudos acerca do tema, devia-se ao facto de ser amplamente aceite que esse tipo de exportação era benéfico para os países de emigração. Todavia, para a autora, no final da década de 1970, perante as medidas protecionistas de alguns desses países, e de alguns estudos que aludem às desvantagens dessa exportação, devia “ser considerada a possibilidade de uma troca desigual entre os países exportadores e os importadores, face às bem documentadas vantagens da importação de mão-de-obra para os últimos” (1978, pp. 513–517). No seu entender, o valor dessas exportações, não devia ser determinado, simplesmente, pelas remessas e o conseqüente aumento da moeda estrangeira, nem pelo desemprego total possível, na ausência da exportação de mão-de-obra. O valor desta deve ser aferido, tendo em conta “a natureza da oferta de mão-de-obra no país exportador, as taxas e os níveis, presentes e futuros, de acumulação de capital, e (...) as formas particulares com as quais (...) corta a oferta de mão-de-obra” (Ibidem, p. 517). Neste sentido, segundo a autora, no final da década de 1970, os indícios demonstravam que os países de imigração tinham beneficiado, de forma expressiva, com a importação de mão-de-obra, ao passo que nos países de emigração sofriam de “drenagem” de pessoal qualificado, e da “erosão” económica das regiões com elevada taxa de emigração. Portanto, no seu entender,

“(...) o sistema de trabalho migrante, como opera hoje no mercado de trabalho Europa-África do Norte, contribui para reproduzir a posição de domínio político-económico dos países importadores, a expensas dos países exportadores. Ademais, a sua operação produziu um novo tipo de dependência além das já existentes: a dependência face aos países importadores de mão-de-obra para empregar um segmento da sua força de trabalho, e para uma porção do rendimento nacional” (Ibidem, p. 540).

## Conclusão

Ao longo desta dissertação, procurámos abordar os fluxos de mão-de-obra numa perspetiva histórico estrutural. Para o efeito, tendo como base a perspetiva do sistema-mundo, após esquematizarmos o seu quadro concetual, indagámos sobre a sua aplicabilidade ao estudo das migrações internacionais, ou dos fluxos de mão-de-obra se têm sucedido pela divisão internacional do trabalho desde que a economia-mundo incorporou todas as áreas que ainda lhe eram externas, consolidando também o seu sistema interestados.

Do mesmo modo, demonstrámos que, historicamente, os movimentos de mão-de-obra, mesmo aqueles que ocorreram de forma coerciva, foram determinantes na reprodução das assimetrias de desenvolvimento entre Estados, ou seja, na reprodução da estrutura centro/periferia. O modelo neoclássico, pelo seu pendor a-histórico tende a esquecer que as migrações nem sempre foram voluntárias, e quando afirma, numa ótica desenvolvimentista, que estas podem ajudar a modernizar e a desenvolver as sociedades tradicionais, remete para a realidade do século XIX, que não parece que hoje possa ser reproduzida. Como referimos, mesmo no século XIX, países da Europa ocidental, como a Inglaterra e a Alemanha, beneficiaram com as migrações transoceânicas, ao passo que noutros países menos desenvolvidos, entre os quais se destacava Portugal, não se deviam a um processo de industrialização, nem tiveram um papel significativo no desenvolvimento. Assim, dada a dinâmica da economia-mundo — o alargamento da industrialização, a proletarização, e a destruição das relações sociais que lhe são exteriores — durante o século XX, os fluxos de mão-de-obra começaram a ter origem nas zonas (semi)periféricas, e, na maior parte dos casos, assumem-se como sinónimo de periferização.

A economia-mundo possui uma hierarquia de processos produtivos, que se traduz numa hierarquia de riqueza e de poder dos Estados que a integram, tendo, por isso, diferentes capacidades políticas e económicas, de modo que nem todos conseguem tirar proveito da exportação de mão-de-obra. De certa forma, na senda de Arrighi, podemos fazer uma analogia: se a partir da segunda metade do século XX, a industrialização deixou de ser um atributo central, face à industrialização de vastas zonas periféricas, passando a não ser garante de desenvolvimento e mobilidade ascendente na hierarquia da economia-mundo, no nosso entender, o mesmo pode ser concluído em relação à exportação de mão-de-obra. Do mesmo modo, a emigração não resulta simplesmente das desigualdades salariais, nem dos cálculos custo-benefício dos indivíduos. Embora, como referimos, as disparidades salariais sejam importantes, se consistissem na maior determinante das migrações, face ao aumento das disparidades salariais a nível mundial,

verificar-se-iam muitos mais fluxos migratórios. Na realidade, as próprias possibilidades de migrar estão condicionadas a nível estrutural; vários fatores condicionam a mobilidade humana, e por isso mesmo estruturam a decisão de migrar, mas também estruturam as condições em que decorre a mobilidade. Por esta razão, não raras vezes, as migrações estão estratificadas à partida: algumas pessoas com recursos migram de forma segura e regular, enquanto outras se vêm forçadas à clandestinidade, sofrendo muitas vezes condições desumanas no percurso, mas também no destino. Face à chamada “crise dos refugiados”, ou dos por vezes esquecidos “deslocados internos”, na sequência de conflitos militares, guerras civis e mudanças climáticas, esta última realidade tem sido bem visível.

Assim, queremos salientar outro aspeto que concluímos do nosso trabalho, ainda que não o tenhamos abordado. Embora as migrações, pelas remessas que proporcionam aos países considerados pobres sejam entendidas como um fator de desenvolvimento, e supondo que, a muito longo prazo, possam resultar em desenvolvimento, esse facto não poder garantir a cessação das migrações provenientes dos mesmos. Na realidade, se os rendimentos das pessoas aumentarem, mais fácil poderá ser para estas a possibilidade de migrar, sem deixa de considerar, obviamente, que os Estados constroem inúmeros entraves legais que obstam à mobilidade humana. Assim, no nosso entender, os fluxos de mão-de-obra consistem não apenas num processo interno à economia-mundo — representando, muitas vezes, um claro processo de proletarização além-fronteiras — estes fluxos refletem, frequentemente, uma das maiores antinomias da economia-mundo capitalista; uma superestrutura política composta por múltiplos Estados, mas uma economia cujas dinâmicas estruturais tendem a atravessar as fronteiras estatais.

Julgamos este tema pertinente na fase atual em que vivemos e, no nosso entender, os estudos académicos acerca das migrações deveriam renovar o interesse pelo paradigma histórico-estrutural, pois este paradigma demonstra-se mais adequado para compreender os fluxos migratórios ao longo do desenvolvimento histórico do capitalismo, mas também os fluxos migratórios atuais, na sua crescente complexidade. Naturalmente, este trabalho, enquanto uma das primeiras investigações acerca dos fluxos migratórios, tendo como enquadramento teórico a perspetiva do sistema-mundo, não poderia responder a todas as questões sobre fluxos de mão-de-obra e, de modo geral, das migrações, nem sequer abordar todas as hipóteses de trabalho do paradigma histórico-estrutural, que, como referimos, se encontra disperso em vários modelos teóricos. Do mesmo modo, não poderia abordar com mais precisão a questão da troca desigual, em particular o modo como os fluxos de mão-de-obra consistem em transferências de mais-valia, e em contextos históricos específicos. Assim, no nosso entender, estes dois tópicos mereceriam ser objeto de investigações mais alargadas.

## Referências bibliográficas

- Abreu, A. (2010). The New Economics of Labor Migration: Beware of Neoclassicals Bearing Gifts. *Forum for Social Economics*, 39(1), 1–17.
- Almeida, C., & Barreto, A. (1970). *Capitalismo e emigração em Portugal*. Lisboa: Prelo Editora.
- Amin, S. (1974). *Modern Migrations in Western Africa*. Londres: Routledge.
- Amin, S. (2003). World Poverty, Pauperization and Capital Accumulation. *Monthly Review*, 55(5).
- Arango, J. (2000). Explaining migration: a critical view. *International Social Science Journal*, 52(165), 283–296
- Arrighi, G., Hopkins, T. K., & Wallerstein, I. (1983). Rethinking Concepts of Class and Status-Group in a World-System Perspective. *Review*, 6(3), 283–304.
- Arrighi, G. (1985a). Fascism to Democratic Socialism : Logic and Limits of a Transition. In G. Arrighi (Org.), *Semiperipheral Development: The Politics of Southern Europe in the Twentieth Century* (pp. 243–278). Beverly Hills: Sage.
- Arrighi, G. (1985b). Introduction. In G. Arrighi (Org.), *Semiperipheral Development: The Politics of Southern Europe in the Twentieth Century* (pp. 11–27). Beverly Hills: Sage.
- Arrighi, G., & Drangel, J. (1986). The Stratification of the World-Economy: An Exploration of the Semiperipheral Zone. *Review*, 10(1), 9–74.
- Arrighi, G. (1990). The Developmentalist Illusion: A Reconceptualization of the Semiperiphery. In W. G. Martin (Org.), *Semiperipheral States in the World-Economy* (pp. 11–42). Westport, Connecticut: Greenwood Press.
- Arrighi, G. (1994). *The Long Twentieth Century: Money, Power, and the Origins of Our Times*. Londres: Verso.
- Awbrey, K., & Korseniewicz, R. P. (1992). Democratic Transitions and the Semiperiphery of the World-Economy. *Sociological Forum*, 7, 609–640.
- Babones, S. J. (2012). Position and mobility in the contemporary world-economy: A structuralist perspective. In S. Babones, & C. Chase-Dunn (Orgs.), *Routledge Handbook of World-Systems Analysis* (pp. 327–335). Londres: Routledge.
- Babones, S. (2015). What is world-systems analysis? Distinguishing theory from perspective. *Thesis Eleven*, 127(1), 3–20.
- Bach, R. L. (1982). On the Holism of a World-System Perspective. In T. K. Hopkins, & I. Wallerstein (Orgs.), *World-Systems Analysis: Theory and Methodology* (pp. 159–180). Beverly Hills: Sage.

Baganha, M. I. (2001). A cada Sul o seu Norte: Dinâmicas migratórias em Portugal. In B. S. Santos (Org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* (pp. 135–156). Porto: Edições Afrontamento.

Baganha, M. I., Doomernik, J., Fassmann, H., Gsir, S., Hofmann, M., Jandl, M., Kraler, A., Neske, M., & Reeger, U. (2006). International Migration and Its Regulation. In R. Penninx, M. Berger, & K. Kraal (Orgs.), *The Dynamics of International Migration and Settlement in Europe: A State of the Art* (pp. 19–40). Amesterdão: Amsterdam University Press.

Bair, J. (2005). Global Capitalism and Commodity Chains: Looking Back, Going Forward. *Competition and Change*, 9(2), 153–180.

Bair, J. (2014). Editor's Introduction: Commodity Chains in and of the World-System. *Journal of World-Systems Research*, 20(1), 1–10.

Bergesen, A. (1984). The Critique of World-System theory: Class Relations or Division of Labor? *Sociological Theory*, 2, 365–372.

Broad, D. (2000). The Periodic Casualization of Work: The Informal Economy, Casual Labor, and the Longue Durée. In F. Tabak, & M. A. Crichlow (Orgs.), *Informalization: Process and Structure* (pp. 23–46). Baltimore: The Johns Hopkins University Press

Broad, D. (2014). Decomposition of Industrial Commodity Chains, Household Semiproletarianization, and Arenas for Resistance at the Center. In W. A. Dunaway (Org.), *Gendered Commodity Chains: Seeing Women's Work and Households in Global Production* (pp. 209–226). Stanford: Stanford University Press.

Canales, A. I. (2020). *Migration, Reproduction and Society: Economic and Demographic Dilemmas in Global Capitalism*. Leiden: Brill.

Castles, S. (1986). The Guest-Worker in Western Europe — An Obituary. *International Migration Review*, 20(4), 761–778.

Castles, S. (2003). The International Politics of Forced Migration. *Development*, 46, 11–20.

Castles, S. (2005). *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios: Dos trabalhadores convidados às migrações globais*. Lisboa: Fim de Século

Castles, S., & Kosack G. (2010). The function of labour immigration in Western European capitalism. In M. Martiniello, & J. Rath (Orgs.), *Selected Studies in International Migration and Immigrant Incorporation* (pp. 20–24). Amesterdão: Amsterdam University Press.

Castles, S., de Hass, H., & Miller, M. J. (2014). *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

Cervantes-Rodríguez, A. M., & Grosfoguel, R. (2002). Introduction. Unthinking Twentieth-Century Eurocentric Mythologies: Universalist Knowledges, Decolonization, and Developmentalism. In Cervantes-Rodríguez, A. M., & Grosfoguel, R. (Orgs.), *The Modern/Colonial/Capitalist World-System in the Twentieth Century: Global Processes, Antisystemic Movements, and the Geopolitics of Knowledge* (pp. xi–xxix). Westport: Greenwood Press.

- Chase-Dunn, C. (1979). Comparative Research on World-System Characteristics. *International Studies Quarterly*, 23(4), 601–623.
- Chase-Dunn, C. (1980/81). Stages of Dependency or Cycles of World-System Development? *Humboldt Journal of Social Relations*, 8(1), 1–24.
- Chase-Dunn, C. (1982). A World-System Perspective on Dependency and Development in Latin America. *Latin America Research Review*, 17(1), 166–171.
- Chase-Dunn, C. (1984). The World-System Since 1950: What Has Really Changed? In C. Bergquist (Org.), *Labor in the Capitalist World-Economy* (pp. 75–104). Londres: Sage.
- Chase-Dunn, C. (1990). Resistance to Imperialism : Semiperipheral Actors. *Review*, 13(1), 1–31.
- Chase-Dunn, C., & Grimes, P. (1995). World-Systems Analysis. *Annual Review of Sociology*, 21, 387–417.
- Chase-Dunn, C. (1998). *Global Formation: Structures of the World-Economy*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers.
- Chase-Dunn, C. (2002). World-Systems Theorizing. In J. H. Turner (Org.), *Handbook of Sociological Theory* (pp. 601–623). Nova Iorque: Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- Chase-Dunn, C., & Lawrence, K. S. (2010). *Alive and well: A response to Sanderson*. *International Journal of Comparative Sociology*, 51(6), 470-480.
- Chase-Dunn, C., & Inoue, H. (2011). Immanuel Wallerstein. In G. Ritzer, & J. Stepnisky (Orgs.), *The Wiley-Blackwell Companion to Major Social Theorists* (pp. 395–411). Nova Jérícia: Blackwell Publishing.
- Chase-Dunn, C. (2012). Terminal crisis or a new systemic cycle of accumulation? In S. Babones, & C. Chase-Dunn (Orgs.), *Routledge Handbook of World-Systems Analysis* (pp. 125–126). Londres: Routledge.
- Chase-Dunn, C. (2013, 19 de março). BRICS and a potentially progressive semi-periphery. Pambazuka News. <https://www.pambazuka.org/governance/brics-and-potentially-progressive-semi-periphery>.
- Chew, S. G., & Lauderdale, P. (2010). On National Development: The Development of Underdevelopment. In S. G. Chew, & P. Lauderdale (Orgs.), *Theory and Methodology of World Development: The Writings of Andre Gunder Frank* (pp. 1–5). Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Chirot, D., & Hall, T. D. (1982). World-System Theory. *Annual Review of Sociology*, 8, 81–106.
- Clelland, D. A. (2012). Surplus drain and dark value in the modern world-system. In S. Babones, & C. Chase-Dunn (Orgs.), *Routledge Handbook of World-Systems Analysis* (pp. 197–205). Londres: Routledge.
- Clelland, D. A. (2014). Unpaid Labor as Dark Value in Global Commodity Chains. In W. A. Dunaway (Org.), *Gendered Commodity Chains: Seeing Women's Work and Households in Global Production* (pp. 79–90). Stanford: Stanford University Press.

- Clelland, D. A. (2015). Global Value Transfers and Imperialism. In I. Ness, & Z. Cope (Orgs.), *The Palgrave Encyclopedia of Imperialism and Anti-Imperialism* (pp. 1028–1040). Londres: Palgrave Macmillan.
- Cohen, R. (1987). *The New Helots: Migrants in the International Division of Labour*. Oxford: Oxford University Press.
- Cohen, R. (2006). *Migration and its Enemies: Global Capital, Migrant Labour and the Nation-State*. Farnham : Ashgate.
- Coquery-Vidrovitch, C. (1985). Les conditions de la dépendance : histoire du sous-développement africain. *Review*, 9(1), 81–110.
- de Haas, H. (2007). Turning the Tide? Why Development Will Not Stop Migration. *Development and Change*, 38(5), 819–841.
- de Haas, H. (2021). A theory of migrations: the aspirations-capabilities framework. *Comparative Migration Studies*, 9(8), 1–35.
- dos Santos, T. (1970). The Structure of Dependence. *The American Economic Review*, 60(2), 231–236.
- Dunaway, W. (2012). The centrality of the household to the modern world-system. In S. Babones, & C. Chase-Dunn (Orgs.), *Routledge Handbook of World-Systems Analysis* (pp. 453–460). Londres: Routledge.
- Dunaway, W. A. (2014). Introduction. In W. A. Dunaway (Org.), *Gendered Commodity Chains: Seeing Women's Work and Households in Global Production* (pp. 1–26). Stanford: Stanford University Press.
- Ehrensaft, P. (1976). Polarized Accumulation and the Theory of Economic Dependence: The Implications of South African Semi-Industrial Capitalism. In P. C. W. Gutkind, & I. Wallerstein (Orgs.), *The Political Economy of Contemporary Africa* (pp. 58–89). Beverly Hills: Sage.
- Evans, P. (1979). Beyond Center and Periphery: A Comment on the Contribution of the World System Approach to the Study of Development. *Sociological Inquiry*, 49(4), 15–20.
- Erin, S., & Chase-Dunn, C. (2020). Global Political Sociology and World-Systems. In T. Janoski, T. C. de Leon, J. Misia, & I. W. Martin (Orgs.), *Handbook of Political Sociology* (pp. 953–973). Cambridge: Cambridge University Press.
- Ferreira, E. S. (1977). Actualidade e perspectivas da emigração portuguesa no contexto europeu. In E. S. Ferreira (Org.), *A emigração portuguesa e o seu contexto internacional* (pp.9-27). Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- Fine, B., & Saad-Filho, A. (2018). *O capital de Marx*. Lisboa: Editorial Presença.
- Fortuna, C. (1985). Descolonização, o Fim de um Ciclo: Portugal, a África e a Economia Capitalista Mundial. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15/16/17, 469–499.
- Fortuna, C. (1987). Desenvolvimento e Sociologia Histórica: Acerca da Teoria do Sistema Mundial e da Semiperiferia. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 3, 163–195.

- Frank, A. G. (1969). *Capitalism and Underdevelopment in Latin America: Historical studies of Chile and Brazil*. Nova Iorque: Monthly Review Press.
- Frank, A. G. (1970). *Latin America: Underdevelopment or Revolution: Essays on the Development of Underdevelopment and the Immediate Enemy*. Nova Iorque: Monthly Review Press.
- Frank, A. G. (1977). On So-Called Primitive Accumulation. *Dialectical Anthropology*, 2(2), 87–106.
- Frank, A. G. (1979). Unequal Accumulation: Intermediate, Semi-Peripheral, and Sub-Imperialist Economies. *Review*, 2(3), 281–350.
- Friedman, K. (1984). Households as Income-Pooling Units. In J. Smith, I. Wallerstein, & H. D. Evers (Orgs.), *Households and the World-Economy* (pp. 37–55). Beverly Hills: Sage.
- Góis, P., & Marques, J. C. (2009). Portugal as a Semi-peripheral Country in the Global Migration System. *International Migration*, 47(3), 21–49.
- Goldfrank, W. L. (2000). Paradigm Regained? The Rules of Wallerstein's World-System Method. *Journal of World-Systems Research*, XI(2), 150–195.
- Goldfrank, W. L. (2012). Wallerstein's world-system: Roots and contributions. In S. Babones, & C. Chase-Dunn (Orgs.), *Routledge Handbook of World-Systems Analysis* (pp. 97–103). Londres: Routledge.
- Grosfoguel, R., Cervantes-Rodríguez, M., & Mielants, E. (2009). Introduction: Caribbean Migrations to Western Europe and the United States. In R. Grosfoguel, M. Cervantes-Rodríguez, & E. Mielants (Orgs.), *Caribbean Migrations to Western Europe and the United States: Essays on Incorporation, Identity, and Citizenship* (pp. 1–17). Filadelfia: Temple University Press.
- Herrera, R. (2008). Theories of the Capitalist World-System. In J. Bidet, & S. Kouvelakis, *Critical Companion to contemporary Marxism* (pp. 209–224), Leiden: BRILL.
- Holton, R. J. (2011). *Globalization and the Nation State*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Hopkins, T. K. (1982). The Study of the Capitalist World-Economy: Some Introductory Considerations. In T. K. Hopkins, & I. Wallerstein (Orgs.), *World-Systems Analysis: Theory and Methodology* (pp. 9–38). Beverly Hills: Sage.
- Hopkins, T. K., & Wallerstein, I. (1977). Patterns of Development of the Modern World-System. *Review*, 1(2), 111-145.
- Hopkins, T. K., & Wallerstein, I. (1982a). Cyclical Rhythms and Secular Trends of the Capitalist World-Economy: Some Premises, Hypotheses, and Questions. In T. K. Hopkins, & I. Wallerstein (Orgs.), *World-Systems Analysis: Theory and Methodology* (pp. 104–120). Beverly Hills: Sage.

Hopkins, T. K., & Wallerstein, I. (1982b). Preface. In T. K. Hopkins, & I. Wallerstein (Orgs.), *World-Systems Analysis: Theory and Methodology* (pp. 7–8). Beverly Hills: Sage.

Hopkins, T. K., & Wallerstein, I. (1982c). Structural Transformations of the World-Economy. In T. K. Hopkins, & I. Wallerstein (Orgs.), *World-Systems Analysis: Theory and Methodology* (pp. 121–143). Beverly Hills: Sage.

Hopkins, T. K., & Wallerstein, I. (1986). Commodity Chains in the World-Economy Prior to 1800. *Review*, 10(1), 157-170.

Hopkins, T. K., & Wallerstein, I. (1987). Capitalism and the Incorporation of New Zones into the World-Economy. *Review*, 10(5/6), 763-779.

Jones, T. A., & Mielants, E. (2010). Introduction. In T. A. Jones, & E. Mielants (Orgs.), *Mass Migration in the World-System: Past, Present, and Future* (pp. 1–12). Londres: Routledge.

Jorgenson, A. K., & Rice, J. (2012). The sociology of unequal exchange in comparative perspective. In S. Babones, & C. Chase-Dunn (Orgs.), *Routledge Handbook of World-Systems Analysis* (pp. 431–439). Londres: Routledge.

Karatasli, S. S. (2017). The Capitalist World-Economy in the Longue Durée: Changing Modes in the Global Distribution of Wealth. *Sociology of Development*, 3(2), 163–196.

Kayzer, B. (1977). A troca desigual dos recursos humanos: migração, crescimento e crise na Europa. In E. S. Ferreira (Org.), *A emigração portuguesa e o seu contexto internacional* (pp. 295–307). Lisboa: Iniciativas Editoriais.

Kentor, J. (1985). Economic Development and the World Division of Labor. In M. Timberlake (Org.), *Urbanization in the World-Economy* (pp. 25–35). Orlando, Florida: Academic Press.

Knöbl, W. (2003). Theories That Won't Pass Away: The Never-Ending Story of Modernization Theory. In G. Delanty, & E. F. Isin (Orgs.), *Handbook of Historical Sociology* (pp. 96–106). Londres: Sage.

Korotayev, A. V., & Grinin, L. E. (2012). Kondratieff Waves in the World System Perspective. In L. E. Grinin, T. C. Devezas, & A. V. Korotayev (Orgs.), *Kondratieff Waves: Dimensions and Prospects at the Dawn of the 21st Century* (pp. 23–64). Volgograd: Uchitel.

Lauesen, T., & Cope, Z. (2015). Imperialism and the Transformation of Values into Prices. *Monthly Review Press*, 67(3), 54–67.

Lee, K. (2009). Towards a Reformulation of Core/Periphery Relationship: A Critical Reappraisal of the Trimodality of the Capitalist World-Economy in the Early 21st Century. *Perspectives on Global Development and Technology*, 8 (2-3), 263–294.

Lee, R. E. (2010). Critiques and Developments in World-Systems Analysis: An Introduction to the Special Collection. *The Journal of Philosophical Economics*, IV(1), 5–18.

- Massey, D. (1988). Economic Development and International Migration in Comparative Perspective. *Population and Development Review*, 14(3), 383–413.
- Massey, D. S., Arango, J., Hugo, G., Kouaouci, A., Pellegrino, A., & Taylor, J. E. (1993). Theories of international migration: A review and appraisal. *Population and Development Review*, 19(3), 431–66.
- Martin, W. G. (1990). Introduction: The Challenge of the Semiperiphery. In W. G. Martin (Org.), *Semiperipheral states in the world-economy* (pp. 3–10). Westport: Greenwood Press.
- Martin, W. G. (2000). Still Partners and Still Dissident After All These Years? Wallerstein, World Revolutions and the World-System Perspective. *Journal of World-Systems Research*, 6(2), 234–263.
- Matias, G. S. (2014). *Migrações e Cidadania*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- McGuire, R. H., Smith, J., & Martin, W. G. (1986). Patterns of Household Structures and the World-Economy. *Review*, 10(1), 75–97.
- Mennell, S. (2005). Sociology. In W. H. McNeill, J. H., Bentley, D. Christian, R. C. Croizier, J. R. McNeill, H. Roupp, & J. P. Zinsser (Orgs.), *Berkshire Encyclopedia of World History* (pp- 2347–2352). Great Barrington, Massachusetts: Berkshire Publishing Group.
- Mielants, E. (2002). Mass Migration in the World-System: An Antisystemic Movement in the Long Run? In Cervantes-Rodríguez, A. M., & Grosfoguel, R. (Orgs.), *The Modern/Colonial/Capitalist World-System in the Twentieth Century: Global Processes, Antisystemic Movements, and the Geopolitics of Knowledge* (pp. 79–102). Westport: Greenwood Press.
- Mielants, E. (2012). The great transition debate and world-systems analysis. In S. Babones, & C. Chase-Dunn (Orgs.), *Routledge Handbook of World-Systems Analysis* (pp. 56–62). Londres: Routledge.
- Milanovic, B. (2012). Global Inequality: From Class to Location, from Proletarians to Migrants. *Global Policy*, 3(2), 125–134.
- Munck, R. (1999). Dependency and Imperialism in Latin America: New Horizons. In R. M. Chilcote (Org.), *The Political Economy of Imperialism: Critical Appraisal* (pp. 141–154). Nova Iorque: Rowman & Littlefield.
- Nohlen, D. (1980). Modernization and dependence: An outline and critique of composing theories. *Intereconomics*, 15(2), 81–87.
- Palma, G. (1978). Dependency: A Formal Theory of Underdevelopment or a Methodology for the Analysis of Concrete Situations of Development? *World Development*, 6, 881–924.
- Pereira, M. H. (1979). *Política e economia: Portugal nos sécs. XIX e XX*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Pereira, M. H. (2002). *A Política portuguesa de emigração (1850–1930)*. São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado Coração.
- Petras, E. (1980). The role of national boundaries in a cross-national labour market. *International Journal of Urban and Regional Research*, 4(2), 157–195.
- Petras, E. M. (1981). The Global Labor Market in the Modern World-Economy. In M. Kritz, & C. Keely (Orgs.), *Global Trends in Migration: Theory and Research on International Population Movements* (pp. 44–63). Nova Iorque: Centre for Migration Studies.
- Portes, A. (1983). The Informal Sector: Definition, Controversy, and Relation to National Development. *Review*, 7(1), 151–174.
- Portes, A. (1995). Economics Sociology and the Sociology of Immigration: A Conceptual Overview. In A. Portes (Org.), *The Economic Sociology of Immigration: Essays on Networks, Ethnicity, and Entrepreneurship* (pp. 1–41). Nova Iorque: Russell Sage Foundation.
- Portes, A. (2007). Migration, Development and Segmented Assimilation: A Conceptual Review of the Evidence. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 610, 73–97.
- Portes, A. (2016). International Migration and National Development: From Orthodox Equilibrium to Transnationalism. *Sociology of Development*, 2(2), 73–92.
- Portes, A., & Walton, J. (1981). *Labor, Class, and the International System*. Nova Iorque: Academic Press.
- Portes, A., & Böröcz, J. (1989). Contemporary Immigration: Theoretical Perspectives on Its Determinants and Modes of Incorporation. *International Migration Review*, 23(3), 606–630.
- Poulantzas, N. (1975). *A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha*. Lisboa: Editorial Presença.
- Reis, J. (1993). Portugal: A heterogeneidade de uma economia semiperiférica. In B. S. Santos (Org.), *Portugal: Um Retrato Singular* (pp. 135–161). Porto: Edições Afrontamento.
- Rocha-Trindade, M. B. (1995). *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Rocha-Trindade, M. B. (2016). *Das Migrações às Interculturalidades*. Porto: Edições Afrontamento.
- Sánchez, O. (2003). The Rise and Fall of the Dependency Movement: Does it inform Underdevelopment Today? *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, 14(2), 31–50.
- Sanderson, M. R. (2012). International migration in the world-system. In S. Babones, & C. Chase-Dunn (Orgs.), *Routledge Handbook of World-Systems Analysis* (pp. 462–470). Londres: Routledge.
- Santos, B. S. (1984). A Crise e a Reconstituição do Estado em Portugal (1974-1984). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 14, 7–29.

- Santos, B. S. (1985). Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português. *Análise Social*, 21(87-88-89), 869—891.
- Santos, B. S. (1993). O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: O caso português. In B. S. Santos (Org.), *Portugal: Um Retrato Singular* (pp. 17—56). Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. S. (2019, 2 de setembro) Immanuel Wallerstein: In Memoriam. *Esquerda*. <https://www.esquerda.net/artigo/immanuel-wallerstein-memoriam/63069>
- Sassen, S. (1988). *The Mobility of Labor and Capital: A Study in International Investment and Labor Flow*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sassen-Koob, S. (1978). The International Circulation of Recourses and Development: The Case of Migrant Labour. *Development and Change*, 9(4), 509—545.
- Sassen-Koob, S. (1980). The internationalization of the labor force. *Studies in Comparative International Development*, 15, 3—25.
- Sassen-Koob, S. (1981). Towards a Conceptualization of Immigrant Labor. *Social Problems*, 29(1), 65—85.
- Sehgal, R. (2005). Social Reproduction of Third World Labour in the Era of Globalisation: State, Market and the Household. *Economic and Political Weekly*, 2286—2294.
- Shannon, T. R. (1996). *An Introduction to the World-System Perspective*. Boulder: Westview Press.
- Skocpol, T. (1977). Review: Wallerstein's World Capitalist System: A Theoretical and Historical Critique. *American Journal of Sociology*, 82(5), 1075—1090.
- Skocpol, T. (1979). *States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia, and China*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Smith, J., Wallerstein, I., & Evers, H. D. (1984). Introduction. In J. Smith, I. Wallerstein, & H. D. Evers (Orgs.), *Households and the World-Economy* (pp. 7—13). Beverly Hills: Sage Publications.
- Smith, J., & Wallerstein, I. (1992a). Conclusion: Core-periphery and household structures. In J. Smith, & I. Wallerstein (Orgs.), *Creating and Transforming Households: The Constraints of the World-Economy* (pp. 252—262). Cambridge: Cambridge University Press.
- Smith, J., & Wallerstein, I. (1992b). Introduction: Households as an institution of the world-economy. In J. Smith, & I. Wallerstein (Orgs.), *Creating and Transforming Households: The Constraints of the World-Economy* (pp. 2—23). Cambridge: Cambridge University Press.
- Smith, D. A. (2012). Trade, unequal exchange, global commodity chains: World-system structure and economic development. In S. Babones, & C. Chase-Dunn (Orgs.), *Routledge Handbook of World-Systems Analysis* (pp. 239—246). Londres: Routledge.
- So, A. Y. (2010). The Dependency and World-Systems Perspectives on Development. In C. Crothers (Org.), *Encyclopedia of Life Support Systems (EOLSS)* (pp. 311—348).

Oxford: EOLSS Publishers/UNESCO. Disponível em <http://www.eolss.net/sample-chapters/co4/e6-99a-36.pdf>

Tabak, F. (1996). The World Labour Force. In T. K. Hopkins, & I. Wallerstein (Orgs.), *The Age of Transition: Trajectory of the World-System, 1945–2025* (pp. 87–109). Londres: Zed Books.

Tabak, F. (2000a). Introduction: Informalization and the Long Term. In F. Tabak, & M. A. Crichlow (Orgs.), *Informalization: Process and Structure* (pp. 1–20). Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

Tabak, F. (2000b). The Rise and Demise of Pax Americana and the Changing Geography and Structure of Production. In F. Tabak, & M. A. Crichlow (Orgs.), *Informalization: Process and Structure* (pp. 71–81). Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

Timberlake, M. (1985). The World-System Perspective and Urbanization. In M. Timberlake (Org.), *Urbanization in the World-Economy* (pp. 3–23). Orlando, Florida: Academic Press.

Tipps, D. C. (1973). Modernization Theory and the comparative Study of Societies : A critical Perspective. *Comparative Studies in Society and History*, 15(2), 199–226.

Valencia, A. S. (2017). *Sub-Imperialism Revisited: Dependency Theory in the Thought of Ruy Mauro Marini*. Leiden / Boston : BRILL.

Valenzuela, S. J., & Valenzuela, A. (1978). Modernization and Dependency: *Alternative Perspectives in the Study of Latin American Underdevelopment*. *Comparative Politics*, 10(4), 535–557.

Valier, J. (2016). *Breve história do pensamento económico: de Aristóteles aos nossos dias*. Lisboa: Edições Texto & Grafia.

Wallerstein, I. (1972). Three paths of national development in sixteenth-century Europe. *Studies in Comparative International Development*, 7(2), 95–101.

Wallerstein, I. (1974a). Dependence in an Interdependent World: The Limited Possibilities of Transformation within the Capitalist World Economy. *African Studies Review*, 17(1), 1–26.

Wallerstein, I. (1974b). *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. Nova Iorque: Academic Press.

Wallerstein, I. (1974c). The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis. *Comparative Studies in Society and History*, 16(4), 387–415.

Wallerstein, I. (1976). From Feudalism to Capitalism: Transition of Transitions? *Social Forces*, 55(2), 273–283.

Wallerstein, I. (1977a). How Do We Know Class Struggle When We See It? Reply to Ira Gerstein. *Critical Sociology*, 7(2), 104–106.

Wallerstein, I. (1977b). The Tasks of Historical Social Science: An Editorial. *Review*, 1(1), 3–7.

- Wallerstein, I. (1979). *The Capitalist World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wallerstein, I. (1980a) Development : Theories, Research Designs and Empirical Measures. *Itinerario*, 4(1), 21–28.
- Wallerstein, I. (1980b). Les états dans le vortex institutionnel de l'économie-monde capitaliste. *Revue Internationale des Sciences Sociales*, 32(4), 797–805.
- Wallerstein, I. (1982a). Crisis as Transition. In Amin, S., Arrighi, G., & Wallerstein I. (Orgs.), *Dynamics of Global Crisis* (pp. 11–54). Nova Iorque: Monthly Review Press.
- Wallerstein, I. (1982b). World-Systems Analysis: Theoretical and Interpretative Issues. In T. K. Hopkins, & I. Wallerstein (Orgs.), *World-Systems Analysis: Theory and Methodology* (pp. 91–103). Beverly Hills: Sage.
- Wallerstein, I. (1984a) Long Waves as Capitalist Process. *Review*, 7(4), 559–576.
- Wallerstein, I. (1984b). *The Politics of the World-Economy. The States, the Movements ant the Civilizations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wallerstein, I. (1985). The Value of the Concept of Semiperiphery to Southern Europe. In G. Arrighi (Org.), *Semiperipheral Development: The Politics of Southern Europe in the Twentieth Century*, (pp. 31–38). Beverly Hills: Sage Publications.
- Wallerstein, I. (1986). Societal Development, or Development of the World-System? *International Sociology*, 1(1), 3–17.
- Wallerstein, I. (1987). Historical systems as complex systems. *European Journal of Operational Research*, 30(2), 203–207.
- Wallerstein, I. (1990a). *O Sistema Mundial Moderno – Vol.1: A Agricultura Capitalista e as Origens da Economia-Mundo Europeia no século XVI*. Porto: Edições Afrontamento.
- Wallerstein, I. (1990b). The Second Phase. *Review*, 13 (2), 287–293.
- Wallerstein, I. (1991). *Unthinking Social Science : The Limits of Nineteenth-Century Paradigms*. Cambridge: Polity.
- Wallerstein, I. (1995). *Historical Capitalism, with Capitalist Civilization*. Londres: Verso.
- Wallerstein, I. (1996). The inter-state structure of the modern world-system. In S. Smith, K. Booth, & M. Zalewski (Orgs.), *International theory: positivism & beyond* (pp. 87–107). Cambridge: Cambridge University Press.
- Wallerstein, I. (1999a). *The End of the World as We Know it: Social Science for the Twenty-first Century*. Minneapolis: University of Minesota Press.
- Wallerstein, I. (1999b). The West, capitalism, and the modern world-system. In T. Brook, & G. Blue (Orgs.), *China and Historical Capitalism: Genealogies of Social Knowledge* (pp. 10–56). Cambridge: Cambridge University Press.
- Wallerstein, I. (2000a). Next Steps. *Review*, 23(1), 197–199.

- Wallerstein, I. (2000b). *The Essential Wallerstein*. Nova Iorque: The New Press.
- Wallerstein, I. (2002). The Itinerary of World-Systems Analysis; or, How to Resist Becoming a Theory. In J. Berger, & M. Zelditch, (Orgs.), *New Directions in Contemporary Sociological Theory* (pp. 358–376). Maryland: Rowman & Littlefield.
- Wallerstein, I. (2004). *World-Systems Analysis: An Introduction*. Durham, Carolina do Norte: Duke University Press.
- Wallerstein, I. (2005). After Developmentalism and Globalization, What? *Social Forces*, 83(3), 1263–1278.
- Wallerstein, I. (2007). Braudel, Fernand. In G. Ritzer (Org.), *The Blackwell Encyclopedia of Sociology* (pp. 360–363). Massachusetts: Blackwell Publishing.
- Wallerstein, I. (2010a). Free Flows and Real Obstacles: Who Wants Laissez-faire? In T. A. Jones, & E. Mielants (Orgs.), *Mass Migration in the World-System: Past, Present, and Future* (pp. 13–21). Nova Iorque: Routledge.
- Wallerstein, I. (2010b). World-Systems Analysis. In G. Modelski (Org.), *Encyclopedia of Life Support Systems (EOLSS)* (pp. 1–14). Oxford: EOLSS Publishers/UNESCO. Disponível em <http://www.eolss.net/ebooks/Sample%20Chapters/Co4/E6-94-01.pdf>
- Wallerstein, I. (2011a/1974). *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press.
- Wallerstein, I. (2011b/1980). *The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600–1750*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press.
- Wallerstein, I. (2012). Conclusion: World-systems analysis as a knowledge movement. In S. Babones, & C. Chase-Dunn (Orgs.), *Routledge Handbook of World-Systems Analysis* (pp. 515–521). Londres: Routledge.
- Wallerstein, I. (2013a). Structural crisis, or why capitalists may no longer find capitalism rewarding. In I. Wallerstein, R. Collins, M. Mann, G. Derluguian & C. Calhoun (Orgs.), *Does Capitalism Have a Future?* (pp. 14–37). Oxford: Oxford University Press.
- Wallerstein, I. (2013b). World-Systems Analysis. Sociopedia.isa (International Sociological Association). Disponível em <https://sociopedia.isaportal.org/resources/resource/world-systems-analysis/>
- Wallerstein, I. (2015). Whose interests are served by the BRICS? In P. Bond, & A. Garcia (Orgs.), *BRICS: An Anti-Capitalist Critique* (pp. 269–273). Londres: Pluto Press.
- Wallerstein, I., Martin, W. G., & Dickinson, T. (1982). Household Structures and Production Processes: Preliminary Theses and Findings. *Review*, 5(3), 437–458.
- Wendt, A. E. (1987). The Agent-Structure Problem in International Relations Theory. *International Organization*, 41(3), 335–370.
- Wood, C. H. (1982). Equilibrium and Historical-Structural Perspectives on Migration. *International Migration Review*, 16(2), 298–319.

Zolberg, A. R. (1978). International Migration Policies in a Changing World System. IN W. H. McNeill, & R. S. Adam (Orgs.), *Human Migration: Patterns and Policies* (pp. 241–286). Bloomington: Indiana University Press.

Zolberg, A. R. (1981). International Migrations in Political Perspective. *International Migrations Review*, 15(1), 3–27.